

Agosto de 2023

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

DW CEDOC

DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. **Redução da Pobreza e Economia**
2. **Microfinanças**
3. **Mercado Informal**
4. **OGE investimens públicos e transparência**
5. **Governança descentralização e cidadania**
6. **Urbanismo e habitação**
7. **Terra**
8. **Serviços básicos**
9. **Género e Violência**
10. **Ambiente**

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Novo Jornal, O País, Expansão, Luanda, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain,
João Domingos
Massomba Dominique
Moisés Festo
Amilcar Salumbo
Cupi Baptista

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
Rooftops Canada - Abri Internacional
Global Affairs Canada
International Development Research Centre
USAID
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	5
1.1 PIB cai abaixo da metade do previsto para 2023	5
1.2 Kwanza perde 80% do valor desde início da reforma cambial num caminho sem retorno	5
1.3 Disponibilizados mais de 3,2 mil milhões de kwanzas para execução do PIDLCP	6
2. MICROFINANÇAS	9
2.1 Recredit recupera mais de 40 mil milhões de kwanzas	9
2.2 FACRA apresenta as vantagens do acesso ao microcrédito aos pequenos produtores	9
2.3 Kixicrédito desembolsa 45 milhões	10
2.4 Posto fronteiriço de Massabi é a principal porta de entrada de mercadorias para Cabinda	11
2.5 Lucros da banca comercial cresceram 113% para 377 mil milhões Kz no I semestre	13
3. MERCADO INFORMAL	15
3.1 900 embarcações paralisadas em Cacuaco por falta de combustíveis	15
3.2 Preços atractivos levam clientes aos mercados	15
3.3 Procura faz da laranja um negócio rentável em Luanda	16
3.4 Produtores enfrentam dificuldades ao escoar	17
3.5 Mercado do Kífica reabre portas à cidade de Luanda	17
3.6 Comerciantes mostram-se satisfeitos com novo espaço	17
3.7 Jovens têm na arte o seu 'ganha pão'	18
3.8 Programa de Reordenamento do Comércio já permitiu cadastrar 389 estabelecimentos	19
3.9 Desinteresse de taxistas à SS preocupa autoridade da Huíla	21
3.10 Venda de peças e reparação de viaturas no Huambo tiram jovens do desemprego	21
3.11 Vendedoras na vila de Viana ignoram risco de atropelamento e insistem na venda desordenada	22
3.12 Comerciantes da Lunda-Norte defendem construção de mercados e reabilitação de estradas	25
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	28
4.1 Governo pagou mais de 361 mil milhões em atrasados no ano passado	28
4.2 Governo investe 643 milhões na construção de infra-estruturas	28
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	30
5.1 Analista político enaltece medidas para descentralizar os projectos do PIIM	30
5.2 Descentralização: um caminho para uma melhor governação	30
5.3 Descentralização: um caminho para uma melhor governação	32
5.4 Censo Piloto da População arranca amanhã em sete províncias seleccionadas	33
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	34
6.1 Governo pagou mais de 361 mil milhões em atrasados no ano passado	34
6.2 Lotes para nova urbanização	34
6.3 Governador promete entregar 90.600 lotes mas apenas 1/3 serão infraestruturados	35
6.4 Governo cria condições para demolir edifícios degradados	36
6.5 Obras da Centralidade do Tucuve a 50 por cento de execução física	36

6.6	Polícia desmantela rede de venda ilegal de moradias	37
6.7	Polícia desmantela rede de venda ilegal de moradias	38
6.8	Défi ce habitacional no país estimado em 2,2 milhões de habitações	38
6.9	Construção atribulada e desordenada	39
6.10	Rocha Pinto: O bairro que nasceu junto à cabeceira da pista do aeroporto	41
6.11	Zona militarizada e bastante vigiada	46
6.12	BNA inclui financiamento à construção no Regime Especial de Crédito à Habitação	47
6.13	Potencial reduzido para dinamizar o mercado	48
6.14	Cidade do Sequele: Realidade social ainda aquém das expectativas criadas no início	49
6.15	Governo cria condições para demolir edifícios degradados	50
6.16	Empresas de construção não cumprem com a lei da afixação dos requisitos da obra	51
6.17	Mercado imobiliário carece de quatro milhões de casas para suprir défi ce	52
6.18	Mais famílias recebem casas no Mayé-Mayé	53

7. TERRA 55

7.1	Governador do Namibe fala dos avanços na vida sócio-económica	55
7.2	Provedoria de Justiça regista 500 casos de disputa de terras nos últimos seis meses	59
7.3	Engenheiro Civil ‘culpa’ fiscalização, GPL recorre à lei para demolir	60
7.4	Falta de Cadastro Fundiário propicia invasão e falsificação de documentos de concessão de terras	61
7.5	Nem perigo dos postes de alta tensão trava invasão desordenada de casas	62
7.6	RNT apela para a retirada dos municípios infractores	63

8. SERVIÇOS BÁSICOS 65

8.1	Falta de acesso à água condiciona produção	65
8.2	Autoridades do Huambo denunciam vandalização de aterro sanitário	65
8.3	Rede de distribuição de água está a ser reabilitada e ampliada	66
8.4	Governo cria condições para demolir edifícios degradados	67
8.5	Águas do Cafu regam plantações de esperança no Cunene	67
8.6	Cafu inspira fé de pastores com água em abundância para o gado	68
8.7	País aumentou 12% na taxa de acesso aos serviços de saneamento básico	69
8.8	Moradores preocupados com incêndios na vala de drenagem do Cariango	70

9. AMBIENTE 71

9.1	Governador do Namibe fala dos avanços na vida sócio-económica	71
9.2	Luanda prepara período chuvoso	75

10. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 77

10.1	Comércio Angola-China pesa usd 24 mil milhões/ano	77
10.2	Trocas comerciais Angola-China ascenderam 206 mil milhões USD em 20 anos	78
10.3	Carrinho vai à China consolidar produção interna e preparar exportação de alimentos	78
10.4	Angola e China discutem novas acções para o reforço da Parceria Estratégica	79
10.5	Angola e China discutem novas acções para o reforço da Parceria Estratégica	79
10.6	Empresário chinês punido por fraude fiscal aduaneira	80
10.7	“Construímos com Angola uma relação muito forte de solidariedade e apoio mútuo”	80

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 PIB cai abaixo da metade do previsto para 2023

Jornal OPAÍS

11 De Agosto de 2023

O gestor, que se referia à Revisão da Programação Macroeconómica Executiva do ano 2023, sublinhou que o saldo deficitário da Balança de Pagamentos estará no valor de 319 milhões de dólares, com as Reservas Internacionais a fixarem-se em USD 13 943,30 milhões, equivalente a 7,11 meses de importações de bens e serviços.

Álvaro David, que falava no habitual briefing do Ministério da Economia e Planeamento (MEP), sublinhou que o documento, aprovado a 9 de Agosto, pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, avalia o desempenho das variáveis microeconómicas até ao 1º semestre de 2023 e antecipa o desempenho macro-económico nacional nos períodos subsequentes do ano de 2023.

Tendo em conta o comportamento esperado para as variáveis exógenas, o Governo adoptou medidas de gestão macroeconómicas exigíveis, com vista a assegurar a realização dos objectivos previstos nos principais documentos programáticos, com realce para as constantes no Orçamento Geral do Estado (OGE/2023), disse o responsável, citado pela Angop.

O Director Nacional para o Planeamento salientou que ainda prevalecem elevados riscos ao desempenho macroeconómico, devido à situação geopolítica actual, a redução da produção petrolífera, a cativação das despesas de capital e de bens e serviços e o aumento do serviço da dívida em decorrência da variação cambial.

Afirmou que se recomenda a implementação imediata e efectiva das medidas de estímulo à economia e dinamização do seu potencial, no âmbito do processo da diversificação económica aprovados, recentemente, que visam aumentar a produção interna dos produtos essenciais de amplo consumo, de modo a reduzir o nível geral de preços e a taxa de desemprego.

No que diz respeito ao Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN) 2023-2027, Álvaro David

informou que o documento encontra-se concluído a nível técnico, aguardando que, ainda este mês, seja apreciado em sede das comissões de especialidade do Conselho de Ministros.

I.2 Kwanza perde 80% do valor desde início da reforma cambial num caminho sem retorno

Jornal Expansão

18 De Agosto de 2023

Texto: Henrique Kaniaki

Desde 2018, altura em que o Banco Nacional de Angola (BNA) pôs em marcha a reforma da política cambial, o Kwanza depreciou 8-0% em relação às principais divisas internacionais, nomeadamente o dólar e o euro, naquele que é considerado ser um caminho sem retorno.

Longe vão os tempos em que bastavam 100 Kz para comprar um dólar e que ainda hoje valem suspiros—um pouco por todo o País. "No tempo do dólar a 100 Kz é que era", dizem alguns.

Contas feitas, em apenas seis anos o kwanza perdeu cinco vezes o seu valor face ao dólar e ao euro, o que significa que as famílias e as empresas passaram a precisar de mais kwanzas para comprar hoje os mesmos bens e serviços que há cinco anos. Isto porque em Janeiro de 2018 um dólar valia 165,9 Kz, e esta quarta-feira a taxa média era de 825,0 "Kz, ou seja, hoje um dólar custa mais 660,1 Kz do que no início de 2018. Já um euro vale hoje mais 720,2 Kz que há cinco anos, de acordo com cálculos do Expansão (ver página 4)

A reforma cambial visava, por um lado, acabar com o diferencial, ou gap, entre as taxas de câmbio do mercado formal e informal (nas Kinguilas), ou no mínimo aproximá-las, mas também alargar os participantes (petrolíferas, seguradoras e diamantíferas) no processo de venda de moeda estrangeira, fazendo com o que o mercado, por si só, esta- belea o equilíbrio entre a procura e a oferta. Naquela altura, o gap do dólar era de 159%, já que nas ruas cada unidade da moeda norte-americana era despachada a uma taxa média de 430 Kz.

Quanto ao euro esse diferencial era de 167% já: que cada unidade da moeda europeia era vendida a uma taxa média de 495 Kz. Hoje, esse que era um dos objectivos principais acabou por ser cumprido. Uma das kinguilas da capital do País disse ao Expansão que, esta quarta-feira, cada dólar está a ser vendido a uma taxa média de 900 kz, o que resulta um gap de 9% face ao mercado formal. Já o euro estava a ser

despachado a uma taxa média de 1.000 Kz, o que significa um diferencial de 11 % entre o formal e o informal.

Mas se funcionou num dos objectivos, falhou noutros. Isto porque o objectivo de diminuir a pressão sobre as Reservas Internacionais, está longe de ser cumprido, já que estas caíram 23% entre Janeiro de 2018 e Julho deste ano, passando de 17,8 mil milhões USD para 13,8 mil milhões. São menos 4 mil milhões USD.

Embora o início da política cambial tenha arrancado em 2018, só em Outubro de 2019 é que o BNA permitiu que a moeda flutuasse sem intervenção do banco central e após pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI). Desde aquele período, o kwanza deprecia-se bruscamente, começando apenas a recuperar a partir do segundo semestre de 2020, no período após o choque da pandemia da Covid-19, quando os preços do petróleo começaram a disparar.

O que define o valor da moeda nacional é a relação entre a oferta e a procura, pelo que a quebra de receitas de petróleo devido à descida dos preços do crude nos mercados internacionais, bem como o pagamento de dívida externa pelo Estado e as necessidades de importações de combustíveis estão na base da forte depreciação cambial verificada nos últimos meses de 2023. A isto junta-se o facto de o Tesouro Nacional ter praticamente deixado de negociar divisas. Na prática, cumpre-se na taxa de câmbio as regras de mercado, ou seja, quando a procura é superior à oferta de dólares, o kwanza deprecia. E vice-versa. Assim, quase seis anos depois da reforma cambial levada a cabo pelo BNA no sentido da flexibilização da moeda nacional, o Kwanza afundou.

Famílias descontentes e empresas com mais custos

Entretanto, para o economista Wilson Chimoco, essa queda do kwanza representa para as famílias menos poder de compra, menos capacidade de poupança e menos opção de consumo. Para as empresas, embora tenham mais dificuldades, representa uma pontualidade de se reinventar. "É para elas se tornarem mais competitivas que este esforço está a ser feito. Têm de saber tirar proveito", disse.

Maximiano Muende partilha mesmo pensamento que Wilson Chimoco. O economista considera que a redução do poder de compra num País onde os salários estão desajustados tornou ainda mais descontentes as famílias porque não conseguem satisfazer as necessidades básicas como a educação e saúde.

Para as empresas, o também consultor considera que a queda do kwanza tem um impacto na produtividade, uma vez que, devido à forte dependência das importações, os custos associados à produção ficaram mais caros.

"No final do dia, acaba também por afectar o Estado. Primeiro, porque as famílias estão mais tristes devido à perda do bem-estar, e segundo porque as empresas têm mais custos, e consequentemente, menos lucros, que por essa via diminuem a contribuição para geração de riqueza e a redução dos impostos", disse.

Um caminho sem retorno ...

Os tempos de um kwanza forte já não deverão voltar. Para Maximiano Mwende, embora se de-seje uma moeda nacional forte, Angola está distante de retomar aos câmbios antigos, conhecidos como câmbio de 100, num período marcado por câmbios fixos.

"Quando olhamos para a situação económica em que nos encontramos, fundamentalmente para o preço do petróleo e a quantidade produção crude, que hoje estão pouco acima de 1 milhão de barris por dia, é preocupante. Isso porque não há o fluxo de divisas que existia anteriormente quando tínhamos um câmbio fixo", apontou.

Já Wilson Chimoco considera que o modelo de crescimento económico ainda está assente na procura externa líquida (exportações - importações). E a depreciação cambial reduziu muito esta componente no PIE, via redução de importações de bens, máquinas, equipamentos e serviços que ainda não está a ser compensada pela procura interna, por esse motivo tem condicionado o crescimento económico do País. Assim, para que o País tenha uma moeda mais forte, Chimoco defende que tem de se continuar a investir na produtividade dos factores de produção com particular destaque para as pessoas, de modo a alterar-se o actual modelo de desenvolvimento assente no petróleo. "Que seja via sector financeiro, tornando o País numa importante praça financeira do continente", remata.

1.3 Disponibilizados mais de 3,2 mil milhões de kwanzas para execução do PIDLCP

Jornal de Angola

25 De Agosto de 2023

Texto: Lourenço Bule

Mais de 3,2 mil milhões de kwanzas foram disponibilizados pelo Ministério da Acção Social,

Família e Promoção da Mulher para suportar as despesas para a implementação do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP), durante o ano 2022, na província do Cuando Cubango.

A ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Ana Paula do Sacramento Neto, fez este pronunciamento, quarta-feira, no final da inauguração do Centro de Acção Social Integrado (CASI), da cidade de Menongue, orçado em cerca de 99 milhões de kwanzas e edificado num período de 11 meses pela construtora HCY.

Ana Paula do Sacramento Neto disse que os nove municípios da província receberam, mensalmente, 28 milhões de kwanzas, sendo 25 milhões para o combate à pobreza e três milhões para a merenda escolar, que permitiu que mais de 100 famílias em cada localidade beneficiassem do PIDLCP.

Ana Paula do Sacramento Neto disse que em termos de execução física e financeira, os valores apresentados correspondem à realidade, o maior problema teve a ver com o enquadramento da justificação das acções por parte dos intervenientes.

A ministra da Acção Social Família e Promoção da Mulher afirmou que o PIDLCP é o único programa que continua a ser a base de estabilidade do funcionamento das Administrações Municipais e a sustentabilidade no apoio directo de muitas famílias que se encontram na condição de vulnerabilidade extrema e promove a integração de cidadãos em actividades geradoras de rendimento.

A governante acrescentou que a nível do Cuando Cubango, a avaliação que se faz da implementação do PIDLCP é bastante positiva, tendo em conta que os municípios conseguiram realizar um bom trabalho, mas tiveram inúmeras dificuldades para introduzir as realizações no Sistema Informático de Gestão das Acções de Programa de Combate à Pobreza (SIGAPCP).

Segundo a governante, durante o seminário sobre a utilização do SGAPCP fez-se a correcção do método de introdução de dados relacionados com o programa de merenda escolar, a fim de se obter os dados reais de quantos alunos e escolas têm sido contempladas e analisar o que pode ser feito para melhorar este projecto.

"Fizemos a avaliação da implementação do PIDLCP no Cuando Cubango no ano de 2022 e, nesta senda, monitorizamos como será implementado em 2023", disse, defendendo a necessidade de fazer-se mais e melhor com as verbas que são disponibilizadas para a

edificação destes programas, para que se atinjam os objectivos preconizados.

Outros projectos

Ana Paula do Sacramento Neto disse que o seu ministério elaborou um esboço sobre o que tem de ser feito para prestar mais apoio ao grupo étnico-linguístico Khoisan e, não obstante isso, o Governo do Cuando Cubango tem estado a trabalhar de perto com o grupo.

"Vamos continuar a fazer este trabalho, para que no final o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e o Governo do Cuando Cubango auscultem as comunidades sobre o que mais as inquietam", disse a ministra.

A governante frisou que um dos projectos a serem implementados é o da candidatura para o prémio Mulheres de Mérito, mas para tal é necessário que o gabinete provincial da Acção Social, Família e Promoção da Mulher localize todas as mulheres criativas, com grandes iniciativas, que apostam na agro-pecuária e exerçam o seu trabalho com êxito.

Centro de Acção Social Integrado

A ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Ana Paula do Sacramento Neto, anunciou que é pretensão do seu ministério construir Centros de Acção Social Integrados (CASI) em todos os municípios do Cuando Cubango, mas a situação financeira que o país atravessa tem condicionado o arranque das obras.

"As construções continuam e vão continuar onde houver necessidade e de acordo com a disponibilidade financeira poderão ser implementadas", disse a ministra Ana Paula do Sacramento Neto.

No final da visita de trabalho de dois dias ao Cuando Cubango, na quarta-feira a ministra Ana Paula do Sacramento Neto fez a entrega de bens diversos ao Centro de Assistência à Pessoa Idosa "Cambinda Calilo", e conviveu com os idosos ali acolhidos.

Gestos louváveis

A responsável do Centro de Assistência à Pessoa Idosa "Cambinda Calilo", Mimi Bom Ano, agradeceu o gesto da ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Ana Paula do Sacramento Neto, que fez a entrega de bens diversos à instituição, que tem falta de quase tudo para acolher os idosos com certa dignidade.

Mimi Bom Ano disse que os 28 idosos que se encontram na instituição, 18 dos quais do sexo feminino e 10 do sexo masculino, debatem-se com inúmeras dificuldades, desde a falta de alimentação, vestuário, à assistência médica e medicamentosa.

A responsável pediu à população, empresários e várias sensibilidades da província que apoiem o lar com o que for necessário, desde bens alimentares, roupa usada, material de higiene e calçado.

Na ocasião, a responsável do centro pediu à ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Ana Paula do Sacramento Neto, para conceder uma ambulância para o transporte dos idosos enfermos ao Hospital Geral do Cuando Cubango (HGCC), em Menongue.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Recredit recupera mais de 40 mil milhões de kwanzas

Jornal de Angola

5 De Agosto de 2023

Texto: Isaac Lourenço

A Recredit S.A acumulou, em dois anos, um valor de mais de 40 mil milhões de kwanzas de acções de recuperação dos créditos malparados comprados do Banco de Poupança e Crédito.

Os indicadores da sociedade avançam que, em 2021, foram recuperados 21,9 mil milhões de kwanzas e em 2022, 19,8 mil milhões.

Neste momento, um valor de 129 mil milhões de kwanzas vão ser cobrados por via judicial (acção executiva), processo já remetido aos competentes tribunais, segundo declarou, ontem, em Luanda, o presidente do Conselho de Administração da Recredit S.A.

Valter Barros disse também que 23 mil milhões de kwanzas estão a ser cobrados por providências cautelares e um processo de insolvência, em função de o património pessoal do empresário implicado os activos da empresa não serem capazes de reembolsar os valores em cobrança.

Garantiu também que a cobrança a cada um dos clientes identificados e em conversação com a Recredit não deverá em algum momento passar pela divulgação de listas públicas ou termos semelhantes, porquanto os clientes estão protegidos por Lei, através do segredo de justiça.

Posição similar foi manifestada pelo presidente do Conselho de Administração da AGT.

José Leiria afirmou que a Administração Geral Tributária continua empenhada em garantir o cumprimento de processos e que, independentemente, da situação do contribuinte, este possa cumprir com as suas obrigações.

"Não divulgamos os principais devedores do Estado no que diz respeito às obrigações fiscais também por força da lei. O Código Geral Tributário define, de forma clara, que a administração fiscal deve guardar segredo quanto à situação dos seus contribuintes", afirmou.

2.2 FACRA apresenta as vantagens do acesso ao microcrédito aos pequenos produtores

Jornal de Angola

18 De Agosto de 2023

Os empreendedores de todo o país devem contar com o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) para dinamizarem as suas actividades económicas. Esta é de resto a mensagem reiterada pelo coordenador da Comissão de Reestruturação do FACRA, Teodoro Poulson, que na recente Feira dos Municípios e Cidades de Angola, realizada no Lubango, na província da Huíla, foi ao encontro dos 164 municípios do país e passar a mensagem de abertura e disponibilidade para mais apoio financeiro.

Teodoro Poulson fez saber que o FACRA pretende financiar, até ao final do ano em termos acumulados, 11.500 projectos.

Neste momento, estão registados 6.846 solicitações de Microcrédito, dos quais, 5.717 projectos já foram financiados, no montante total de 5 689 milhões de kwanzas a nível de todo o país.

A Huíla, por exemplo, foi financiada com 853 milhões de kwanzas direccionados para 878 projectos. A província é a quarta com mais iniciativas financiadas, atrás de Huambo (1.167 projectos), Luanda (1.161) e Benguela (1.031). Os valores financiados para cada província são 853 milhões de kwanzas (Huíla), 548 milhões (Huambo); 2 158 milhões (Luanda) e Benguela com 1.031 projectos e 575 milhões de kwanzas de desembolso.

"Consideramos empreendedores, àqueles que estão a fazer acontecer a produção nacional e é por estes e para eles que o FACRA encontra-se em processo de reestruturação, adaptando-se aos actuais desafios de diversificação da nossa economia", afirmou.

Teodoro Poulson indicou a pretensão do FACRA em assegurar-se de ir ao encontro dos empreendedores e seguir um modelo de proximidade.

Os projectos financiados pelo Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) geraram 7 957 empregos, dos quais 2 724 são Mulheres e 5 233 são homens.

De acordo com o gestor, o microcrédito operacionalizado pelo FACRA, financia por projecto, de Cinquenta (50.000) mil Kwanzas á (7) milhões de kwanzas.

Relativamente aos riscos associados aos projectos financiados, o coordenador do FACRA reconhece ser alto, mas que ainda assim é necessário continuarmos o aquecimento da economia local, dos Municípios, gerando emprego, redução das assimetrias regionais e a inclusão financeira.

2.3 Kixicrédito desembolsa 45 milhões

Jornal de Angola

22 De Agosto de 2023

Texto: Kayila Silvina

Um total de 45 milhões de Kwanzas foi disponibilizado pela Kixicrédito, no município de Mbanza Kongo, Zaire, para atender 45 agentes económicos com projectos ligados às áreas de Agricultura, Pesca e Comércio Geral, informou, ontem, o oficial de crédito da companhia na província Silvestre Juliano.

Em declarações ao Jornal de Angola, a fonte acrescentou que os agentes económicos que beneficiaram do financiamento bancário, no quadro do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), sendo parte de um grupo de 350 que deu entrada dos processos, 55 dos quais foram aceites e 45 aprovados.

"No mês de Julho, o Centro de Crédito Kixicrédito, aqui em Mbanza Kongo, inscreveu 15 processos, aos quais foram adicionados outros 40 inscritos antes da abertura das nossas instalações cá, perfazendo 55 processos. Destes, 45 foram aprovados e os valores foram disponibilizados", anunciou.

O reembolso, prosseguiu Silvestre Juliano, vai ser feito de acordo com a categoria de crédito de cada beneficiado, ou seja, os de grupos reforçados têm um período de um mês, uma vez que, a Kixicrédito não permite que o cliente fique em dívida por prazos prolongados. «

"Dos 55 processos inscritos, 45 foram aprovados e beneficiaram de crédito e dez viram os processos negados, porque muitos clientes apresentaram negócios que não lhes pertencem e outros tipos de negócio que não elegíveis ao financiamento", avançou Silvestre Juliano, que aconselhou os clientes já contemplados com o financiamento para cumprirem o calendário de reembolso.

O Centro de Crédito da Kixicrédito em Mbanza Kongo continua a estudar uma parte dos 350 processos que deram entrada, para ver se podem ter aprovação da entidade financeira.

"No Centro de Crédito de Mbanza Kongo só estão a ser atendidos processos direccionados às áreas de agro-pesca e comércio, porque os financiamentos do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) estão concebidos para estes sectores", afirmou.

Critérios de adesão simplificados

Para a adesão aos empréstimos da Kixicrédito, o cliente deve formalizar uma solicitação junto do PREI, possuir o cartão de bancada e ter certificado do Instituto Nacional de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

O oficial do Centro de Crédito de Mbanza Kongo disse que o financiamento que a Kixicrédito disponibiliza vai de 50 mil a sete milhões de kwanzas, com o valor do pedido a representar 50 por cento do negócio do solicitante.

"Uma pessoa que trabalha com 50 mil kwanzas não pode beneficiar de Kixicrédito, porque não existe crédito no valor de 25 mil Kwanzas, mas aquelas pessoas que trabalham com 100 mil kwanzas, podem receber o crédito mínimo, porque é 50 por cento do capital", disse Silvestre Juliano.

Silvestre Juliano aconselhou os jovens negociantes que ainda não aderiram ao projecto a fazê-lo, porque, afirmou, a instituição trabalha com o objectivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

"Os clientes que pretenderem um crédito que vai de 50 mil a 500 mil kwanzas estão isentos ao pagamento de impostos, ao passo que os clientes que receberem acima de 501 mil a dois milhões de kwanzas, são obrigados a pagar três meses de contribuições de impostos ao Instituto Nacional da Segurança Social (INSS) e à Administração Geral Tributária (AGT).

Silvestre Juliano acrescentou que, quem beneficiar de um crédito que vai três a sete milhões de kwanzas, deve, antes, pagar contribuições e impostos de seis meses ao INSS e à AGT.

Relativamente aos jovens que exercem actividade de moto-táxi que queiram beneficiar do crédito, Silvestre Juliano disse que a instituição encontra dificuldades por esta franja não estar vinculada a uma associação.

2.4 Posto fronteiriço de Massabi é a principal porta de entrada de mercadorias para Cabinda

Jornal de Angola

23 De Agosto de 2023

Texto: Bernardo Capita

Massabi, na província de Cabinda, é o segundo maior mercado fronteiriço do país, depois de Santa Clara, na fronteira entre Cunene e a Namíbia.

Situado 90 quilómetros a Norte da cidade de Cabinda, há muito tempo que este mercado assumiu o protagonismo, não somente de maior espaço de transacções comerciais transfronteiriças, mas também de principal porta de entrada de diversos produtos para a província, devido à incapacidade do Porto de Cabinda receber navios de grande porte.

Falando concretamente do movimento comercial, Massabi, ao contrário das outras zonas fronteiriças da província, é o ponto de maior fluxo comercial e de arrecadação de receitas para o Estado.

No mercado de Massabi vende-se de tudo um pouco. Às quartas-feiras e aos sábados, cidadãos oriundos da cidade de Cabinda e de Ponta Negra (República do Congo), dirigem-se a este local para efectuarem as suas trocas comerciais. De Cabinda saem maioritariamente produtos do campo, enquanto das terras de Sassou-Nguesso são trazidos, com frequência, roupas, calçado, cosméticos e materiais de construção, com destaque para o cimento.

A banana produzida em Cabinda é o principal produto que mais os congolezes compram. Estatísticas apontam que mais de 15 toneladas de banana são exportadas diariamente de Cabinda para Ponta Negra (Congo), via fronteira de Massabi, dando uma receita tributária mensal de cerca de 600 mil kwanzas.

Além da actividade mercantil, Massabi é, igualmente, a principal porta de entrada da maior parte das mercadorias que são consumidas na província, desembarcadas no Porto Comercial de Ponta Negra, de onde seguem por terra para o interior da província de Cabinda.

O chefe do Posto Aduaneiro de Massabi, Gervásio Barros Lola, disse que, devido à situação económica que o país atravessa, o fluxo mercantil no Posto Fronteiriço de Massabi reduziu consideravelmente, afectando negativamente os níveis de captação de receitas para os cofres do Estado. "Os pequenos e médios importadores deixaram de ter capacidade para

realizar as suas transacções comerciais com o exterior", sublinhou.

"Os pequenos negociantes que iam à Europa, Congo e outros países africanos em busca de negócios desapareceram praticamente, devido ao actual quadro macroeconómico, que não é propício", salientou Gervásio Barros Lola, acrescentando que até o fluxo comercial dos produtos tende também a diminuir.

Esclareceu que devido à crescente desvalorização do Kwanza, o CFA, moeda de transacção congoleza, valorizou-se substancialmente, reduzindo assim o poder de compra dos cidadãos angolanos que fazem comércio no mercado fronteiriço de Massabi, bem como os pequenos e médios empresários que recorriam ao mercado congolês para importar os seus produtos.

Principais produtos importados e exportados

Segundo Gervásio Barros Lola, os principais produtos importados da Europa e do Congo, que entram a partir do Posto Aduaneiro de Massabi, são os materiais de apoio à indústria petrolífera, materiais de construção, bens alimentares e vestuário. De Cabinda são exportados produtos nacionais que obedecem aos pressupostos aduaneiros, nomeadamente, detergentes, descartáveis, refrigerantes e os produtos do campo, com maior destaque para a banana.

A fonte acrescentou que por Massabi também passam produtos com destino à RDC, como viaturas usadas, pescado, bens alimentares e cimento.

"A todos esses produtos, que saem da Europa ou Ponta Negra e que transitam pelo nosso território para a RDC, são cobradas apenas uma taxa mínima de prestação de serviço de cerca 50 UCF, correspondentes a 4.400 kwanzas por cada entrada de uma determinada mercadoria junto à fronteira e não pela sua quantidade ou tipificação", notou.

Arrecadação de receitas

Apesar do actual quadro macro-económico do país, caracterizado sobretudo pela desvalorização do Kwanza, contribuindo na redução do fluxo comercial na fronteira de Massabi, ainda assim, a AGT, segundo o responsável do Posto Aduaneiro, consegue arrecadar mensalmente acima de 150 milhões de kwanzas, através da tributação de diversos equipamentos ligados às obras de construção do Terminal de Águas Profundas do Caio e da Refinaria de Cabinda.

"O projecto do Caio Porto e da Refinaria de Cabinda

são as duas grandes fontes de captação de receitas no Posto Aduaneiro de Massabi”, informou Gervásio Barros Lola, salientando que, caso dependesse apenas de pequenos importadores e negociantes de mercado, o gráfico da tributação seria deficitário.

Comerciantes reclamam aumento de preços

No posto fronteiriço de Pinto da Fonseca, que delimita a comuna de Necuto, município de Buco Zau (Angola), com a localidade de Caidingue (RDC), nota-se o movimento de vários cidadãos a venderem diversos produtos. Os angolanos dirigem-se para lá todas as quartas-feiras e sábados, oriundos de diversos pontos da província, para comercializarem no famoso mercado do "Pinto" produtos como arroz, feijão, massa alimentar, óleo de soja e sabão, além de roupa e calçado.

No sentido inverso, os congolese democráticos trazem produtos do campo, com destaque para a mandioca, óleo de palma, batata inhame e macoco, chicuanga e dendém.

Nesta região, Angola e a RDC estão separados apenas pelo rio Chiloango, numa extensão de aproximadamente 100 a 150 metros de uma margem para a outra.

Mateus Maiamba Zau, 32 anos, é um cidadão angolano que há oito anos comercializa exclusivamente feijão e chinelos. Ao fazer uma retrospectiva da actividade mercantil naquela zona fronteiriça, Mateus Maiamba Zau disse que no passado havia maior movimento de clientela. "Tudo porque naquela altura o custo de vida era muito mais barato no país, o que contraria a realidade actual, "porque o Kwanza perdeu valor e os produtos estão muito caros".

Para além da subida dos preços nos centros comerciais onde os comerciantes os adquirem para revender na fronteira, onde são comercializados quer em dinheiro quer através de permuta directa, outra grande dificuldade tem a ver com o preço do táxi, que subiu de 1500 para 2.500 kwanzas. Todos esses custos adicionais, reforçou, implicam naturalmente o aumento dos preços dos produtos no mercado fronteiriço. "Infelizmente não tem sido fácil, porque os cidadãos congolese, os nossos principais clientes, não aceitam tais preços. Os congolese estão a reclamar muito, o negócio está a ficar muito complicado aqui na fronteira do Pinto", lamentou Mateus Maiamba Zau. Acrescentou que devido ao aumento dos preços pelos comerciantes angolanos, os congolese também fizeram o mesmo, agravando, ainda mais, o circuito mercantil junto à fronteira.

Quem também partilha a mesma opinião é Dionísia Kuami, 42 anos, vendedora de feijão. "O mercado do Pinto está muito mal. O poder de compra diminuiu consideravelmente. O dinheiro não está a aparecer, o fluxo de clientela reduziu consideravelmente, tudo devido à desvalorização do Kwanza e o agravar do custo de vida", referiu, quando questionada sobre o processo mercantil junto à fronteira Pinto da Fonseca, na comuna de Necuto, município de Buco Zau.

O negócio do óleo de palma

O óleo de palma é um dos produtos comercializados no mercado fronteiriço Pinto da Fonseca, a partir do lado congolês(RDC), sendo um negócio bastante apelativo, a julgar pelos lucros que proporciona.

Sidónia David é uma comerciante angolana que se dedica a este negócio. Compra das mãos dos congolese para posteriormente revender no mercado da província de Cabinda e noutras regiões do país. Diz que antes da desvalorização do Kwanza, o bidão de 25 litros de óleo de palma que comprava na fronteira entre 9 e 10 mil kwanzas passou para 15 mil kwanzas. "Nós revendemos a 17 mil kwanzas, com muitas dificuldades", lamentou.

Outro constrangimento apontado por Sidónia David tem a ver com as taxas aduaneiras cobradas pela AGT, que considera "muito altas para um comércio tão rudimentar como é o caso do negócio de óleo de palma".

"Em cada bidão de 25 litros de óleo de palma, a AGT cobra 500 kwanzas e um saco de cinquenta quilogramas de mandioca 2.500 kwanzas. O táxi subiu para 2.500 kwanzas por pessoa contra os anteriores 1.500, para além do preço da carga", disse Sidónia David.

Para além do negócio de óleo de palma, Sidónia David dedica-se também à compra e venda de mandioca, dendém e diversos tipos de batata, um negócio que diz já não render quase nada, devido à alta dos preços praticados pelos congolese, taxas aduaneiras e transportação.

O Jornal de Angola apurou, junto da Polícia Fiscal, que as taxas aduaneiras cobradas pela AGT no Posto Aduaneiro Pinto da Fonseca baseiam-se na Pauta Aduaneira em vigor. "A AGT não cobra nada que não esteja tipificado na lei", disse um responsável, que pediu para não ser identificado.

Kwanza e Franco Congolês

O Kwanza e o Franco Congolês são as duas moedas de referência utilizadas nas trocas comerciais, enquanto as canoas a remo são os meios que os congolese utilizam para a travessia e transporte dos produtos de e para o outro lado da fronteira. A travessia custa entre 100 e 200 kwanzas ou 300 francos congolese.

André Ngoma é um jovem congolês que manuseia as canoas para transportar pessoas e produtos de um lado para outro do rio Chiloango, junto à fronteira do Pinto. Disse que faz este trabalho há mais de dez anos e nunca registou nenhum incidente que pudesse pôr em causa a vida dos seus passageiros.

Diariamente transporta mais de 100 pessoas, o que lhe permite ganhar o mínimo para o sustento.

Fronteira do Yema adormecida

A fronteira do Yema, situada 17 quilómetros a Sul da cidade de Cabinda, foi no passado um local onde o movimento mercantil era frenético. Na altura, os cidadãos nacionais levavam produtos de primeira necessidade, com destaque para o peixe seco e leite em pó, para permuta com bebidas produzidas na RDC, tais como a famosa Primus, Skol, vitalo, electrodomésticos e roupa.

Hoje, face às dificuldades financeiras, a actividade mercantil na fronteira do Yema acabou. O posto fronteiriço está, hoje, limitado apenas ao controlo do movimento migratório de cidadãos de ambos os países que transitam de um lado para o outro em visita familiar ou de regresso ao país de origem e de camiões que transportam mercadorias diversas provenientes de Luanda para Cabinda, via RDC.

O chefe do Posto Aduaneiro do Yema, Augusto Junda, referiu-se, também, ao quadro macro-económico, aumento do custo de vida e à desvalorização do Kwanza como os principais factores que estão a criar constrangimentos aos pequenos empresários e negociantes que tinham o Yema como local preferencial para as transacções comerciais.

"Ficamos no Posto Aduaneiro à espera somente dos camiões para confirmarmos a entrada e o tipo de mercadorias que transportam", disse Augusto Junda, referindo-se à actividade da AGT na fronteira do Yema.

2.5 Lucros da banca comercial cresceram 113% para 377 mil milhões Kz no I semestre

Jornal de Expansão

25 De Agosto de 2023

Texto: Henrique Kaniaki

Os lucros dos 20 bancos que apresentaram os balancetes do II trimestre de 2023 até esta quarta-feira cresceram 113% para 377,2 mil milhões Kz no primeiro semestre face ao período homólogo, segundo cálculos do *Expansão* com base nos balancetes trimestrais divulgados pelas instituições bancárias.

Os números foram, por um lado, influenciados pelos resultados do Banco de Poupança e Crédito (BPC) que passou de prejuízos de 68,5 mil milhões Kz para lucros de 18,9 mil milhões Kz nos primeiros seis meses do ano. Durante sete anos, o gigante público apresentava os maiores prejuízos, levando para baixo os resultados agregados da banca nacional.

Contas feitas, 19 bancos registaram lucros e apenas o VTB contabilizou prejuízos avaliados em 2,9 mil milhões Kz, o que contrasta com os lucros de 2,6 mil milhões contabilizados no I semestre do ano passado (ver página 4). Dois bancos estão de fora destas contas, o Económico e o Standard Chartered Bank Angola, que até esta quarta-feira, ainda não tinham publicado balancetes do II trimestre de 2023 nas suas páginas da internet, contrariando assim a regulamentação do Banco Nacional de Angola (BNA).

Os resultados da banca também foram influenciados pelo crescimento dos activos dos bancos, sobretudo, pelo aumento das aplicações em títulos de dívida pública, que continuam a concentrar grande parte dos investimentos dos bancos, já que representam 37% do total dos activos da banca comercial.

Tal como entende o economista Mateus Maquiadi, no geral, o crescimento dos lucros foi, sobretudo, impulsionado pelo "uso mais intenso dos títulos e valores mobiliários que cresceram em média 32% e também pelo crescimento da liquidez no sistema, que é fácil ver porque a rubrica caixa e disponibilidade cresceu a uma média de 57%, o que estará em linha com a própria evolução do-Mó. Essas duas rubricas representam cerca de 73% do activo da banca".

Assim, para o economista, o crescimento mais intenso das operações com títulos e valores mobiliário continua a estar associado ao facto de o mercado não dispor de muitas alternativas que sejam seguras e viáveis em termos de investimento.

"Se retirarmos os títulos do Estado, praticamente não existirá mercado nenhum e os bancos, por hora, são as instituições com mais liquidez para os adquirir. Dando nota também que em termos homólogos as necessidades de financiamento do Estado aumentaram e, portanto, está a financiar-se muito mais, o que quer dizer que os bancos estão a comprar muito mais títulos do que no ano passado", apontou.

Na entrevista da edição 730 do *Expansão*, o presidente da Associação Angolana de Bancos (ABANC), Máro Nascimento, afirmou que o maior financiador do Estado e o sector bancário, por isso entende que "não é razoável

Que alguém espere que os bancos deixem de aplicarem títulos".

"Internamente, o maior financiador do Estado e o sector bancário. E do ponto de vista macroeconómico e de equilíbrio não faz sentido que os bancos mantenham recursos ociosos, porque existe uma presunção de que os bancos não devem aplicar em títulos, e uma ideia errada que se tem", disse. Entretanto, Máro Nascimento destacou que os bancos têm responsabilidades em disponibilizar recursos para o sector privado, mas sem descurar que o País está num contexto em que o Estado e um dos mutuários que vai à banca buscar dinheiro, e os bancos têm de rentabilizar os seus activos.

Contas feitas, a carteira de títulos e valores mobiliários dos 20 bancos cresceu 40%, passando de 5,2 biliões Kz para 7,3 biliões no I semestre deste ano face ao período homólogo. Trata-se, em parte, do efeito da desvalorização do kwanza face ao dólar, já que os títulos indexados a moeda estrangeira, quando convertidos para moeda nacional para efeitos de contabilidade dos balancetes, faz com que o valor dessa dívida titulada tenha crescido. O BAI (1,9 biliões Kz), o BFA (pouco menos de 1,1 biliões) e o BPC (979,3 mil milhões Kz, maioritariamente devido aos aumentos de capital feitos com títulos) lideram o ranking dos que mais detêm dívida pública na banca nacional.

BIC, BAI e BFA mantêm liderança

Com pouco mais de 4,0 biliões Kz, o BAI mantém a liderança em activos da banca, seguindo-se o BFA com 3,4 biliões e do BIC com 2,3 biliões. Juntos detêm 49% do activo total da banca. Contudo, o

activo agregado cresceu 30% para pouco menos de 20 biliões Kz.

Ainda dentro dos activos, o crédito continua a sua marcha de crescimento. No I semestre deste ano, o conjunto de 20 bancos registou um aumento de 29% no stock de crédito para quase 3,8 biliões Kz, mais 836,2 mil milhões do que os registados no mesmo período de 2022. Como de costume, o BIC continua a ser o líder deste ranking, com um stock de 727,8 mil milhões Kz, um crescimento de 31%. Segue-se o BFA com 496,8 mil milhões Kz e o ATLÂNTICO com 466,8 mil milhões Kz fecha o pódio.

Por sua vez, os depósitos cresceram na mesma proporção que os créditos, registando um aumento de 29%, passando de 11,9 biliões Kz para 15,4 biliões. Contas feitas, o rácio de transformação do conjunto de 20 bancos é de 240/a, um valor consideravelmente baixo face ao que acontece em economias mais desenvolvidas, o que demonstra que o crédito não é uma prioridade para a banca, ao contrário do que acontece com a dívida titulada.

Ainda assim, Mateus Maquiadi entende que a banca quer dar mais crédito à economia, uma vez que o stock de crédito tem estado a crescer, mas o sector encontra algumas barreiras estruturais que não permitem expandir ainda mais o volume de crédito.

"Penso que os bancos precisam dar mais crédito, mas para isso é preciso que as condições estejam preparadas. Numa altura como essa, muito mais crédito do que já se tem dado pode colocar e causa a estabilidade do sistema bancário, uma vez que os níveis de exposição precisam de ser monitorados", defendeu. "Ainda precisamos resolver problemas com direitos de propriedade e ambiente de negócios", rematou.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 900 embarcações paralisadas em Cacuaco por falta de combustíveis

Jornal O País

4 De Agosto de 2023

Texto: Francisca Parente

Numa ronda efectuada ao local, na manhã de Terça-feira, foi possível constatar dezenas de embarcações de pesca artesanal, também chamadas de chatas, atracadas, muitas das quais fora da água.

O fraco movimento no porto, contrastava com a habitual enchente num horário que, em condições normais, apresenta-se com vários clientes e pescadores, adicionado ao facto de se estar no princípio do mês em que as donas de casas aproveitam para comprar pescado e outros produtos da cesta básica.

A proprietária das embarcações Sassá Mutema, Amélia Monteiro, diz não ter dúvidas que esta realidade é fruto da subida do combustível e falta da cedência dos cartões de subvenção.

Amélia Monteiro queixa-se que das três embarcações que possui, apenas uma está a funcionar, pois o cartão de subvenção que recebeu, há uma semana, serve apenas para sustentar uma embarcação.

Neste porto, segundo contam os armadores, estão agrupados em associação cerca de 3 mil pescadores. Entretanto, realçam que deste número apenas 10 receberam os cartões de subvenção.

A maioria que continua a exercer a actividade, mas o fazem com recursos próprios, o que, segundo Amélia Monteiro, se reflecte no encarecimento do pescado.

"Ouve-se que algumas pessoas já têm os cartões, mas nós que estamos aqui conhecemos os poucos que receberam e quão difícil está a ser continuar na actividade", disse.

Numa manhã húmida, em que não foi ao mar em busca do pescado, estava o armador Gerrnno, sentado junto a uma das suas chatas, com as mãos sob o queixo num cenário de aparente reflexão, com as ideias e pensamentos longínquos.

Disse ao jornal OPAÍS que já tratou a documentação toda e deu entrada para ser beneficiário dos cartões

de subvenção, faz agora dois meses, mas até ao momento aguarda pela ligação para ir levantar os cartões, tal como lhe terá sido prometido no dia em que se registou. "Minha filha até agora nem água vem e nem água vai".

"Kixikila" na entrega

Se a situação não for regularizada, continuou, corre-se o risco de haver uma redução drástica dos armadores e marinheiros que praticam a pesca artesanal, pois, sustentou, da costa para o alto-mar gasta-se muito combustível.

O cartão, como disse Germano, está a sair como se de kixikila se tratasse e considera deficiente o processo de gestão de entrega dos cartões. "Tenho este documento que atesta que estou registado para adquirir o cartão, mas tu vais para lá e nem te dão a devida atenção", lamenta.

Vendadas chatas

Também sem o cartão está o armador conhecido no porto do Mundial como Mestre Xítaque fala da existência de centenas de embarcações artesanais paralisadas.

"Entre os armadores há sempre comunicação e caso haja novidades dos cartões a comunicação flui. A maior parte não está a trabalhar por conta desta situação e outros estão a preferir vender as embarcações, porque só os fortes estão a conseguir continuar com as actividades", disse confirmando que o número de embarcações paralisadas ultrapassa as 900.

Entretanto, a alegada entrega de poucos cartões em Cacuaco contrasta com a informação do Gabinete dos Transportes Tráfego e Mobilidade Urbana que, num mapa disponibilizado ao jornal OPAÍS aponta que só neste município foram entregues cerca de 289 até finais de Junho, -uma situação que os armadores dizem não corresponder com a realidade.

3.2 Preços atractivos levam clientes aos mercados

Jornal Economia & Finanças

4 De Agosto de 2023

Com uma recepção familiarizado resultado de alguns trabalhos já feitos o mercado dos Kwanzas, outro grande mercado de referência, localizado no município do Cazenga, distrito do Hoji-Ya-Henda, logo à entrada do "Parque da Laranja", foi visível a variedade de frutas espalhadas no chão pelo seu estado depurado ou apurado.

As más condições de venda e do saneamento básico, no interior do mercado, são os principais problemas flagrados pela equipa de reportagem, visto que o fenómeno atinge maior nível durante a época das chuvas que oficialmente começa a 15 de Agosto.

Face à sua localização, o mercado é considerado como um ponto estratégico e importante para o abastecimento a pequenos comerciantes que, por sua vez, abastecem os mercados de dimensão menor.

O gerente do mercado dos Kwanzas, Octávio Sampaio, disse que a zona Norte do país tem sido o principal fornecedor de laranja ao mercado, com destaque às províncias do Zaire, do Bengo e do Uíge.

Em relação aos anos anteriores, o mercado registou uma baixa considerável de fornecimento de fruta, tudo por conta da abertura de outros mercados. Em média semanal, o mercado regista a entrada de 10 a 16 viaturas carregadas de citrinos.

De acordo com o gerente, dada a quantidade de laranjas recepcionada pelo mercado, o país já atingiu os altos níveis na produção e colheita de laranjas.

Na luta pela sobrevivência e sem parar para contemplar o peso da idade que a persegue, o JEF actuou a vendedora de laranja, Lelo Gonçalves, de 59 anos.

Como estratégias para garantir os primeiros clientes, essencialmente pequenos vendedores, a negociante chega ao mercado às 5h10. O negócio adquirido no valor de 80 mil kwanzas leva de 4 a 5 dias para ser despachado.

A entrevistada que já vende laranjas há três anos, referiu que em 2020 foi vendedora de peixe, no mesmo mercado. Como o resultado da escassez e alta de preço deste alimento apreciado, por quase todas as famílias, decidiu efectuar viagens para à província do Zaire, sua terra natal, com o objectivo de comercializar laranjas. Num dia de fraca procura pelo produto, segundo a interlocutora, o preço ao seu negócio era vendido, quatro laranjas a 100 kwanzas, cinco (200) e sete (200), dependendo do tamanho. Para Lelo Gonçalves, quem mais compra o seu negócio são as pequenas vendedoras, também conhecidas por "zungueiras", Lucrecia Paulo, natural de Luanda, sem querer revelar o valor de lucro, disse que quase todo o negócio obriga sair cedo de casa para aproveitar os primeiros clientes devido à alta procura do produto de origem nacional às "zungueiras", conforme fez saber, sempre que se está em fase de colheita da laranja dispensa o seu negócio habitual e se junta ao negócio de laranja.

Os ambulantes usam esse negócio como fonte de sustento para as famílias.

Às vezes, tem havido muito citrino estragado e alguns são adquiridos por clientes para a produção de sumos e outros em estado avançado de degradação são jogados ao lixo.

A oferta do citrino permite à Lucrecia Paulo vender a preço de seis laranjas 200, quatro 200, "sete 200 e sete 500 kwanzas respectivamente.

3.3 Procura faz da laranja um negócio rentável em Luanda

Jornal Economia & Finanças
4 De Agosto de 2023

O alto consumo interno faz da laranja um bom investimento.

De acordo com a cotação do quilo de laranja de origem nacional e importada em alguns dos principais estabelecimentos comerciais, cobram um valor correspondente ao peso da balança.

Numa ronda feita em alguns supermercados da capital concluiu-se que a laranja nacional está importada, em termos de preço e preferências dos consumidores.

No supermercado Kibabo, o quilo de laranja importada é comercializado ao preço de 1.595,00 e a nacional 1.320,00.

Na Angomart, um quilo de laranja importada custa 2.295,00 e a nacional 1.950,00 kwanzas.

No Deskontão, um quilo de laranja importada custa 1.699,00 e a de origem nacional está no valor de 849,00 kwanzas, já no supermercado Kero, o quilo de laranja importada está no preço de 1.550 e a nacional 1.100 kwanzas.

Tendências do mercado

A oferta de laranjas está em seu pico durante os meses de Junho a Agosto quando as temperaturas são um pouco mais baixas.

O crescimento no mercado nacional é mantido, especialmente na zona Norte do país onde a produção de laranjas teve o maior crescimento nos últimos anos.

No entanto, o consumo per capita de laranja nacional tem melhorado constantemente, principalmente durante o período de cacimbo, devido à sua alta disponibilidade.

3.4 Produtores enfrentam dificuldades ao escoar

Jornal Economia & Finanças
4 De Agosto de 2023

A produção de laranjas tornou-se uma das mais importantes culturas agrícolas no país. Quem trabalha com o citrino para consumo está satisfeito. Já quem se dedica à fruta para indústria de sumo, enfrenta problemas de escoamento do produto.

A safra da laranja está pronta para colheita no país. Os agricultores que têm variedades para o consumo de mesa estão satisfeitos.

Segundo o produtor Pedro António, proprietário de um laranjal com 1.500 pés, metade do pomar está à espera para ser transportado para os pontos de venda.

O pomar, localizado na comuna do Kindege, no município do N'zeto, existe desde 2005. Este ano, o agricultor colheu 800 laranjeiras até agora, mas ainda tem muita fruta no pomar à espera para ser colhida.

Um saco de 25 kg é comercializado a 4.000 ou 5.000 kwanzas são provenientes das províncias do Cuanza-Sul, Norte, Malanje e de outros pontos do país.

A expectativa era de colher o fruto em mais de 1.000 pés (plantas) do seu laranjal.

A graúda, bem amarelinha e doce, tem destino certo, vai para a mesa do consumidor.

Caso as estradas estejam habilitadas, a colheita da fruta vai para a indústria. Pelo menos, a esta altura, as empresas transformadoras ainda não procuraram os produtores para negociar a safra, já que os produtores vivem sem soluções para escoar os produtos que muitas vezes se estragam no local de produção. Para um laranjal ter uma boa produção, muitos cuidados são necessários, e para isso, as vias devem facilitar o processo.

Para aumentar ainda mais os resultados num mercado cada vez mais competitivo, a indústria deveria investir.

3.5 Mercado do Kifica reabre portas à cidade de Luanda

Jornal de Angola
15 de Agosto de 2023

Depois de um incêndio ocorrido em Outubro de 2022 que destruiu 65 por cento da estrutura, o

mercado do Kifica, localizado no município do Talatona, reabriu, timidamente, as portas este mês aos comerciantes que há um ano aguardavam pelo regresso ao trabalho.

As obras de restauro e modernização do imóvel, estão acima de 70 por cento, mas a previsão é que fiquem concluídas até ao final do ano. Por isso, apenas cerca de 200 dos 700 comerciantes regressaram ao trabalho. "Devido ao incêndio, neste momento, regista-se duas centenas de comerciantes, mas acredito que nos próximos meses teremos muito mais", afirmou o administrador do mercado, Matias Batalha.

Segundo o responsável, por um período ainda por determinar, "os comerciantes principalmente, das áreas mais afectadas, estão isentos de pagar a taxa diária de 150 Kwanzas". Com prejuízos avaliados em mais de 600 milhões de kwanzas, o incêndio afectou, maioritariamente, os sectores de venda de material de construção (tintas, cabos eléctricos e tubos hidráulicos Pvc), roupa usada, colchões de espuma, calçados, utensílios domésticos, informático, didáctico e alimentação.

No dizer do administrador, já foram recuperadas as áreas mais afectadas. E a grande preocupação, por ora, "pretende-se com a reposição da energia eléctrica, pintura e outras". Quanto às vias de acesso, Matias Batalha sublinhou que estão, igualmente, contempladas na recuperação por parte das autoridades. Batalha reconheceu, porém, a existência de dificuldades financeiras de muitos comerciantes para recomeçar o negócio, num mercado construído em 2005, numa área de 14 mil metros quadrados.

3.6 Comerciantes mostram-se satisfeitos com novo espaço

Jornal Economia & Finanças
18 De Agosto de 2023

Para constatar a veracidade dos factos o Jornal de Economias: Finanças deslocou-se num dos espaços onde foram transferidos os armazenistas grossistas e zungueiras que actuavam no casco urbano de forma desordenada, nas zonas da Gajajeira, Arreiou e Hojy-Ya-Henda.

A cidadã de nacionalidade chinesa, Lili, gerente de um dos armazéns grossistas na área de vestuário, sente-se satisfeita por ter sido transferida no Kikolo Shopping.

A comerciante que prefere ser tratada apenas por "Lili", para fácil comunicação com os clientes

angolanos e que faz a venda por grosso num dos armazéns do São Paulo, disse que, o actual local oferece melhores condições de acomodação e de segurança.

Na área onde segundo a armazenista, havia muita confusão de pessoas e muitos delinquentes e por isso dificilmente conseguia circular em condições no seu estabelecimento.

"Embora os armazéns do São Paulo registarem uma renda mensal mais baixa, aqui estou melhor, porque não suportava o barulho e a desorganização feita pelos vendedores ambulantes", frisou "Lili".

Uma das contempladas vendedora Eva Gaspar que vende calças de ganga, há um mês no local desde que foi transferida da zona do São Paulo, do Arreio para o Kikolo Shopping, reclama que tem registado poucas vendas em relação onde estava, mas está consciente, de que essa baixa deve ser porque os grandes armazenistas ainda não foram transferidos na sua totalidade, o que faz, com que haja ainda pouco fluxo de clientes.

"Vamos aguardar para que esta transferência chegue ao fim, e quem sabe com a vinda de todos, teremos mais clientes", frisou Eva Gaspar, acrescentando que no Arreio vendia por dia 200 a 300 mil kwanzas e neste local não chega aos 50 mil ", frisou Eva Gaspar. Vumba Teresa é outra vendedora que se encontra há menos de um mês no Kikolo Shopping a comercializar calçado diverso, vinda transferida do Arreio.

Segundo ela o actual local é melhor, embora na zona onde vendia o negócio rendia mais. "Embora as vendas sejam poucas, consigo vender o suficiente para que não falte o pão", frisou Vunda Teresa.

Novos comerciantes

No local encontram-se também comerciantes grossistas e retalhistas que não fazem parte do processo de transferência, mas que são novos no local.

O gerente da Loja Wonka Africano. proveniente da República da-China Iack Fan disse que escolheu o Kikolo Shopping como o primeiro local de venda no Mercado angolano, embora existam outros pontos como a Cidade da China e a futura Nova Hera.

Presente no país a seis meses Iack Fan vende materiais de decoração de interior, nomeadamente, cortinas, tapetes, papel de parede, maçanetas, entre outros utensílios. O cidadão chinês disse que gosta de vender no local por ser organizado. "Agradeço a direcção - do Kikolo Shopping por me ter dado a

oportunidade de investir em Angola, e espero que a amizade entre os dois países perdure para sempre.

Outro contemplado com um espaço no Kikolo Shopping, é o mais recente vendedor Harpa Lira, que satisfeito com o seu enquadramento disse não ter motivos de queixa onde se encontra, porque tem registado a adesão de muitos clientes e vendas na sua bancada.

A comercializar material escolar, Harpa Lira encontrava-se em casa desempregado, mas por força de Deus, segundo o cidadão, conseguiu obter um espaço no Kikolo Shopping, uma experiência positiva, já que é o seu primeiro negócio.

3.7 Jovens têm na arte o seu 'ganha pão'

Jornal O País

18 De Agosto de 2023

Embora seja uma arte em que a maioria dos artistas está acima dos 40 anos de idade, tal como constatou a de reportagem do jornal OPAÍS, existem também alguns jovens que encontram nesta profissão o seu "ganha-pão".

É o caso de Neymar dos Santos, de 23 anos de idade, residente no município de Cacucaco, que diariamente sai de casa, no bairro Belo Monte, para se deslocar à sua oficina situada na Corimba, distrito da Samba, onde trabalha como mestre auxiliar na produção de cestos, celeiros, bancos e baús tradicionais, há mais de três anos.

Na mesma oficina, trabalha também Adão Ricardo, de 21 anos, igualmente mestre auxiliar há pouco menos de dois anos.

Os jovens mostram-se entusiasmados por desenvolverem uma arte humilde que garante os seus sustentos e o das suas famílias, assegurando que fazem com muito orgulho e determinação.

"Apesar de ainda estar aqui há poucos meses, já pude aprender muito e desenvolvi uma paixão por esta arte. Gosto do que faço e é a partir daqui que tiro o meu sustento e também ajudo nas despesas de casa", disse Pedro António, de 16 anos de idade, que desempenha a função de ajudante há seis meses.

Mulheres também ganham Jeito e habilidade na área

Numa arte onde os homens se assumem como os principais protagonistas, Cristina Tchivangu-lula é uma mulher que se impõe e mostra que tem jeito e

habilidade para desenvolver a arte que aprendeu com o seu tio enquanto ainda era adolescente.

Com 29 anos de idade, a jovem, que se mudou de Benguela para Luanda em busca de oportunidades e melhores condições de vida, é artesã profissional há pouco menos de três anos, e demonstra, por meio do seu trabalho, que tem capacidade para se afirmar no mercado e, por isso, vai aos poucos conquistando o seu espaço.

"É um pouco difícil ver mulheres a fazerem este trabalho que eu faço, mas isso não me impede de continuar. Aprendi esta arte na minha mocidade e desenvolvi as minhas habilidades já aqui, em Luanda, com a ajuda do mestre que trabalha comigo", adiantou.

Na sua pequena galeria, situada na zona do Benfica, Cristina expõe diversos produtos feitos por si e pelo seu colega mais experientes' o mestre João Moisés, de 58 anos. Dentre os produtos feitos pela jovem artesã constam chapéus' abanos, porta-lâmpadas, baús, bancos, cestos, vasos decorativos e vários objectos de decoração caseira.

Questionada se já foi vítima de alguma discriminação por ser a única mulher a trabalhar naquela arte, em especial naquela oficina, Cristina afirma ser focada e determinada, e, por isso, não dá espaço para qualquer tipo de barreira que o impeça de progredir.

"Sou forte e determinada. Tenho filhos para sustentar, por isso não ligo para a vaidade e me dedico seriamente àquilo que faço", salientou.

Dia internacional do Artesão

Recorde-se que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) instituiu o 19 de Março, como o 'Dia Internacional do Artesão', data escolhida por ser o Dia de São José, santo reconhecido como padroeiro dos artesãos, trabalhadores de um sector responsável por manter as culturas das comunidades vivas e presentes apesar da barreira que a modernização vão se constituindo-para estes profissionais.

3.8 Programa de Reordenamento do Comércio já permitiu cadastrar 389 estabelecimentos

Jornal de Angola
21 De Agosto de 2023
Texto: Ana Paulo

O Programa de Reordenamento do Comércio (PRC), gizado pelo Governo Provincial de Luanda (GPL),

permitiu, até à presente data, inspeccionar e registar um total de 389 estabelecimentos existentes nos municípios de Luanda e Cazenga.

O processo, que teve início em Janeiro do corrente ano, permitiu ainda a transferência de vendedores que exerciam a actividade comercial a grosso e venda estática para o Kikolo Shopping e outras áreas reservadas pelas administrações locais.

O grosso dos comerciantes transferidos eram da Zona da "Gajajeira" e do mercado informal "Arreiou", praças que existiam nos espaços adjacentes ao Mercado do São Paulo e Hoji-ya-Henda.

Segundo a porta-voz do Programa de Reordenamento do Comércio na Província de Luanda, Nádía Neto, ao Jornal de Economia e Finanças, de Janeiro a Julho deste ano, do global de estabelecimentos inspeccionados quase 300 são de venda a retalho, que estavam encerrados. Destes, 110 já foram reabertos.

Com relação aos comerciantes grossistas, Nádía Neto informou que, dos registados, um total de 75 armazéns estão em processo de transferência das mercadorias; uns para o Kikolo Shopping, outros para o Km 30 e em zonas do Zango 4, além de outras áreas reservadas e preparadas pelo Governo Provincial de Luanda em colaboração com os parceiros privados, principais gerentes dos espaços.

Ainda no grupo dos vendedores grossistas, Nádía Neto garantiu que 10 dos que vendiam no casco urbano já concluíram o processo de transferência, estando instalados e acomodados no Kikolo Shopping.

Outro local que também está a ser preparado para albergar os armazenistas grossistas é o Shopping "Nova Hera", em construção, na Via, Expressa, pertencente à direcção que gere a Cidade da China e o Kikolo Shopping. Estas zonas, segundo Nádía Neto, estão preparadas e com condições mínimas para que os vendedores se sintam confortáveis e assegurados em termos de segurança.

Quanto aos outros comerciantes grossistas, que ainda não foram transferidos, Nádía Neto esclareceu que uns continuam a transportar os produtos, por terem um grande volume de mercadorias armazenado, outros falta-lhes concluir alguns documentos no processo, como Alvará Comercial, documentação de legalidade de alguns armazenistas de nacionalidade estrangeira, que exerciam a actividade na ilegalidade, entre outros aspectos regentes do funcionamento do comércio em Angola.

"A deslocação das mercadorias ainda não terminou porque muitos tinham, nos armazéns, produtos em elevada quantidade, pois não tínhamos a noção de que, nestas áreas, havia grandes estabelecimentos com muitos produtos", frisou.

Nádia Neto mostrou-se admirada com o que viu, pois, os armazenistas que actuavam nas zonas do São Paulo, Hoji-ya-Henda e Cazenga recebiam, diariamente, grande número de contentores de mercadorias, produtos com os quais abasteciam outras regiões do país.

"Entre os locais que abastecia muitas outras províncias do país estão a Gajajeira, Hoji-ya-Henda e o Arreiou, zonas com registo de grandes fluxos de transporte de mercadoria diversa, desde material escolar, brinquedos, vestuário, calçados, electrodomésticos, materiais de telecomunicações, decoração de interiores, entre outros", refere a portavoza.

No caso específico dos produtos alimentares, Nádia Neto disse que esta área é comandada pelos armazenistas a retalho e estabelecimentos comerciais de pequeno porte.

Comerciantes satisfeitas com os novos espaços

Para constatar a veracidade dos factos, conforme refere na edição da última sexta-feira, o Jornal de Economia & Finanças deslocou-se num dos espaços, onde foram transferidos armazenistas grossistas e zungueiras, até então em actividade no casco urbano de forma desordenada, com realce às zonas da Gajajeira, Arreiou e Hoji-ya-Henda.

A cidadã de nacionalidade chinesa, Lili, gerente de um dos armazéns grossistas na área de vestuário, sente-se satisfeita por ter sido transferida ao Kikolo Shopping.

A comerciante que prefere ser tratada apenas por "Lili", para fácil comunicação com os clientes angolanos e que faz a venda a grosso, num dos armazéns do São Paulo, disse que o actual local oferece melhores condições de acomodação e de segurança.

Na área onde vendia, segundo a armazenista, havia muita confusão de pessoas e muitos delinquentes e por isso dificilmente conseguia circular em condições pelo seu estabelecimento.

"Os armazéns do São Paulo registavam uma renda mensal mais baixa, aqui estou melhor. Já não suportava o barulho e a desorganização feita pelos vendedores ambulantes", frisou "Lili".

Uma das contempladas, vendedora Eva Gaspar, que vende calças de ganga, há um mês, no local, desde que foi transferida da zona do São Paulo, do Arreiou para o Kikolo Shopping, reclama que tem registado poucas vendas em relação onde estava, mas está consciente, de que essa baixa deve ser porque os grandes armazenistas ainda não foram transferidos na sua totalidade, o que faz, com que haja ainda pouco fluxo de clientes.

"Vamos aguardar para que esta transferência chegue ao fim, e quem sabe com a vinda de todos, talvez tenhamos mais clientes", frisou Eva Gaspar, acrescentando que, no Arreiou, vendia por dia 200 a 300 mil kwanzas e neste local não chega aos 50 mil", frisou Eva Gaspar.

Vumba Teresa é outra vendedora que se encontra há menos de um mês, no Kikolo Shopping, a comercializar calçado diverso, transferida do Arreiou.

Segundo ela, o actual local é melhor, embora na zona onde vendia o negócio rendesse mais. "Embora as vendas sejam poucas, consigo vender o suficiente para que não falte o pão", frisou Vumba Teresa.

No local, encontram-se também comerciantes grossistas e retalhistas, que não fazem parte do processo de transferência, mas que são novos no local.

O gerente da Loja Wonka Africano, proveniente da República da China, Jack Fan, disse que escolheu o Kikolo Shopping como o primeiro local de venda no mercado angolano, embora existam outros pontos como a Cidade da China e a futura Nova Hera.

Presente no país há seis meses, Jack Fan vende materiais de decoração de interior, nomeadamente cortinas, tapetes, papel de parede, maçanetas, entre outros utensílios. O cidadão chinês disse que gosta de vender no local por ser organizado. "Agradeço à Direcção do Kikolo Shopping por me ter dado a oportunidade de investir em Angola, e espero que a amizade entre os dois países perdure para sempre.

Outro contemplado com um espaço no Kikolo Shopping, é o mais recente vendedor Harpa Lira, que satisfeito com o seu enquadramento disse não ter motivos de queixa por onde se encontra, porque tem registado a adesão de muitos clientes e vendas na sua bancada.

A comercializar material escolar, Harpa Lira encontrava-se em casa desempregado, mas por força de Deus, segundo o cidadão, conseguiu obter um espaço no Kikolo Shopping, o seu primeiro negócio.

3.9 Desinteresse de taxistas à SS preocupa autoridade da Huíla

Jornal OPAÍS

25 De Agosto De 2023

Em Abril de 2022, o Conselho de Ministros, aprovou o Regime Jurídico de Protecção Social Obrigatória dos Trabalhadores por conta própria que realizam actividades económicas geradoras de baixo rendimento, um diploma que visa flexibilizar o acesso e a inscrição desse segmento, que inclui Taxistas e Moto-taxistas, na Segurança Social.

A preocupação foi manifestada ontem, Quinta-feira, pela directora do gabinete provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, Gracinda Gonçalves, considerando controverso o pouco caso que a classe está a fazer ao benefício, um exercício que visa unicamente assegurar uma reforma condigna e futuramente poderem beneficiar das suas contribuições.

A situação da segurança social, prosseguiu, é um tema que preocupa o gabinete, devido a condição dos taxistas e moto-taxista e a limitação de alguma informação sobre o assunto, pois desde 2018 que as associações afins da província reivindicam a inserção nesse serviço.

Destacou que em função desta necessidade, depois de um largo período de sensibilização da classe sobre o assunto, realizou-se em quatro dias a campanha de inscrição que juntou, no gabinete dos Transportes, equipas da repartição das Finanças e da Segurança Social, para facilitarem o processo.

"Tivemos uma adesão muito baixa, apenas SI taxistas e moto-taxistas inscreveram-se, quando poderíamos ter mais, mas acreditamos que os nossos taxistas vão dar continuidade, procurando as Finanças e a Segurança Social, para fazer a sua inscrição, porque no final do dia, o benefício é mesmo para eles", assinalou a fonte.

Explicou que o processo começou com o município do Lubango, a seguir será o da Matala, onde já estão todas as condições criadas como a Administração Geral Tributária (AGT), para o licenciamento das pessoas que não têm Número de Contribuinte Fiscal (NIF).

Gracinda Gonçalves referiu que para os demais municípios, foi delineada uma estratégia com os directores municipais, no sentido de fazerem a recolha da documentação que será enviada ao gabinete provincial, que, por sua vez, vai tratar do

NIF e no tempo oportuno dar início à inserção dos interessados.

Na província da Huíla estão licenciados 20 mil moto-taxistas e mil 360 taxistas, mas a actividade de táxi ainda é exercida de forma ilegal por mais outros 2 mil, segundo dados dos Transportes.

3.10 Venda de peças e reparação de viaturas no Huambo tiram jovens do desemprego

Jornal de Angola

26 De Agosto de 2023

Texto: Marcelino Wambo

As casas de venda de acessórios para automóveis, na cidade do Huambo, têm vindo, nos últimos anos, a facilitar a vida de centenas de cidadãos que procuram o primeiro emprego.

Alguns comerciantes abordados pela nossa reportagem confirmam que os locais são de muita solicitação dos jovens, que encontram nisso uma boa alternativa de emprego.

O gerente da firma "Auto-Mecânico soluções", de comercialização de peças e reparação de automóveis, que existe há 11 anos, referiu que já empregou mais de 100 funcionários, entre eles três estrangeiros. Laurindo Quintas e outros começaram uma nova etapa que mudou consideravelmente a sua vida, por terem ganhado o trabalho com a venda de peças. Referiu que as lojas de comercialização de peças e oficinas de reparação de viaturas estão a ajudar muitos jovens e chefes de família, com a oferta de emprego.

Muitos deles, realçou, já tinham perdido a esperança depois de tantas tentativas na função pública sem sucesso.

Laurindo Quintas afirmou que todos trabalhadores estão inscritos no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) de forma a garantir a sua reforma quando já não puderem mais trabalhar.

Assegurou, ainda, que a empresa está representada em nove províncias, designadamente Benguela, Namibe, Huíla, Cuanza-Norte, Bié, Cuanza-Sul, Cuando Cubango, Luanda e Huambo.

Negócio rentável

O director da empresa Autonangola, Comércio de Peças e Acessórios Automóveis, Frank Nakoh, de

nacionalidade nigeriana, explicou que está no negócio há 15 anos. Acrescentou que o negócio é rentável.

Frank Nakoh disse que trabalha com oito funcionários e comercializa quase todo tipo peças, oriundas de Dubai, de vários modelos das marcas Toyota, Hyundai, Kia, Nissan, Mitsubishi, Suzuki, Renault e outros. Reconhece que os preços variam em função do câmbio do dólar americano, que, como disse, dita as regras do comércio.

Localizada no bairro de São Pedro, sector Xavier Samacau, arredores da cidade, a loja recebe, todos os dias, solicitações de jovens que procuram emprego.

Muitos clientes preferem comprar no mercado da Quissala

Os preços dos acessórios de viaturas nas bancadas do mercado da Quissala, conhecido por "Alemanha", em relação às concessionárias e outras casas de venda de peças automóveis são mais acessíveis, segundo alguns compradores contactados pelo Jornal de Angola. Nas bancadas estão expostos vários acessórios, entre os quais correias, pára-lamas, velas, retrovisores, piscas, faróis, amortecedores, calços, discos de embraiagem, terminais, porcas, filtros de ar, bombas manuais e outros.

Os terminais, rótulas, jogos de reparação, calços, filtros de ar, retrovisores, piscas, lâmpadas de faróis, amortecedores para Hiace, Corolla, Kia, Hyundai i10 e Suzuki Jimny lideram a lista de acessórios de automóveis mais solicitados pelos clientes.

A vendedora Margarida Kalesso esclareceu que muitos utentes de viaturas preferem procurar os serviços do mercado, apesar de existirem representantes das marcas que dão mais segurança aos compradores.

Acrescentou que para conseguir um cliente e chegar ao ponto de comprar precisa ter paciência suficiente para atraí-lo, pois são muitos vendedores a conquistar o mesmo comprador. Referiu, a título de exemplo, que os amortecedores de Toyota Rav 4 estão a ser comercializados ao preço de 25 mil kwanzas.

Quem tiver mais argumentos, ainda que proponha o preço mais caro, leva o cliente para a sua bancada. Assim tem sido o dia-a-dia dos comerciantes no Mercado da Quissala.

Reparação de avarias

As oficinas de reparação de automóveis são outros locais que estão a dar resposta às necessidades de emprego por parte dos jovens na cidade do Huambo.

Tal é o caso da Oficina 404, localizada no bairro Rua do Comércio que, segundo a gerente, Fernanda Correia, tem 17 funcionários. Revelou que já recusou muitos pedidos de vagas devido à capacidade limitada.

Lembrou que foram admitidos trabalhadores nas categorias de mecânico, eletricista, bate-chapa, pintor, balconista, técnico de diagnóstico de avarias em automóveis, que hoje fazem parte do conjunto da mão-de-obra.

Fernanda Correia explicou que desde que passou a gerir a oficina, por conta do falecimento do pai, constatou que o grande problema consiste no tempo que os clientes mantêm as suas viaturas na oficina, devido à dificuldade na aquisição de peças para substituição.

"Os acessórios são muito caros. Por isso, muitos clientes mantêm as viaturas nas oficinas por largo tempo por falta de dinheiro. O normal seriam três a quatro dias úteis para ter a viatura pronta e ser entregue ao proprietário. Mas isto depende muito também dos problemas que as viaturas apresentarem, pois há aqueles casos mais complexos", disse.

Na Oficina 404 encontramos César Horácio, de 61 anos. Pintor de profissão desde 1986, disse que com o que ganha paga os estudos dos filhos e até dos netos. Realçou com muita tristeza que tem assistido jovens formados sem qualquer ocupação e por isso, entende que a frustração tem forçado muitos a enveredar para o mundo da delinquência.

3.11 Vendedoras na vila de Viana ignoram risco de atropelamento e insistem na venda desordenada

Jornal de Angola

28 De Agosto de 2023

Texto: Pedro Vicente

De repente, parou um carro da polícia, três agentes saltam da viatura em simultâneo. As comerciantes dispersaram-se, em fuga, do tipo "salve-se quem puder". Naquela situação de aflição, uma vendedora tentou atravessar a avenida, debaixo da pedonal amarela (ponte amarela), na vila de Viana. Foi por um triz. O motorista de uma Land Rover branca pisou o freio do veículo a tempo, o ruído produzido pelos pneus e o asfalto despertou a atenção dos transeuntes e das pessoas dentro dos estabelecimentos comerciais ao lado, que saíram para saber o que tinha acontecido.

Este é o cenário de todos os dias na vila sede do município de Viana, desde o início do programa de Reordenamento do Comércio, implementado há dois meses pelo Governo Provincial de Luanda, com o objectivo de acabar definitivamente com a venda desordenada e garantir uma boa imagem à capital.

A actividade dos agentes da Polícia e da Fiscalização não tem sido fácil. Quanto às vendedoras, parece que já se acostumaram com a situação de corridas. Pois, quando os agentes aparecem, elas se dispersam, criando um ambiente de confusão e susto para quem estava distraída, atravessam as estradas sem se importarem com o perigo de atropelamento. Uma são apanhadas, colocadas na viatura com o seu negócio e levadas para a esquadra.

Depois que os agentes se retiram, elas voltam ao mesmo lugar, fazem mercados, estreitam a faixa de rodagem, as viaturas fazem manobras para não pisarem as mercadorias, ocupam também as calçadas, obrigando os peões a circularem noutros lugares.

O Jornal de Angola constatou, no local, duas zungueiras não resistiram à perseguição dos agentes. Deixaram cair o negócio e elas próprias foram ao chão. Foram apanhadas, uma delas em estado de gestação, feriu-se ligeiramente no joelho da perna direita, e forçadas a subir na viatura patrulha com os seus pertences. De seguida a viatura arrancou.

Tão logo a viatura da Polícia se retirou, as vendedoras voltaram a expor os seus produtos no chão, sem se importar com os agentes que fazem a ronda no local.

O destino dado aos bens apreendidos

Uma fonte da Administração Municipal de Viana, que pediu anonimato, informou que, em alguns casos as senhoras ficam detidas por algumas horas e depois são soltas, noutros casos, se houve alguma resistência, ofensas morais ou física contra os agentes em serviço, podem ser levadas a tribunal para responder em processo sumário.

Quanto aos bens, explicou a fonte, são armazenados num lugar seguro e posteriormente levados a um lar de acolhimento de crianças ou idosos, como forma de penalizá-las e inibir para não continuarem com essa prática.

O negócio é mais lucrativo na rua

Violante António, 43 anos, vendedora de rua, contou ao Jornal de Angola que vende naquelas condições porque é mais lucrativo do que ficar no interior do mercado.

Sobre os riscos de ser detida e perder os bens ou mesmo ser atropelada durante a fuga, Violante António respondeu que já anda habituada com isso pois, disse, já foi detida algumas vezes e como consequência perdeu o negócio, mas não desistiu.

"Nos mercados, nós que estamos a entrar agora nos põem lá no fundo, onde não tem clientes. Para conseguir um bom lugar tem que pagar 30 mil kwanzas aos fiscais. Onde vamos encontrar esse dinheiro?", questionou.

Violante António contou, ainda, que a estratégia usada para não caírem na falência nas operações da polícia é não expor todo o negócio. "A maioria do negócio fica na casa de processo, aqui só trazemos um pouco, quando acaba, vamos buscar outro", disse.

Teresa Manuel, outra vendedora, justifica que a permanência na Vila, na rua, deve-se ao facto de não haver lugar nos mercados e que para a obtenção de espaço o preço vai além das suas capacidades financeiras.

Mais de 57 mil bancadas desocupadas nos mercados

Contrariando as alegações das vendedoras de rua, a porta-voz do Programa de Reordenamento do Comércio, Nádía Neto, garantiu que, em Luanda, existem perto de 200 mercados espalhados por todos municípios e mais de 57 mil bancadas desocupadas.

O município de Viana, por exemplo, disse, tem 23 mercados e 6.473 bancadas. O que significa que há lugares suficientes para albergar a maioria das pessoas que fazem a venda nas ruas da cidade.

Nádía Neto acrescentou que o programa de Reordenamento do Comércio "não é um combate à venda ambulante", até porque, disse, "o comércio ambulatório é uma actividade legal". "Só não se pode é fazer mercados nas ruas", sublinhou.

Teimosia das vendedoras

Os agentes da Polícia e da Fiscalização, na vila de Viana, incansavelmente vão fazendo o seu trabalho, mas o facto é que tem sido difícil lidar com a situação, devido à teimosia das vendedoras.

Um dos agentes de plantão, debaixo da pedonal, mais conhecida como "ponte amarela", visivelmente cansado, acha que se as medidas fossem mais duras, muitas já teriam desistido dessa prática. "Tinham que ficar pelo menos seis meses na cadeia, só com uma refeição por dia. Quando saíssem, duvido que continuariam aqui", disse.

Falta de urinóis

Ficar por alguns minutos em determinados pontos da vila de Viana, como debaixo da ponte amarela, na rua por trás do supermercado Candando, nos arredores da Casa da Juventude, no passeio da estação dos comboios, é preciso ter fôlego para suportar o cheiro de urina. A falta de urinóis naquela zona força os utentes a urinarem em tudo quanto é canto.

Dona Juliana, 69 anos, aposentada, moradora da vila de Viana há mais 40 anos, disse que se cansou de tanto repreender as pessoas que insistem em fazer a descarga na sua parede e não sabe como vai resolver isso, visto que a circunscção não tem balneários públicos. "Meu filho, nós aqui já estamos cansadas de falar. Perdemos as forças, não sabemos mais o que fazer", lamentou.

Outro problema tem a ver com a questão do lixo produzido pelas vendedoras.

Dona Juliana, que foi funcionária da fábrica de tecido "Textang", em Luanda, apoiada numa bengala, conta como era a vila de Viana antes. "Aqui na vila, meu filho, não era qualquer pessoa que circulava. Isto era bonito e havia regras, as ruas eram limpas", recordou.

Com o olhar no passado, descreveu a sua juventude e os lugares onde as pessoas da sua época gostavam de estar. "A escola onde estudamos, ali na actual Repartição Municipal da Educação, o jardim da vila que ficava perto do palácio, o Cine Kilumba, onde assisti os filmes 'A Marca da Maldade', 'O Sétimo selo', 'O Batedor de Carteiras' e outros que já esqueci. Hoje o cine está transformado num balneário imundo", lamentou.

A ancião lamentou ainda o facto de a maior parte das residências e lugares históricos estarem transformados em estabelecimentos comerciais, as ditas cantinas, cabrités, bares, lojas de telefones, gráficas, casas de processo, o que, na sua opinião, tira a estética daquilo que era a vila de Viana.

São Paulo com novo rosto

Margarida de Lemos, 35 anos, casada, é moradora do bairro São Paulo há vários anos. Entusiasmada com a presença da equipa do Jornal de Angola, disse que já consegue passear debaixo do seu prédio, desde que começou o Programa de Reordenamento do Comércio.

"Eu não conseguia ficar em baixo do prédio devido à venda desordenada. Actualmente já fico debaixo do prédio com o meu marido e filhos a apanhar um pouco de frescura, o que antes era impossível", sublinhou.

A satisfação de Margarida é partilhada por quase todos os moradores e visitantes do São Paulo, que dão nota positiva à iniciativa do Governo Provincial de Luanda, por ter conseguido inserir, de facto, os comerciantes dentro dos mercados.

O São Paulo de hoje, pelo que se pode constatar, regista um ambiente de calma e já se pode transitar pelo passeio sem correr o risco de pisar no negócio de uma vendedora.

Para além disso, verifica-se também, um cenário de limpeza em toda a rua Ngola Kiluanje, lancis e separadores pintados, iluminação pública reposta e o pavimento com a devida marcação, para garantir uma melhor circulação de veículos e peões.

Zonas prioritárias

O Programa de Reordenamento do Comércio, de acordo ainda com a porta-voz, Nádía Neto, está focado, rigorosamente, na zona do São Paulo, estendendo-se até às ruas Ngola Kiluanje, Rei Mandume, Cónego Manuel das Neves e Gajageiras.

Depois de estar consolidado nessas áreas, acrescentou, vai se atacar com o mesmo rigor as outras áreas da cidade de Luanda, tais como Congolenses, vila de Viana, Calemba 2, Benfica e outros.

A também administradora do Distrito Urbano do Rangel apelou a todos que insistem na prática da venda desordenada a entrarem nos mercados, sob pena de sentirem depois o peso da lei.

Origens da vila de Viana

O nome Viana pertenceu a um velho português, funcionário da estação de comboios, que tinha como actividade fazer a mudança de linha das locomotivas, vulgarmente chamado de agulheiro, que se chamava António Viana e fixou residência no local de trabalho por muitos anos.

Consta que a vila de Viana recebeu os seus primeiros moradores na década de 1920, depois dos colonizadores fixarem os seus cómodos, durante as viagens.

3.12 Comerciantes da Lunda-Norte defendem construção de mercados e reabilitação de estradas

Jornal de Angola

29 De Agosto de 2023

Texto: Armando Sapalo

A Administração Geral Tributária (AGT) e os operadores económicos da Lunda-Norte defendem a organização dos mercados, com a construção de infraestruturas e definição de tarifas, para o alcance da almejada eficiência económica nas trocas comerciais através da vasta fronteira com a República Democrática do Congo(RDC).

Só com o território da província da Lunda-Norte, a RDC partilha uma fronteira de 770 quilómetros, sendo 650 terrestres e 120 fluviais, através das províncias congolenses de Lualaba, Kasai, Kasai Central e Kwangu.

Em declarações ao Jornal de Angola, a partir do Posto de Controlo Aduaneiro do Chissanda, no município do Chitato, que liga com o de Kamako, província de Tschikapa, na RDC, um dos principais mercados de trocas comerciais, o chefe da Delegação Aduaneira do Dundo, pertencente à 7ª Região Tributária da AGT, João Miguel António apelou aos Estados-membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a dar uma especial atenção ao comércio fronteiriço.

João Miguel António informou que a Delegação Aduaneira do Dundo, na Lunda-Norte, controla 27 Postos Fronteiriços com a RDC. Antes do encerramento dos mesmos, em Março de 2020, devido à pandemia da Covid-19, as receitas mensais rondavam entre 30 e 40 milhões de kwanzas, para a parte angolana.

A pandemia da Covid-19, segundo o responsável, afectou consideravelmente o volume de arrecadação de receitas da Delegação Aduaneira do Dundo nos postos fronteiriços da Lunda-Norte.

As trocas comerciais decorrem a bom ritmo, mas o responsável explicou que desde a reabertura dos mercados regista-se alguma diminuição na dinâmica da actividade, pelo facto de no período do confinamento os operadores ligados ao comércio transfronteiriço terem aplicado os seus recursos em outras necessidades, devido às circunstâncias do momento.

Acrescentou que o comércio fronteiriço entre a Lunda-Norte e as províncias da RDC tem sido uma das principais actividades que possibilita alavancar o volume de arrecadação de receitas aduaneiras para o Estado por via da AGT e renda para as famílias e empresários.

Postos fronteiriços mais produtivos

Entre os 27 Postos Fronteiriços controlados pela Delegação Aduaneira do Dundo, segundo João Miguel Antonio, de Tchicolondo e Itanda Furi-3 são os mais produtivos, com fluxos de actividades económicas consideráveis e com presença de funcionários da AGT.

Nos outros postos, acrescentou, o trabalho de controlo em termos de arrecadação de receitas é assegurado pela Polícia Fiscal Aduaneira , devido à escassez de técnicos da AGT.

O responsável informou que todos os postos aduaneiros estão quase com o mesmo nível de arrecadação, mas disse que a AGT está com boas perspectivas para os próximos anos, por causa da reabertura da fronteira com a República Democrática do Congo. Angola exporta para a RDC, a partir da Lunda-Norte, essencialmente produtos da cesta básica nacionais, material de construção, plásticos e bebidas gaseificadas.

Angola, por sua vez, importa da RDC produtos agrícolas, sobretudo tubérculos (mandioca e batata-doce), assim como ginguba e hortícolas.

Níveis de receitas

João Miguel António esclareceu que todos os anos a AGT estabelece metas nas diferentes instâncias aduaneiras sobre o nível de receitas a arrecadar. Para o chefe da Delegação Aduaneira do Dundo, as perspectivas para o presente ano apontam para mais de 500 milhões de kwanzas.

O responsável avançou que, de Janeiro a Agosto do presente ano, a delegação conseguiu arrecadar mais de 160 milhões de Kwanzas em receitas aduaneiras nos diferentes postos existentes.

Os cidadãos da RDC, segundo João Miguel António, têm muito interesse em adquirir produtos da cesta básica angolana, sobretudo os nacionais, que anteriormente estavam com uma taxa de 20 por cento, mas que agora foram agravadas para 70 por cento. "Isso fez com que houvesse uma redução no volume das trocas comerciais", disse.

De acordo com o responsável, o Posto de Controlo Aduaneiro do Tchicolondo, no município do Cambulo, na Lunda-Norte, que liga ao posto de Kalamba Mbunji, província do Kassai Central (RDC), é um dos principais pontos de saída de produtos alimentares de Angola, registando, em média, 40 a 60 camiões contentorizados com produtos diversos.

Comércio fronteiriço é lucrativo

Comerciantes angolanos entrevistados pelo Jornal de Angola consideram de extrema importância o comércio transfronteiriço entre Angola e a RDC, tendo em conta o seu impacto no fornecimento de produtos essenciais para os respectivos povos.

Miranda Tomás, comerciante há 18 anos nos mercados do Chissanda e Furi, reconhece haver condições de segurança que permitem as trocas sejam em observância às normas internacionais e com base nas boas relações entre os dois Estados. O também estudante universitário na Faculdade de Economia da Universidade Lueji A'nkonde defendeu que as trocas comerciais ao longo da fronteira comum devem decorrer de forma organizada, respeitando as leis vigentes.

Miranda Tomás comercializa vestuário, calçado e material plástico, um negócio que considera rentável e que permitiu construir uma residência e custear a sua formação superior e da esposa e suportar outras despesas para os filhos.

O comerciante assegurou que as relações com o povo irmão a partir dos mercados fronteiriços "são óptimas". Apelou ao Governo a construir um espaço para as vendas, no lado angolano, com vista a garantir a fluidez na actividade comercial.

Emiliano Punga, outro comerciante angolano com presença regular nos mercados fronteiriços, que se dedica à venda de peixe fresco, disse que o agravamento das taxas aduaneiras de 20 para 70 por cento está a afugentar os compradores da RDC, mas em termos globais a actividade tem sido positiva.

O entrevistado explicou que leva ao mercado do Chissanda, entre 30 e 40 caixas de 20 quilogramas cada para comercializar no mercado fronteiriço. Cada caixa compra ao preço de 27 mil kwanzas e no mercado da fronteira, revende ao equivalente a 30 mil kwanzas. "É uma actividade que garante o nosso sustento. Apenas o agravamento das taxas aduaneiras é que está a afugentar os clientes que vêm da RDC, mas o resto está a correr de forma organizada e com muita segurança nos dois lados", sublinhou.

Maria Machingo, outra comerciante que se dedica ao comércio transfronteiriço há dez anos, disse ao Jornal de Angola que o Governo devia projectar a construção de um mercado para facilitar a actividade dos operadores económicos, uma vez que por falta de espaço, todas as trocas são feitas do lado da RDC.

A comerciante, que vende peixe seco, afirmou que o negócio é bastante lucrativo. "Basta o Governo criar as condições de infra-estruturas e serviços necessários ao comércio, como estradas e agências bancárias, assim como a organização do frete de transporte de mercadorias", disse.

A comerciante disse ter informações de que a AGT está a trabalhar na criação de condições técnicas e tecnológicas para a acomodação dos quadros e asseguramento do controlo das receitas, a partir do Posto Fronteiriço do Tchicolondo e outros da região, com vista a facilitar a actividade dos operadores económicos dos dois países. "Apenas a parte congoleza tem mercados, onde são feitas as trocas comerciais, mas nós ainda não temos. Pedimos ao Governo que faça isso", sublinhou.

Para Emang Verónica, outra comerciante entrevistada pelo Jornal de Angola, a reabilitação das estradas que dão acesso aos postos de controlo aduaneiro pode ser o ponto de partida para o aumento das receitas aduaneiras resultantes das trocas comerciais com a RDC a partir da Lunda-Norte.

A reactivação dos mercados para as trocas comerciais, depois da pandemia, foi uma grande satisfação para os operadores económicos, mas Emanga Verónica considera importante que os dois Governos assumam o compromisso de materializar a reabilitação das respectivas vias de comunicação.

Os mercados fronteiriços são pontos estratégicos capazes de estimular o desenvolvimento social e económico, daí que as vias de comunicação são importantes para facilitar o escoamento de mercadorias, acrescentou.

Em cada dia das trocas comerciais, Emanga Verónica transporta tanto para o Chissanda como Tchicolondo 200 a 300 caixas de peixe fresco para vender nos mercados fronteiriços. A mercadoria angolana, disse, é bastante procurada pelos congolezes.

Com boas estradas e outras condições, disse, é possível assegurar a promoção do comércio, turismo, circulação ordenada de cidadãos e o fortalecimento dos laços culturais com o povo da RDC.

Mercado de Tchicolondo funciona todos os dias

Contrariamente aos outros postos, cujas trocas comerciais ocorrem duas vezes por semana, quarta-feira e sábado, no Tchicolondo, por ser o maior mercado fronteiriço da região, o movimento é diário, com receitas que rondam cerca de sete milhões de kwanzas por mês. Antes da pandemia, segundo João Miguel António, o Posto de Controlo Aduaneiro do Tchicolondo facturava mensalmente entre 30 e 40 milhões de kwanzas/mês.

A 7ª Região da AGT tudo faz para que o Posto de Controlo Aduaneiro do Tchicolondo e outros na Lunda-Norte aumentem a média mensal de arrecadação de receitas.

Esclareceu que Tchicolondo é um dos principais postos aduaneiros da 7ª Região Tributária, que compreende as províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico.

Os indicadores apontam que, em função do grande movimento migratório, aliado ao volume de negócios, o Posto Aduaneiro do Tchicolondo consegue atrair muitos agentes económicos, mas o grande problema reside nas vias de comunicação.

O chefe da Delegação Aduaneira do Dundo garante que as autoridades da Lunda-Norte estão empenhadas em criar melhores condições para o comércio transfronteiriço, cuja prioridade deve recair na construção de estradas que ligam as sedes municipais, comunais até aos limites fronteiriços com a RDC.

Esclareceu que, no limite fronteiriço, apenas a parte congoleza tem um mercado, onde são feitas as trocas comerciais. Do lado angolano há também o compromisso da criação de um espaço para a comercialização de diferentes produtos.

Reabilitação da estrada

Um dos problemas por resolver pelas autoridades angolanas, referiu, é a melhoria da estrada que liga a vila mineira do N'zagi, município do Cambulo, ao Posto Fronteiriço do Tchicolondo, num percurso de 97 quilómetros.

No período de Cacimbo, disse, a viagem pode durar quatro horas, mas no tempo chuvoso a viagem pode durar até sete horas, acrescentou, salientando que o único mercado fronteiriço da parte angolana com estrada asfaltada é o do Chissanda, no Chitato, numa extensão de dez quilómetros.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Governo pagou mais de 361 mil milhões em atrasados no ano passado

Jornal de Angola

1 De Agosto de 2023

O Governo pagou, no ano passado, 361.869 milhões de kwanzas em atrasados da dívida interna a fornecedores de bens e serviços, envolvendo 370 acordos com credores, de acordo com um comunicado divulgado, segunda-feira, pelo Ministério das Finanças .

Os pagamentos deram-se à mercê de um processo de certificação adoptado em 2021, envolvendo o registo da dívida no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE) e a submissão ao Ministério das Finanças para a remessa à Inspeção Geral do Estado (IGAE).

O comunicado declara que 282 acordos de regularização foram homologados em 2021, envolvendo pouco mais de 330.217 milhões de kwanzas, além 88 homologados naquele mesmo ano e pagos de forma parcial, mas com remanescente, cifrado em mais de 31.652 milhões de kwanzas, liquidado em 2022.

Os pagamentos foram dominados por dívida do Ministério das Finanças em 22,55 por cento do total, sob a influência dos atrasados relacionados com a construção das centralidades sob o controlo do Fundo de Fomento Habitacional (FFH) e para com a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) pela subvenção do preço da energia.

O Governo Provincial de Luanda representou 18,38 por cento do montante regularizado e o Ministério da Energia e Águas 10,41 por cento, com os pagamentos a ocorrerem numa modalidade que inclui percentagens em numerário (com um peso de 60 por cento do total), Obrigações do Tesouro e compensações ou créditos fiscais.

A maior parte da dívida regularizada, ou 60 por cento do total, diz respeito ao fornecimento de bens e prestação de serviços como limpeza, segurança, consultoria, estudos e fiscalização, transporte e fornecimento de medicamentos.

As despesas de capital estão maioritariamente associadas à construção de infra-estruturas como estradas, edifícios, centrais eléctricas e sistemas de distribuição de água, representando 27 por cento do total pago.

4.2 Governo investe 643 milhões na construção de infra-estruturas

Jornal Economia e Finanças

4 De Agosto de 2023

Texto: Paulo Caculo

Um total de oitocentos e sessenta e três infra-estruturas, entre escolas e hospitais, estão já concluídos em todo o país, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM). A informação foi avançada, ontem, em Luanda, pelo secretário de Estado para as Autarquias Locais, Márcio Daniel, à saída de uma reunião da Comissão Interministerial para a Implementação do PIIM, presidida pelo ministro de Estado para a Coordenação económica, José de Lima Massano.

"Passamos em revista o grau de execução global do PIIM, cujos projectos concluídos já começam a ter impacto na vida dos cidadãos", adiantou-se a esclarecer Márcio Daniel, sublinhando que estão contabilizados, no total, 2.687 projectos, tendo consumido já 643 mil milhões de kwanzas aos cofres do Estado.

Dos 863 projectos concluídos, disse, destacam-se infra-estruturas dos sectores da Saúde e Educação, sendo o primeiro com 129 projectos concluídos, entre os quais 45 centros de saúde, que permitiram a oferta de 1.350 camas hospitalares, e o segundo sector com 313 projectos, dos quais 160 novas escolas, de sete salas, e outras 61 de 12.

A nível das unidades de saúde, erguidas nos municípios, estão contabilizados 18 hospitais, correspondentes a 1.260 leitos hospitalares, perfazendo, até ao momento, um total de 2.820 camas, distribuídos nas categorias de centros de saúde, centro materno-infantil e hospitais municipais.

"Ainda no âmbito da disponibilização de infra-estruturas de cuidados primários de saúde, temos a destacar, no âmbito do PIIM, a conclusão de 46 postos de saúde. São números que interessam aos cidadãos tomar conhecimento", acrescentou Márcio Daniel, para em seguida ressaltar os projectos a nível da Educação. "No cômputo geral, olhando para outras tipologias, a conclusão destes projectos permitiu aumentar a oferta em número de salas para 8.842 novas salas disponibilizadas para a população,

permitindo incorporar no sistema educativo um milhão, 193 mil e 670 novos alunos, distribuídos pelos vários níveis educativos", revelou.

De acordo, ainda, com o secretário de Estado para as Autarquias Locais, a Comissão Interministerial para a Implementação do PIIM orientou a desconcentração de competências, durante o exercício económico e financeiro de 2024, em sede da aprovação do aGE.

Márcio Daniel assegurou que foi aprovado e destacado, "na última sessão do Conselho de Ministros as instruções para a elaboração do OGE", que projectos de pequena e média dimensão "devem transitar para os órgãos locais".

No exercício financeiro do próximo ano, referiu, haverá maior prevalência dos órgãos locais a executar projectos de investimento público, explicando que a decisão "resulta de um aprendizado" que o Executivo ganha da experiência com a execução das obras do PIIM.

"Neste momento temos 86 por cento dos projectos executados pelo âmbito local e os municípios deram prova de que, se devidamente orientados, são capazes de executar com qualidade os projectos inseridos nas suas carteiras", assegurou Márcio Daniel, frisando que o Executivo formalizou a decisão, estando lavrada em lei, de forma a que "os projectos de média e pequena dimensão serão de responsabilidade exclusiva dos órgãos locais".

Apenas as grandes obras, a exemplo de barragens hidroeléctricas, caminhos-de-ferro e longas estradas, serão executadas pelas estruturas centrais.

Apenas as grandes obras, a exemplo de barragens hidroeléctricas, caminhos-de-ferro e longas estradas, serão executadas pelas estruturas centrais.

Incentivos à produção nacional

Ainda sobre as medidas enquadradas no âmbito do aGE 2024, o secretário de Estado para as Autarquias Locais fez saber que se prevê a aprovação de medidas legislativas que permitam que todos os projectos transferidos para os órgãos locais, durante a execução, tenham de utilizar materiais de construção local ou "produzidos em Angola. "Estarnos a falar de normas que vão ser estabelecidas em legislação, ligadas à contratação pública, no sentido de dar maior pontuação e incentivar à produção local de carteiras", salientou, especificando, em seguida, que as infra-estruturas inseridas no OGE referente ao próximo ano, a serem erguidas pelas administrações locais, deverão ser apetrechadas por produtos fabricados a nível local.

"Isso também diz respeito a projectos no domínio da construção, tendo em conta o objectivo de fomentar a indústria cimenteira. Vamos dar preferência à construção de estradas a nível local, com recurso ao betão que é também produzido a nível local", esclareceu. Lançado a 27 de Junho de 2019, o PIIM prevê aumentar a autonomia dos 164 municípios de Angola, no âmbito da política de desconcentração e descentralização das competências administrativas e, deste modo, aumentar a qualidade de vida em todo o território nacional.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Analista político enaltece medidas para descentralizar os projectos do PIIM

Jornal de Angola

2 De Agosto de 2023

Texto: Paulo Caculo

O analista político Almeida Henriques saudou, ontem, em Luanda, as medidas do Executivo em transitar para os órgãos da Administração Local as responsabilidades na implementação dos projectos de média e pequena dimensão, enquadrados no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), durante o exercício económico e financeiro de 2024.

De acordo com o, também, professor da Escola Superior de Guerra, que falava em entrevista ao Jornal de Angola, a iniciativa, aprovada na última reunião do Conselho de Ministros, serve de prova de que se pretende continuar a imprimir maior dinâmica às obras de construção de escolas, hospitais, postos médicos e centros de abastecimento de água e de energia.

"Foi aprovado um grande instrumento jurídico, de âmbito administrativo, que pode trazer ganhos significativos às populações. Basta ver que são mais de 800 projectos que têm reflectido, positivamente, na qualidade de vida nos municípios", adiantou o analista político, argumentando que não está em causa a desconcentração administrativa.

"É uma forma de o Executivo prosseguir com o interesse público, atribuindo uma autonomia financeira para o ente público que estiver a administrar uma circunscrição local e criar políticas para serem executadas, mas sem precisar de uma orientação do Poder Central para o fazer. Poderão procurar satisfazer as necessidades locais, com o financiado dentro do processo da descentralização pública", acrescentou.

Almeida Henriques considerou que o PIIM é um "balão de ensaio" para as autarquias, por se tratar, também, de um "mecanismo de experiência positiva", justificando haver municípios que só começaram a ter hospitais em condições "a partir do momento em que se implementou o Plano".

"Ao aprovar este instrumento jurídico, o Estado criou condições mais do que suficientes para que as comunidades tenham uma autonomia financeira e que estejam focadas para os problemas locais", explicou, alertando que tal medida não significa dizer que não haverá fiscalização.

"Esta autonomia administrativa não é absoluta. É apenas no âmbito financeiro e, mesmo assim, poderá contar com mais assistência do Poder Central. Todos os sectores, aqui gravitados, poderão ser aplicados nas políticas da Administração Pública Autónoma", enfatizou Almeida Henriques.

O analista disse entender, também, que o Executivo está a criar as políticas de descentralização que, depois, serão oficializadas nas autarquias, justificando ser uma condição "para que a Administração Pública do Estado atinja as zonas mais recônditas do país", que, em condições normais, "não teriam beneficiado, de uma forma eficiente, das políticas públicas".

Almeida Henriques aplaudiu, ainda, o facto de a Comissão Interministerial para a Implementação do PIIM ter orientado a desconcentração de competências, valorizando a aprovação da medida pelo Conselho de Ministros e as instruções para a elaboração do OGE para o próximo ano, tendo em atenção a transferência para os órgãos locais dos projectos de pequena e média dimensão.

O analista político disse que as grandes obras, a exemplo de barragens hidro-eléctricas, caminhos-de-ferro e estradas longas, devem ser executadas pelas estruturas centrais, pelas suas especificidades e características próprias.

"Se conferirmos quantas escolas já foram construídas, desde 2019, os cidadãos perceberão que não teria sido possível chegar aos actuais números se o PIIM não fosse implementado e compreendemos que o mesmo veio para ficar", disse Almeida Henriques, admitindo haver medidas que visam melhorar a robustez e a consistência das obras feitas, para que sejam duráveis no tempo e o Estado não volte a investir, futuramente, nos mesmos projectos.

5.2 Descentralização: um caminho para uma melhor governação

Jornal Expansão

4 De Agosto de 2023

A descentralização como processo, implica uma transferência de autoridade e responsabilidades das principais funções governamentais dos governos centrais para os subnacionais (1), de acordo com o

Banco Mundial, existem três argumentos a favor deste processo, sendo eles os seguintes:

Dá maior voz e escolha aos cidadãos para influenciar as decisões que afectam suas vidas;

Permite que os governos locais respondam dinamicamente às comunidades;

Resulta em eficiência alocativa ao combinar necessidades e preferências locais com padrões de gastos públicos locais (assume autonomia fiscal substancial).

Com esse ponto de partida, queremos levantar um debate à volta da necessidade de se promover estruturas de governação mais descentralizadas em Angola. E, com isso, questionamos o seguinte:

Será isso uma prioridade? Se, porquê? Deste modo, entendemos que, para essa primeira reflexão, bastam essas questões.

A definição das prioridades depende muito da preferência de quem governa. Neste sentido, cabe ao governo responder se é ou não uma prioridade, mesmo assim através dos pronunciamentos do governo podemos perceber se é ou não prioridade.

E, para isso, fazemos recurso aos seguintes pronunciamentos Presidente João Lourenço na abertura do FMCA (2):

"O lema do Fórum é bastante feliz: "a vida faz-se nos municípios". Entretanto, para que seja mais do que meras palavras e corresponda ao que os munícipes sentem no seu dia-a-dia, é crucial que não subsistam dúvidas de que determinadas tarefas são melhor desenvolvidas quando realizadas por quem está mais próximo das populações e vive directamente os seus problemas.

No quadro da nossa estratégia de "Trabalhar Mais e Comunicar Melhor", o Executivo aumentará os mecanismos de diálogo e participação dos cidadão. na análise das grandes questões nacionais e na identificação das melhores soluções para as resolver. Trata-se de uma iniciativa que visa democratizar mais a governação e promover a cidadania activa e participativa dos cidadãos".

Um ponto importante na sua intervenção no Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, o Presidente João Lourenço referiu que era chegado o momento de implementar-se uma desconcentração administrativa e financeira efectiva, que transforme os municípios no centro do desenvolvimento nacional, a qual venha a ser a antecâmara fiável e segura para a institucionalização do poder local

autárquico. Fica assim reconhecida a necessidade de maior descentralização, faltando-nos apenas saber: para QUANDO a sua efectivação.

Resta-nos saber por que deve ser uma prioridade (Porquê?) e para isso fazemos recurso à seguinte citação:

"A necessidade de um Estado moderno de criar/promover a implementação de instituições mais descentralizadas é essencial, na medida em que, os desafios impostos pelo crescimento demográfico (3) demandam certa autonomia e sofisticação burocrática local para responder às exigências dos cidadãos(4)"(Orre, Autarquias em Angola: Qual é problema do Gradualismo?).

Embora o crescimento demográfico seja o principal argumento a favor de estruturas mais descentralizadas, não é o único, podemos também indicar que as pessoas a serem envolvidas no processo de tomada de decisão tendem a estar mais interessadas nelas. Outro argumento a favor' é a possibilidade de se poder mensurar com maior facilidade a efectividade dos resultados das políticas públicas (5)

Sendo assim, o processo de descentralização é por agora aquele que melhor reflete a democratização das instituições, sendo que, ele permite que existam:

Espaços para uma maior e melhor prestação de contas;

Independência administrativa das unidades económicas;

Maior criatividade na resolução de problemas locais;

Retira-se poder de uma elite burocrática repassando-o directamente para a sociedade;

Maior responsabilização dos gestores públicos;

Facilita a despolitização das instituições públicas;

Desenvolvimento das unidades intermédias da administração pública;

Clarificação das funções do Estado (6)

Deste modo, achamos que a necessidade de se resolver os problemas das populações é facilmente refletida na implementação/promoção de estruturas institucionais mais descentralizadas, sendo por isso a condição mais importante para a sua implementação/promoção.

Portanto, DESCENTRALIZAR MAIS, PARA TRABALHAR MELHOR deve ser visto como o caminho uma melhor governação em Angola.

5.3 Descentralização: um caminho para uma melhor governação

Jornal Expansão
4 De Agosto de 2023

A descentralização como processo, implica uma transferência de autoridade e responsabilidades das principais funções governamentais dos governos centrais para os subnacionais (1), de acordo com o Banco Mundial, existem três argumentos a favor deste processo, sendo eles os seguintes:

Dá maior voz e escolha aos cidadãos para influenciar as decisões que afectam suas vidas;

Permite que os governos locais respondam dinamicamente às comunidades;

Resulta em eficiência alocativa ao combinar necessidades e preferências locais com padrões de gastos públicos locais (assume autonomia fiscal substancial).

Com esse ponto de partida, queremos levantar um debate à volta da necessidade de se promover estruturas de governação mais descentralizadas em Angola. E, com isso, questionamos o seguinte:

Será isso uma prioridade? Se, porquê? Deste modo, entendemos que, para essa primeira reflexão, bastam essas questões.

A definição das prioridades depende muito da preferência de quem governa. Neste sentido, cabe ao governo responder se é ou não uma prioridade, mesmo assim através dos pronunciamentos do governo podemos perceber se é ou não prioridade.

E, para isso, fazemos recurso aos seguintes pronunciamentos Presidente João Lourenço na abertura do FMCA (2):

"O lema do Fórum é bastante feliz: "a vida faz-se nos municípios". Entretanto, para que seja mais do que meras palavras e corresponda ao que os munícipes sentem no seu dia-a-dia, é crucial que não subsistam dúvidas de que determinadas tarefas são melhor desenvolvidas quando realizadas por quem está mais próximo das populações e vive directamente os seus problemas.

No quadro da nossa estratégia de "Trabalhar Mais e Comunicar Melhor", o Executivo aumentará os mecanismos de diálogo e participação dos cidadão. na análise das grandes questões nacionais e na identificação das melhores soluções para as resolver. Trata-se de uma iniciativa que visa democratizar mais

a governação e promover a cidadania activa e participativa dos cidadãos".

Um ponto importante na sua intervenção no Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, o Presidente João Lourenço referiu que era chegado o momento de implementar-se uma desconcentração administrativa e financeira efectiva, que transforme os municípios no centro do desenvolvimento nacional, a qual venha a ser a antecâmara fiável e segura para a institucionalização do poder local autárquico. Fica assim reconhecida a necessidade de maior descentralização, faltando-nos apenas saber: para QUANDO a sua efectivação.

Resta-nos saber por que deve ser uma prioridade (Porquê?) e para isso fazemos recurso à seguinte citação:

"A necessidade de um Estado moderno de criar/promover a implementação de instituições mais descentralizadas é essencial, na medida em que, os desafios impostos pelo crescimento demográfico (3) demandam certa autonomia e sofisticação burocrática local para responder às exigências dos cidadãos(4)"(Orre, Autarquias em Angola: Qual é problema do Gradualismo?).

Embora o crescimento demográfico seja o principal argumento a favor de estruturas mais descentralizadas, não é o único, podemos também indicar que as pessoas aoserem envolvidas no processo de tomada de decisão tendem a estar mais interessadas nelas. Outro argumento a favor' é a possibilidade de se poder mensurar com maior facilidade a efectividade dos resultados das políticas públicas (5)

Sendo assim, o processo de descentralização é por agora aquele que melhor reflete a democratização das instituições, sendo que, ele permite que existam:

Espaças para uma maior e melhor prestação de contas;

Independência administrativa das unidades económicas;

Maior criatividade na resolução de problemas locais;

Retira-se poder de uma elite burocrática repassando-o directamente para a sociedade;

Maior responsabilização dos gestores públicos;

Facilita a despolitização das instituições públicas;

Desenvolvimento das unidades intermédias da administração pública;

Clarificação das funções do Estado (6)

Deste modo, achamos que a necessidade de se resolver os problemas das populações é facilmente refletida na implementação/promoção de estruturas institucionais mais descentralizadas, sendo por isso a condição mais importante para a sua implementação/promoção.

Portanto, DESCENTRALIZAR MAIS, PARA TRABALHAR MELHOR deve ser visto como o caminho uma melhor governação em Angola.

5.4 Censo Piloto da População arranca amanhã em sete províncias seleccionadas

Jornal de Angola

6 De Agosto de 2023

Texto: Carlos Paulino

O coordenador do Grupo Técnico de Apoio à Comissão Multisectorial do Censo Piloto 2023, José Calengi, assegurou, no município do Cuangar, a cerca de 435 quilómetros da cidade de Menongue, que estão criadas todas as condições nas sete províncias seleccionadas para o início do registo da população a partir de amanhã.

José Calengi, que falava no final da visita de dois dias ao município do Cuangar, afirmou que terminada a formação, os agentes de campo estão preparados para o início do recenseamento nas 1.354 secções censitárias.

O também director-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE) disse que foi neste âmbito que os membros do Grupo Técnico de Apoio à Comissão do Censo Piloto 2023 constataram as condições criadas nos 14 municípios seleccionados nas sete províncias.

"Faltando poucas horas para o arranque desta operação, constatamos haver todas as condições técnicas e logísticas para o efeito", garantiu José Calengi, recordando que os resultados do Censo Piloto vão permitir ao Executivo ter maior visão e criar as melhores condições para a realização do Censo Geral da População e Habitação em 2024.

O coordenador sublinhou que os municípios do Cuangar e do Cuito Cuanavale, seleccionados para o Censo Piloto e que teve a oportunidade de visitar, é uma amostra de que a operação será um sucesso nas províncias do Bengo, Bié, Cuando Cubango, Cunene, Luanda, Lunda-Norte e Uíge.

"Os recenseadores estão em prontidão, assim como alguns membros das administrações municipais,

autoridades tradicionais e populares que, igualmente, fazem parte deste processo censitário", disse José Calengi, antes de anunciar que este processo visa a recolha de informações úteis para se saber "quantos somos, como vivemos e onde estamos".

Sem revelar o número de casos especiais catalogados, o responsável destacou que foram recolhidas muitas informações, que serão divulgadas nos próximos dias. José Calengi realçou que os casos especiais catalogados serviram apenas para identificar as unidades militares, hospitais, serviços prisionais, entre outros, assim como locais que albergam pessoas sem abrigo, para depois serem recenseadas com informações precisas.

O dirigente adiantou que serão alvo do registo dos casos especiais aquelas pessoas que estiverem dentro do perímetro censitário de cada secção dos municípios seleccionados durante o Censo Piloto.

José Calengi explicou que a recolha de informações censitárias tem um período de 30 dias, que conta desde o passado dia 19 de Julho.

"Eventualmente se houver qualquer constrangimento de a operação não terminar no prazo estipulado de 30 dias, vai obrigar alterar o calendário para se aumentar mais alguns dias até se concluir o processo", disse.

José Calengi informou que, depois do Cuando Cubango, o Grupo Técnico de Apoio à Comissão Multisectorial vai trabalhar na província do Cunene.

O município do Cuangar, que fica cerca de 435 quilómetros da cidade de Menongue, faz fronteira com a vizinha República da Namíbia e possui mais de 30 mil habitantes.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Governo pagou mais de 361 mil milhões em atrasados no ano passado

Jornal de Angola

1 De Agosto de 2023

O Governo pagou, no ano passado, 361.869 milhões de kwanzas em atrasados da dívida interna a fornecedores de bens e serviços, envolvendo 370 acordos com credores, de acordo com um comunicado divulgado, segunda-feira, pelo Ministério das Finanças .

Os pagamentos deram-se à mercê de um processo de certificação adoptado em 2021, envolvendo o registo da dívida no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE) e a submissão ao Ministério das Finanças para a remessa à Inspeção Geral do Estado (IGAE).

O comunicado declara que 282 acordos de regularização foram homologados em 2021, envolvendo pouco mais de 330.217 milhões de kwanzas, além 88 homologados naquele mesmo ano e pagos de forma parcial, mas com remanescente, cifrado em mais de 31.652 milhões de kwanzas, liquidado em 2022.

Os pagamentos foram dominados por dívida do Ministério das Finanças em 22,55 por cento do total, sob a influência dos atrasados relacionados com a construção das centralidades sob o controlo do Fundo de Fomento Habitacional (FFH) e para com a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) pela subvenção do preço da energia.

O Governo Provincial de Luanda representou 18,38 por cento do montante regularizado e o Ministério da Energia e Águas 10,41 por cento, com os pagamentos a ocorrerem numa modalidade que inclui percentagens em numerário (com um peso de 60 por cento do total), Obrigações do Tesouro e compensações ou créditos fiscais.

A maior parte da dívida regularizada, ou 60 por cento do total, diz respeito ao fornecimento de bens e prestação de serviços como limpeza, segurança, consultoria, estudos e fiscalização, transporte e fornecimento de medicamentos.

As despesas de capital estão maioritariamente associadas à construção de infra-estruturas como

estradas, edifícios, centrais eléctricas e sistemas de distribuição de água, representando 27 por cento do total pago.

6.2 Lotes para nova urbanização

Jornal de Angola

3 De Agosto de 2023

Texto: António Capitão

A partir dos próximos meses, 200 jovens do município de Maquela do Zombo começam a receber lotes de terreno infra-estruturados, para a autoconstrução dirigida, numa iniciativa da administração local, inicialmente programada para o mês de Março, mas só foi retomada agora, devido à falta de recursos financeiros.

O administrador municipal adiantou que o objectivo da distribuição de lotes é dar resposta às necessidades da juventude sem condições para obter uma residência e concretizar o "sonho da casa própria".

Samalando Muinga revelou que a área identificada para a distribuição está localizada no Bairro 4 de Fevereiro e nos próximos dias vão ser realizados estudos dos solos e de impacto ambiental, para certificar se o local tem condições favoráveis para a existência de uma zona habitacional.

A reserva fundiária, identificada no Bairro 4 de Fevereiro, esclareceu, tem uma área de 60 mil metros quadrados, prevendo-se 150 lotes de terreno, com medidas de 20/20, onde os jovens vão poder construir moradias de tipologia T3, em casas de média e baixa renda.

O modelo de atribuição gratuita dos lotes de terra aos jovens, sublinhou, vai depender da capacidade económico-financeira de cada beneficiário, tendo em conta que se pretende criar um bairro social, com uma organização aceitável, com acessos garantidos e casas modernas.

"A nível da Administração Municipal, sob orientação do Governo, localizamos uma reserva fundiária que, infelizmente, ainda carece de um estudo de impacto ambiental, o que obriga a envolvimento de uma equipa multidisciplinar, constituída por técnicos locais e dos gabinetes provinciais do Ambiente e dos Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, para podermos lotear o espaço e entregar aos jovens", concluiu.

6.3 Governador promete entregar 90.600 lotes mas apenas 1/3 serão infraestruturados

Jornal Expansão

4 De Agosto de 2023

Texto: José Gongga

Apenas um em cada três lotes de terreno que o Governo se propõe entregar até 2027, vão ter condições mínimas de habitabilidade. Dos 910.600 lotes de terreno do programa de autoconstrução dirigida e assistida só 309.604 lotes vão ter infraestrutura como asfalto, saneamento básico e infraestruturas de energia e água, e mais 91.060 lotes que serão projectados em agrovilas e vilas piscatórias.

Sendo que os restantes 509.936 mil,54%, vão ser estregues apenas desmatados ou limpos, de acordo com fonte do Expansão junto ao Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação (MINOPUH). No fundo, o grosso dos lotes vão ser apenas terrenos virgens, "que se espera que cresçam de forma progressiva até terem as condições mínimas de habitabilidade que os 309.604 terão, de acordo com o governo.

O programa que é uma espécie do projecto "um milhão de casas de 2009, pode levar o caos que existe em Luanda a outras províncias do País", explica o engenheiro António Venâncio ao Expansão, "já que um programa com esta magnitude tem de cumprir os procedimentos urbanísticos, como ter um plano urbanístico, infraestruturas para mobilidade, saneamento básico e equipamentos sociais", afirma o especialista.

No entender do especialista, criação de espaços urbanos exige uma cronologia lógica, que deve estar assente nos planos directores municipais, sem o qual o loteamento é feito às cegas. E com estas metas, certamente que não haver muito tempo para tratar destes "pormenores".

Já Kito Neto afirma que a infraestruturização de terrenos para autoconstrução dirigida deve conter os serviços mínimos, como arruamentos e infraestruturas dos serviços de energia. "Assim como estarem definidos os espaços verdes, comerciais e outros equipamentos sociais, doutro modo vamos criar vários bairros com crescimento desordenado".

Projecto é ambicioso, mas sem um plano urbanístico que suporte a ideia de combater a problemática da construção desordenada., o programa pode. cair por terra, criando assim apenas mais musseques em todo País, de acordo com os especialistas, que consideram

que este plano é irrealista tendo em atenção as realidades actuais do País e os prazos apresentados.

O País tem apenas 28 planos directores municipais aprovados nos 164 municípios do País, faltando 136, e deste modo, o governo tem de correr para elaborar e fazer aprovar os 136 planos directores municipais em falta. Para não se "evitar um futuro caos nas construções que se pretendem dirigidas e assistidas", diz António Venâncio.

"O arranque do programa, de forma experimental, na província Bié está relacionado com o facto de a província da região centro do País já ter os nove municípios com planos directores aprovados. Isso permite um maior acompanhamento das obras e fiscalização das construções, esclarece Venâncio, que acrescenta: "Em Luanda, em regra, ninguém devia construir." Deveria ser proibido por ter apenas um plano director que já está envelhecido".

O Expansão sabe que Benguela e Huambo são outras duas províncias que deram passos na elaboração de planes directores municipais, assim com a província do Uíge, sendo que o resto das localidades continuam a lotear os terrenos no escuro.

A iniciativa do governo vai abranger todas as 18 províncias a partir de 2024, sendo que, nesta fase piloto, vai avançar também na província de Luanda e Lunda Sul, com 400 e 500 lotes infraestruturados respectivamente.

A iniciativa pretende reduzir o défice habitacional no País, e alcançar a requalificação urbana, definir áreas prioritárias em zonas urbanizadas e urbanizáveis, por onde, de acordo com o ministro das obras públicas urbanismo e habitação, Carlos Alberto dos Santos, serão transferidos parte das pessoas que vivem em zonas de risco. 1,69 biliões Kz para planos directores.

De acordo com a fonte do Expansão junto do MINOPUH, o Governo prevê gastar 1,59 biliões Kz para a elaboração dos planos directores municipais.

Os preços dos lotes ainda não foram definidos, mas vão varia de acordo com as condições das infraestruturas definidas. Está previsto a comercialização de lotes 600 e 300 metros quadrados para zonas urbanas e 1.000 metros quadrados para zonas semi-urbanas. De acordo como MINOPUH, este período piloto permitirá definir os preços que vão ser praticados, durante a execução do próprio projecto.

Na semana do lançamento do projecto o governo avançou que vai construir casas sociais em 10% dos terrenos infraestruturados, ou seja, 91.060 lotes. Os restos lotes estarão abertos para promotores privados

e particulares. E anunciou que estima a construção para o quinquénio 2023- 2027 de mais 934 mil casas, sendo que apenas 24 mil serão da responsabilidade directa do Estado, pelo que o governo acredita fortemente na iniciativa privada

O outro grande desafio vai ser, certamente, conferir a titularidade destes lotes o comprador, já que tem sido um dos grandes problemas para se acender ao crédito bancário. Os processos demoram meses e os cidadãos vão precisar de provar a titularidade dos terrenos para terem acesso ao crédito necessário para construir as casas. Para já, não foi anunciado como é que será ultrapassado este facto.

6.4 Governo cria condições para demolir edifícios degradados

Jornal Novo Jornal
4 De Agosto de 2023

o ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos Alberto dos Santos, assegurou, na cidade do Cuito, Bié, que o Executivo está a criar condição para demolir todos os edifícios em estado avançado de degradação, ainda durante o quinquénio 2023-2027. Carlos Alberto dos Santos fez saber que, a depender do estado de degradação de cada edifício, as famílias poderão ser realojadas em outros locais com melhores condições de habitabilidade.

Sem precisar o número, o governante informou que o seu pelouro dispõe de dados concretos dos edifícios degradados, pelo que muitos deles merecerão intervenção através já dos governos provinciais, para maior celeridade.

Carlos Alberto dos Santos, que falava à imprensa no acto de passagem das pastas, que marcou a assinatura do memorando de transferência do projecto de reabilitação do templo da sé Catedral, afecto à Igreja Católica, ao Governo da província do Bié comunicou que para o quinquénio 2023-2027, o Governo prevê a construção de 934 mil casas, das quais 24 mil serão da responsabilidade directa do Estado, em centralidades, urbanizações e para realojamento.

Para além das obras da sé Catedral, o Governo Provincial já recebeu do ministério as obras da Piscina Municipal do Cuito e do Seminário Menor, ambas localizadas na cidade do Cuito.

As obras do templo da sé Catedral, da Igreja Católica no Bié, andam paralisadas há mais de 10 anos.

segundo o levantamento local, Bié tem mais de 50 edifícios em condições degradantes.

NJ

6.5 Obras da Centralidade do Tucuve a 50 por cento de execução física

Jornal de Angola
4 De Agosto de 2023
Texto: Nicolau Vasco

As obras da Centralidade do Tucuve, nos arredores da cidade de Menongue, província do Cuando Cubango, encontram-se a 50 por cento de execução física, prevendo-se a sua conclusão no segundo trimestre de 2024.

A centralidade vai ter 212 apartamentos de tipologia T-2 e T-3.

O encarregado de obras, José Soares, explicou que os trabalhos tiveram um ligeiro atraso, devido a questões financeiras e técnicas, razão pela qual já não será possível concluí-los este ano, conforme estava previsto.

José Soares, que falava no final de uma visita do vice-governador do Cuando Cubango para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, João Bonifácio Cassanga, para constatar o andamento da empreitada, explicou que as obras começaram em 2017 e paralisaram no mesmo ano, tendo sido retomadas em Junho de 2022, com previsão de terminarem um ano depois.

Os trabalhos, acrescentou, foram suspensos várias vezes por falta de recursos financeiros. "A situação está praticamente resolvida e as obras decorrem sem sobressaltos, para serem concluídas até ao segundo trimestre de 2024".

Sem avançar o orçamento da empreitada, José Soares garantiu que as obras vão continuar sem paralisação, uma vez que quase todo o material já se encontra em Menongue, com maior realce para varões, cimento, mosaico, azulejos, blocos, entre outros meios de acabamento.

A reportagem do Jornal de Angola constatou que no local já estão a ser erguidos os 14 prédios de quatro pisos, com 212 apartamentos, estando em curso os trabalhos de conclusão de três edifícios, que abrangem serviços de reboco, estucagem, electricidade, aplicação de mosaico e azulejo, pintura, colocação de portas, janelas, sanitas, entre outros equipamentos.

José Soares explicou ainda que a Centralidade do Tucuve, numa primeira fase, vai ter 14 edifícios de

quatro pisos, sendo 11 de tipologia A e três de tipologia B, com apartamentos T-2 e T-3. Avançou que aos edifícios da tipologia B, além dos apartamentos, vão ser acoplados com lojas e outros serviços de arrendamento, enquanto os de tipologia A terão apenas apartamentos.

Além dos edifícios já erguidos, estão previstos arruamentos, espaços verdes, iluminação pública, esgotos para a evacuação das águas pluviais e parques de estacionamento de automóveis.

O encarregado de obras disse que o projecto gerou 120 postos de trabalho, maioritariamente para jovens locais, assim como das províncias da Huíla, Huambo, Bié, Cunene e Luanda.

O vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, João Bonifácio Cassanga, mostrou-se satisfeito com as obras e disse acreditar que a empreitada será concluída no prazo previsto, pelo facto de nível de execução física estar acima da média.

Questionado sobre alguns atrasos no pagamento de algumas empreitadas do PIIM, João Bonifácio Cassanga disse que o Ministério das Finanças já deu garantias de que, a partir deste mês até Dezembro, far-se-á a liquidação dos atrasados de todas as obras em curso na província, para que sejam concluídos 50 por cento dos 76 projectos que estão a ser executados nos nove municípios do Cuando Cubango.

"No universo dos 76 projectos do PIIM, dois já foram inaugurados no primeiro semestre deste ano, sendo um posto de saúde, na comuna do Caiundo, em Menongue, e uma morgue de nove gavetas na sede municipal do Cuito Cuanavale, estando os demais em fase de conclusão", sublinhou.

O director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE) assegurou que, nos próximos dias, será realizado um concurso público para a adjudicação das obras de quatro prédios de cinco andares cada, no bairro das 45 casas, arredores da cidade de Menongue, com 64 apartamentos, paralisadas em 2016, cuja execução física está acima de 60 por cento.

Segundo Elias Paganini, decorrem os trâmites administrativos e jurídicos para que, no prazo de 90 dias, seja aberto o concurso, com vista a permitir o reinício das obras, que vão aumentar o número de moradias, no âmbito do Plano de Intervenção nos Municípios (PIIM).

6.6 Polícia desmantela rede de venda ilegal de moradias

Jornal de Angola

4 De Agosto de 2023

Texto: Roque Silva

Efectivos do Departamento de Investigação e Ilícitos Penais (DIIP) desmantelaram, em Luanda, uma rede composta por quatro indivíduos, com idades compreendidas entre 28 e 41 anos, que burlava cidadãos interessados em adquirir residências em projectos habitacionais construídos com fundos públicos, tendo arrecadado mais de 50 milhões de kwanzas.

Os indivíduos foram detidos na Centralidade do Sequele, município de Cacucaco, segundo o porta-voz do DIIP.

O inspector-chefe Quintino Ferreira disse, quarta-feira, ao *Jornal de Angola*, que os detidos recebiam dinheiro com promessas de arranjar residências na Urbanização Mayé Mayé, localizada no Distrito Urbano do Sequele.

Até a detenção, acrescentou, os indivíduos cobravam entre cinco e seis milhões de kwanzas por pessoa interessada em adquirir residência.

O porta-voz do DIIP explicou que as detenções foram feitas na sequência de uma denúncia de uma das vítimas, que teria pago 36 milhões de kwanzas para adquirir seis residências.

"Visto que o tempo de entrega das casas era muito, a vítima, um senhor de mais de 30 anos, procurou pelas autoridades, depois de ter se apercebido que os burladores haviam recebido somas avultadas a outras pessoas, sem, no entanto, conseguirem entregar as chaves das casas", explicou.

Segundo Quintino Ferreira, os elementos do grupo, duas mulheres e dois homens, arrombavam as portas das residências, trocavam as fechaduras e falsificavam documentos, sob pretexto de que os imóveis lhes pertenciam. O *Jornal de Angola* soube, ontem, que as duas senhoras implicadas nos crimes foram colocadas em liberdade, uma delas após o pagamento de uma caução de mais de um milhão de kwanzas.

6.7 Polícia dismantela rede de venda ilegal de moradias

Jornal de Angola

4 De Agosto de 2023

Texto: Roque Silva

Efectivos do Departamento de Investigação e Ilícitos Penais (DIIP) dismantelaram, em Luanda, uma rede composta por quatro indivíduos, com idades compreendidas entre 28 e 41 anos, que burlava cidadãos interessados em adquirir residências em projectos habitacionais construídos com fundos públicos, tendo arrecadado mais de 50 milhões de kwanzas.

Os indivíduos foram detidos na Centralidade do Sequele, município de Cacuaco, segundo o porta-voz do DIIP.

O inspector-chefe Quintino Ferreira disse, quarta-feira, ao *Jornal de Angola*, que os detidos recebiam dinheiro com promessas de arranjar residências na Urbanização Mayé Mayé, localizada no Distrito Urbano do Sequele.

Até a detenção, acrescentou, os indivíduos cobravam entre cinco e seis milhões de kwanzas por pessoa interessada em adquirir residência.

O porta-voz do DIIP explicou que as detenções foram feitas na sequência de uma denúncia de uma das vítimas, que teria pago 36 milhões de kwanzas para adquirir seis residências.

"Visto que o tempo de entrega das casas era muito, a vítima, um senhor de mais de 30 anos, procurou pelas autoridades, depois de ter se apercebido que os burladores haviam recebido somas avultadas a outras pessoas, sem, no entanto, conseguirem entregar as chaves das casas", explicou.

Segundo Quintino Ferreira, os elementos do grupo, duas mulheres e dois homens, arrombavam as portas das residências, trocavam as fechaduras e falsificavam documentos, sob pretexto de que os imóveis lhes pertenciam. O *Jornal de Angola* soube, ontem, que as duas senhoras implicadas nos crimes foram colocadas em liberdade, uma delas após o pagamento de uma caução de mais de um milhão de kwanzas.

6.8 Défice habitacional no país estimado em 2,2 milhões de habitações

Jornal de Angola

6 De Agosto de 2023

Texto: Adérito Veloso

O mercado nacional tem um défice habitacional estimado em 2,2 milhões de casas, por conta do crescimento demográfico, bem como da insuficiente disponibilidade de habitação no país.

Esta situação poderá ser reduzida significativamente no actual quinquénio 2023/2027, segundo projecções do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação. Foi já neste contexto que a cidade do Cuito, na província do Bié, testemunhou, recentemente, o lançamento do projecto de autoconstrução dirigida, que vai permitir a promoção do desenvolvimento equilibrado e harmonioso de todo o território nacional.

Por exemplo, só para a província do Bié, a iniciativa do Executivo angolano, por via do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, prevê, até finais de 2027, proceder à entrega de 85 mil lotes de terreno à população local para a autoconstrução dirigida.

No âmbito do projecto-piloto em causa, e para o ano de 2023, prevê-se uma oferta de cerca de 400 lotes na província do Bié, inseridos na oferta prevista de 910.600 lotes a nível nacional para o quinquénio 2023-2027.

Na ocasião, o ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos Alberto dos Santos, disse, durante a sua intervenção no acto, que o Executivo pretende alcançar até 2027 cerca de 400 lotes, que começarão a ser entregues ainda este ano.

Por sua vez, o ministro da Administração do Território, Dionísio Manuel da Fonseca, encabeçou uma delegação composta pelos ministros das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, da Agricultura e Florestas, bem como pelos secretários de Estado das Obras Públicas, Justiça, das Águas e das Pescas.

O ministro avançou, na ocasião, que por via deste projecto, o Governo pretende combater a especulação imobiliária, assegurar que as pessoas que têm poucos recursos tenham também dignidade, porque vivem numa zona infra-estruturada e urbanizada.

Autoconstrução dirigida

O Programa de Autoconstrução Dirigida tem como objectivo a redução do actual défice habitacional por via da massificação do acesso a lotes infra-estruturados, lotes de agrovilas e vilas piscatórias, de forma a promover iniciativas privadas na construção de habitação e outros serviços, com a garantia da segurança jurídica da posse.

O programa permitirá a expansão de novos centros urbanos e rurais, de forma ordenada por via da implementação dos instrumentos de ordenamento do território, com vista a torná-las mais fortes, inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, conferindo assim melhor qualidade de vida aos cidadãos.

A fase piloto servirá para definir o processo de implementação do Programa de Autoconstrução Dirigida a nível de todo o território nacional, cuja implementação começa em 2024.

O acto de lançamento na cidade do Cuito decorreu da aprovação do projecto pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, em Maio passado, que visa promover a distribuição de quatro milhões de lotes até 2050.

Novo Aviso 9/2023 do BNA

O BNA publicou, recentemente, uma nova versão do Aviso BNA 9/2023, onde há a realçar, entre várias inovações, o seguinte:

- 1) Uma só pessoa pode solicitar financiamento até ao limite de 100 milhões de kwanzas;
- 2) O financiamento à construção (a pessoa compra casa no toco e financia também o término da obra);
- 3) Aumento do prazo de reembolso do crédito do limite de 25 anos para 30 anos;
- 4) A auto-construção dirigida e assistida, que acontece em terrenos infra-estruturados e pela via da contratação de empresas de construção, são elegíveis ao crédito à habitação e à construção.

Sobre isso, o economista Augusto Fernandes sugere, para que o Aviso seja mais funcional:

- 1) aumentar o prazo de reembolso para 50 anos;

- 2) vulgarizar os direitos de superfície e a titularidade da propriedade;

- 3) Aprovação da Lei de Alienação Fiduciária;

- 4) encontrar um instrumento de bonificação efectiva da taxa de juros;

- 5) Aumentar o "stock" nacional de terrenos infra-estruturados em todo o país e disseminar os projectos de Agrovilas.

- 6) Transparência, legalidade, articulação, coordenação e responsabilização.

6.9 Construção atribulada e desordenada

Jornal de Angola

6 De Agosto de 2023

Texto: César André

À semelhança do que aconteceu com outros bairros periféricos, o Rocha Pinto não fugiu à regra: o seu crescimento foi feito de forma atribulada e desordenada.

Devido ao descuido das autoridades locais, não se obedeceu aos padrões básicos e mínimos de urbanização, que implicariam o desenho dos arruamentos e a construção de infra-estruturas de abastecimento de água, distribuição de energia eléctrica e rede de saneamento básico. É assim que a partir do viaduto que dá acesso à Samba até à área do actual Gamek à direita, incluindo toda a envolvência, se pode observar que as casas foram construídas de forma despadronizada, sem respeitar os cânones urbanísticos e da arquitectura. O bairro é uma mistura caótica de moradias antigas e modernas de todas as tipologias e de arruamentos que de repente se estreitam em becos e dificultam a circulação no seu interior. Apesar de todos os constrangimentos à mobilidade, ainda assim o Rocha Pinto é considerado uma área privilegiada, devido à proximidade da Baixa e por constituir a tal placa giratória de acesso e de saída para o interior da cidade. Como dito acima, o bairro beneficia imenso pelo facto de ser rasgado ou estar muito próximo da avenida 21 de Janeiro e da Estrada Nacional nº 100 (zona da Samba).

José Kafuqueno, arquitecto de profissão, diz que o bairro tem características muito particulares, desde a topografia que o sustenta à precariedade urbanística e à debilidade dos serviços de saneamento e de abastecimento de água. "O Rocha Pinto de ontem teve o condão de ser um local calmo e tranquilo, num

contraste com o postal actual, que resulta de uma grande demanda demográfica”, ressaltou.

Aguardando por uma requalificação que tarda a chegar, o bairro, a cada dia que passa, se vai degradando cada vez mais. A auto-construção anárquica e a falta de saneamento básico são por demais notórios em quase toda a sua extensão.

Apesar dessas vicissitudes, as dinâmicas sociais e as actividades comerciais dão ao hoje Distrito Urbano do Rocha Pinto um peso considerável no mosaico oficioso do antigo Musseque Prenda.

Estudos realizados no ano 2000 pelo Instituto Nacional de Estatística davam conta que a população do Rocha Pinto era então constituída por 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes, das mais diversas origens. O bairro continua a ter muitos problemas estruturais, que resultam numa visível ausência de condições de habitabilidade condignas.

A requalificação urbana da circunscrição implicaria, necessariamente, fazer o reordenamento daquele território pertencente ao município da Maianga. Especialistas em obras públicas defendem que o facto do bairro ter a particularidade de poder vir a “casarse” com outros que o circundam, faz com que tenha um estatuto diferente do que tinha nos primórdios. “Isso acaba por ser importante não só para o próprio bairro como para a própria estruturação da urbanização dos bairros que lhe são vizinhos”, frisou um especialista.

Evolução do bairroA circunscrição do Rocha Pinto tem a particularidade de ser um musseque periférico e ao mesmo tempo de transição, porque, apesar de ter um elevado nível de pobreza, possui, em determinadas áreas do bairro, alguma facilidade de acesso. Apesar da auto-construção anárquica que se observou por incúria da administração local, houve iniciativas que despertaram a atenção de alguns estudiosos da arquitectura e do urbanismo.

O Rocha Pinto como fenómeno urbanístico consolidado e de referência é relativamente novo. Dados oficiais indicam que o bairro passa a ter existência legal a partir de 1999, no quadro de uma reestruturação político-administrativa que o integrou no município da Maianga, a par, dentre outros, dos bairros Maianga, Prenda, Cassequel, Calemba, Mártires de Kifangondo e Cassenda,

António Canivete, 75 anos, antigo morador e actualmente residente na rua João Ngola, afirmou que a ocupação do bairro começou a partir de 1979, com os primeiros habitantes que se deslocaram de outros bairros da cidade, nomeadamente do Prenda. A sua

ocupação, segundo contou António Canivete, foi feita da seguinte forma: primeiro os cidadãos ocupavam (compravam) os talhões e construíam junto aos locais onde viviam os seus familiares ou gente da mesma terra de origem. “É assim que cresceu o bairro”.

Hoje o bairro é constituído por um mosaico heterogéneo de cidadãos oriundos de diferentes províncias, em muitos casos por força das deslocações causadas pela guerra: primeiro vieram as famílias do Cuanza-Sul, Benguela e Cuanza-Norte e depois as famílias de origem bakongo das províncias do Uíge e Zaire.

Domingas Bandeira, natural do município da Quilenda, actual moradora da zona da Unidade Anti-Terror (UAT), disse que “o bairro cresceu repentinamente devido às famílias que na altura tinham posses (dinheiro). As primeiras casas foram construídas com chapas de zinco, depois de pau-a-pique e tijolos”.

No seu caso, disse, herdou o terreno da lavra da falecida mãe e lá construiu a sua modesta casa. “Não tinha casa. E como a minha mãe tinha aqui um terreno, entendemos erguer aqui a nossa casa. Não é fácil viver em Luanda numa casa de renda, razão pela qual optamos por construir”, adiantou Domingas Bandeira. “O nosso terreno era grande, mas devido à nossa lentidão acabamos por perder alguns hectares e assim vamos nos ajeitando com esse pouco que conseguimos”, acrescentou.

Helga André, outra moradora, contou que nenhum dos seus familiares, inicialmente, dava importância ao local, por ser um autêntico matagal. “Só depois de vermos a zona a crescer é que nos interessamos em vir a correr atrás do prejuízo. Mas valeu a pena aproveitarmos o pequeno espaço que herdamos dos nossos pais. Hoje temos uma casa condigna”.

Carlos Zamba, proveniente da aldeia de Dala Kaxibo, no município da Kibala, província do Cuanza-Sul, explicou que veio a Luanda à procura de um primo e “apaixonou-se” pela área do Rocha Pinto, acabando por lá se instalar. “No princípio queria ficar no bairro Margoso, onde tinha os meus familiares, mas depois optei por ficar no Rocha Pinto. É uma zona onde residem muito dos meus conterrâneos e isso facilitou a minha integração”, enfatizou.

Rocha Pinto, note-se, em termos de estruturas económicas tem uma agência de seguros da ENSA, várias padarias, uma das quais deu nome a uma famosa paragem de táxi, além de muitos outros estabelecimentos comerciais, com destaque para o do

bem sucedido empresário senhor Canhongo, dois mercados oficiais, o do Quintalão e o dos Camionistas, e quatro mercados informais de nomeada, fora os inumeráveis pontos de venda nas esquinas e à porta das residências. Sem esquecer as cantinas geridas por cidadãos de países Oeste africanos e por uns quantos angolanos.

6.10 Rocha Pinto: O bairro que nasceu junto à cabeceira da pista do aeroporto

Jornal de Angola

6 De Agosto de 2023

Texto: César André

O bairro Rocha Pinto é uma daquelas localidades que dispensa apresentação. O seu nome está associado a um agricultor português que nos anos 1930 se instalou na zona Sul da cabeceira da pista do antigo aeroporto Craveiro Lopes, actual 4 de Fevereiro, e lá organizou a sua horta e uma cavalaria. Mas o bairro haveria de consolidar-se como tal já no pós-independência

De matagal, num ápice o Rocha Pinto tornou-se num dos bairros mais emblemáticos de Luanda. A zona da cabeceira da pista do Aeroporto Craveiro Lopes, hoje 4 de Fevereiro, era uma área privilegiada. Deste local conseguia-se observar a paisagem, as belezas naturais e outros recantos da cidade capital.

No local onde nasceu o que viria a chamar-se bairro Rocha Pinto havia uma lagoa e alguma vegetação com arbustos e areia vermelha à mistura onde habitavam animais selvagens, com destaque para os pássaros que percorriam longas distâncias e "refugiavam-se" na zona, vivendo lá a cantar e a assobiar alegremente, como é de sua natureza. Apesar do ruído da natureza, a que se juntava amiúde o proveniente dos motores das aeronaves que descolavam e aterrizavam na cabeceira Sul da pista do aeroporto, a zona em geral era calma e havia mesmo quem a considerasse um paraíso. Os pássaros depois de um voo rasante poisavam nos ramos das árvores silvestres, como cajueiros e maboqueiros, bem como das mangueiras, goiabeiras e outras árvores de pomar que lá cresciam espontaneamente. Os pássaros nidificavam aí, aumentavam a sua prole e partiam para longos voos rumo ao desconhecido, regressando algum tempo depois, num ciclo incessante.

Formada por pequenas ravinas e terra argilosa, o Rocha Pinto era, no tempo colonial, uma zona que tinha sido invadida por capinzal alto, tornando-se local propício para o cultivo de certas culturas e

refúgio de certos animais. Fruto da densa vegetação, a área serviu também, por muito tempo, como zona de caça de animais de pequeno porte, como coelhos, lebres, toupeiras e ratos do mato, só para citar esses.

Por causa das terras férteis e ociosas que lá abundavam, nos anos 1960 o local foi "invadido" por populações que viviam nas adjacências como Samba, Musseque Prenda e Catambor, que ocuparam parcelas de terra para a prática de agricultura de subsistência. Mais tarde surgiram populações oriundas da província do Cuanza-Sul, nomeadamente das regiões da Kibala, Calulo, Gabela, Quilenda, Conda e Mussende, que passaram a habitar e a praticar agricultura no local, dando-lhe um cunho de pequena cintura verde.

Com o andar do tempo era por demais notório o surgimento de lavras com assinalável produção de mandioca, batata doce, milho, feijão e frutas como manga e caju.

Facto destacável nesta reportagem que procura recuperar as memórias perdidas no tempo, na cabeceira Sul da pista do aeroporto, muito antes da chegada dos primeiros contingentes de populações do Cuanza-Sul, como se disse mais acima, já havia um morador cujo nome, de acordo com algumas fontes, viria a ser o do bairro hoje famoso: o português Rocha Pinto. Este proeminente homem do campo instalou-se solitariamente na zona e tomou como seu um vasto terreno que tinha uma lagoa, bem na cabeceira da pista do aeroporto, onde passou a cultivar uma horta e um pomar e também criava ovelhas, cabritos, galinhas e até cavalos.

As mangueiras do seu pomar davam algumas das mais cobiçadas espécies de mangas de Luanda e que, inevitavelmente, atraíam a miudagem que ia ao local inicialmente com a intenção de observar de perto a evolução dos aviões na pista. O guarda do pomar do fazendeiro Rocha Pinto chamava-se Domingos Salvador "Cabo". Os miúdos, muitas vezes sob sol ardente, esgueiravam-se por entre o arvoredo, escapando da vigilância do guarda e recolhiam no chão ou nos troncos baixos e carregados a cobiçada fruta.

Para além de Rocha Pinto, residia também na zona um compatriota seu chamado José, que devido ao enorme gosto que tinha por cavalos, de que, aliás, era criador, passou a ser chamado José dos Cavalos, vulgo Zé dos Cavalos.

Zé dos Cavalos tinha o hábito de passear a cavalo por toda a extensão da circunscrição, o que o tornou bastante conhecido pelas populações que aí praticavam agricultura.

No tempo colonial a zona adjacente à cabeceira do aeroporto Craveiro Lopes, onde estão instalados os escritórios e estaleiros das empresas de construção civil Paviterra e Mota Engil, tinha visíveis grandes paisagens. A partir deste local era possível visualizar, sem nenhum constrangimento, os recantos turísticos do bairro da Samba, nomeadamente a raia Amélia, a contra-costa da Corimba, o carismático Hotel Costa do Sol e os morros da Samba e da Kinanga.

Ainda a origem do nome

Como dito acima, Rocha Pinto foi um agricultor português que se instalou, nos primórdios dos anos 1930, na zona Sul da cabeceira da pista do aeroporto Craveiro Lopes, tornando-se num dos primeiros moradores da área.

Fruto da sua dinâmica, entrega e dedicação ao trabalho de lavrar a terra e de tratar os seus animais, tornou-se numa figura pública, associando-se o seu nome ao do próprio bairro. Segundo as fontes que nos deram essa informação, à semelhança do que aconteceu com outros musseques de Luanda, aqui não se fugiu à regra e atribuiu-se ao bairro o nome da grande figura da zona.

Mas uma outra versão oral diz que onde Rocha Pinto construiu a sua residência existia uma rocha grande, junto da qual havia uma fonte onde os camponeses iam buscar água para irrigar as suas culturas. "Essa era a rocha do senhor Pinto. Então, dessa junção de palavras é que provém o nome do bairro Rocha Pinto".

Por outro lado, reza a história que a denominação oficial "Belas" não venceu por muito tempo. Este nome ficou ligado apenas ao aeroporto, que, mais tarde, passou a designar-se Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, até aos dias de hoje.

A designação Belas foi atribuída posteriormente a uma área mais adiante, situada na região Sudeste da província de Luanda, limitada pelas áreas de Talatona (a Norte), Quissama (a Sul), Viana (a Leste), Mussulo (a Este) e pelo Oceano Atlântico (a Oeste).

Aquele espaço era considerado reserva estratégica do Estado e é lá onde hoje estão os bairros Talatona, Patriota, parte da via expressa, a centralidade do Kilamba, entre outras infra-estruturas.

Kagiombo ou o aterro sanitário "alimentado" pelo Zé Malanjinho

No tempo colonial existia uma área que desembocava na zona do antigo controlo da Samba, uma extensão de terra vermelha com pequenas montanhas e arbustos. Nessa zona foi erguida a casa do

comerciante José Manuel, o actual Prédio Café. Aí, no tempo colonial, existia um pequeno aterro sanitário a céu aberto, que mais tarde viria a ser chamado Kagiombo. Nos anos 1960/1970, o velho Zé Malanjinho, então funcionário da Direcção dos Transportes Aéreos (DTA), com o seu "katukutuko", todos os santos dias arrastava um trailer com o lixo proveniente das aeronaves que escalavam Luanda. Os resíduos sólidos que provinham do aeroporto Craveiro Lopes eram compostos por restos de comida e outro tipo de objectos. Num ápice, o lixo era aproveitado pelos moradores das zonas adjacentes que "visitavam" o local, a maioria garotos. Os "catadores" conseguiam retirar do aterro algumas coisas "valiosas", como refeições em aparente bom estado de consumo, e peças ou latas de conserva com as quais os garotos jogavam o "bunkiki" (jogo infantil).

Havia mesmo certos populares que chegavam a compor a loiça e o mobiliário de casa com objectos apanhados nessa lixeira. O cidadão Zé Malanjinho também era criador de animais domésticos, com destaque para cabritos e ovelhas. Depois da actividade rotineira de deitar o lixo no Kagiombo, Zé Malanjinho estacionava o seu veículo a tracção e, no final da tarde, libertava os seus animais para o "sagrado" pasto sob os cuidados e o olhar atento de Miguel, seu filho mais velho. André Feliciano André, 60 anos, antigo morador do bairro Realojamento do Prenda, conta que, enquanto garoto, frequentou muito a zona do actual Rocha Pinto. Aliás, era o local de eleição para as brincadeiras das crianças da sua geração. "Quando estivéssemos livres íamos aí caçar pássaros e relaxar. Além disso dávamo-nos ao luxo de apreciar os aviões a subir e a desaparecerem nas nuvens", recorda.

Faustino Maly, antigo morador, diz que tem grandes recordações do Rocha Pinto, sublinhando que, para além da caça aos pássaros, com maior predominância para os rabo de junco e as celestes, tinham o ensejo de assistir às corridas de motocross que se realizavam, na época, nas imediações do Prédio do Café. "Foram tempos memoráveis", conta Faustino Maly, que, com os amigos, "não deixavam passar" nenhuma corrida de motocross. "Nas corridas havia dias que as disputas eram bastante renhidas e os motociclistas não levavam desaforo para casa: Bianchi, Anfíbio, Mabeco e Clemente eram os principais corredores da época", recorda.

Anibal Kalungulungu, 68 anos, natural da Kibala, aldeia do Tari, diz que guarda na memória boas recordações do bairro Rocha Pinto. Como era proveniente do mato, segundo ele próprio diz, Anibal Kalungulungu sentiu-se bem, porque encontrou outro mato em Luanda, onde deu continuidade à sua

actividade de caça de animais como mbuinji, coelhos e lebres.

"Foram bons e memoráveis tempos. A gente, enquanto garotos, saía de casa para uma distância de três quilómetros para desfrutar das paisagens que o Rocha Pinto nos brindava. Era um encanto", enfatiza Kalungulungu.

Com certa mágoa, Kalungulungu diz que a zona foi mal explorada em termos urbanísticos, salientando o facto de "o Governo não ter conseguido fazer uma requalificação adequada do bairro, razão pela qual o local se transformou numa zona pouco aproveitada". Tio Aníbal, como é tratado carinhosamente pelos mais próximos, disse mais adiante que à semelhança de outros países, "essa circunscrição devia ser bem aproveitada por ser uma das portas de entrada para a cidade capital".

"Poderia muito bem ser o espelho para quem vem do Sul do país, se construíssem na zona habitações de alto padrão. Actualmente, o Rocha Pinto é mais um musseque desordenado", desabafou.

Cintura verde

No princípio da década de 1970, a zona do Rocha Pinto era uma pequena cintura verde, que abastecia com produtos do campo os mercados implantados no Musseque Prenda, a saber o Mercado do Nunes, bem no coração do Prenda, o do Banga Sumo, o do Bondo Ambulungo, aí junto à 8ª Esquadra, bem como o do Shabá, na área do Margoso. A comercialização dos produtos nesses mercados era feita por gente, na sua maioria, proveniente da província do Cuanza-Sul. Dos produtos comercializados destacavam-se a kizaka, a jihassa, as couves, a rama de batata doce, a mandioca, batata doce e rena, miengueleca, tomate, cebola, entre muitos outros.

Com o crescimento demográfico, as zonas aráveis foram sendo ocupadas para dar lugar a moradias. Registou-se mesmo a comercialização desenfreada dos terrenos por parte dos proprietários. Foi também a partir dos anos 1970 que grandes empresas de construção civil e obras públicas começaram a adquirir lotes de terreno através das estruturas centrais do Governo, para montarem os seus escritórios e estaleiros. Foram os casos da Paviterra e da Mota Engil, entre outras.

A construção da avenida 21 de Janeiro, nos anos 1990, desde a Base Aérea nº 9 até à rotunda do Gamek à direita, veio "emprestar" um certo desenvolvimento à circunscrição. Essa empreitada trouxe um grande alívio na circulação de pessoas e bens para a região Sul do país e vice-versa, bem

como passou a servir de placa giratória para quem pretendesse atingir a cidade capital a partir da Estrada Nacional nº 100 (Samba). Por outras palavras, a avenida 21 de Janeiro é um marco que contribuiu imenso para apagar o Rocha Pinto rural, aproximando, geográfica e sociologicamente, essa circunscrição do casco urbano.

Para além da avenida 21 de Janeiro, ao longo desta e não só, foram erguidos grandes empreendimentos sócio-económicos, que deram ao Rocha Pinto a característica actual de uma zona com uma dinâmica social bastante frenética e diversificada em termos de composição demográfica. Estamos a falar, por exemplo, da Estação Meteorológica, das instalações da Caritas de Angola, instituição da Igreja Católica que acolheu, durante o conflito armado, muitos deslocados do interior do país, que se dirigiam à capital em busca de segurança.

Hoje, o Rocha Pinto, além de tudo mais que se possa dizer, é uma das zonas comerciais de referência da cidade de Luanda.

Zona militarizada e bastante vigiada

Pelo facto de estar situado estrategicamente na zona adjacente à pista de aviação, o território do Rocha Pinto era usado, durante um certo tempo, para pequenos exercícios militares.

Joaquim Contreiras, antigo morador do Musseque Prenda, conta que todas as vezes que fosse acompanhar a esposa à lavra se deparava com camiões de marca Berliet Tramagal carregando militares portugueses para zonas mais afastadas dos campos agrícolas.

Fontes por nós consultadas dizem que no tempo colonial, em termos topográficos e paisagísticos, a zona do Rocha Pinto era semelhante à área da Funda, onde havia montanhas, alguma mata cerrada e fartas terras agricultáveis. Em suma, era uma zona propícia para movimentações guerrilheiras. Essa eventualidade era uma das razões da movimentação constante de militares portugueses, além da protecção que faziam das instalações aeroportuárias, dos meios aéreos e de outras infra-estruturas.

O contingente militar, segundo relatos, era proveniente de uma antiga base militar (que mais tarde viria a ser a Escola Político-Militar "Comandante Gika"), que se dirigiam ao local sob supervisão de uma companhia de comunicações que estava instalada no terraço do Laboratório de Engenharia de Angola.

Havia relatos da PIDE/DGS segundo os quais o Rocha Pinto seria um "refúgio dos turras" (como

eram considerados os nacionalistas), que, perseguidos, abandonavam os musseques de Luanda e ficavam temporariamente naquela zona.

Paralelamente, ou independentemente da companhia de comunicações no Laboratório de Engenharia de Angola, a PIDE/DGS pusera um grupo de bufos ao seu serviço a residir na zona do Compão (Cassenda), com o intuito de localizar e prender cidadãos suspeitos de actividades independentistas e bloquear ou estancar prováveis actos de subversão armada.

As constantes rusgas nos bairros, que visavam cidadãos de raça negra, era prenúncio da acção intimidatória das autoridades coloniais. "A intenção dos colonos era impedir que os autóctones se deslocassem de um musseque para o outro", revelou Joaquim Conreiras.

Depois dos acontecimentos da Revolução dos Cravos, a 25 de Abril de 1974, esse quadro viria a mudar, com a partida "compulsiva" dos soldados portugueses para a sua terra de origem. A relativa estabilidade tornou a localidade do Rocha Pinto mais acessível, o que serviu de incentivo para o movimento migratório das populações de outras zonas da cidade e do interior do país para o local. É assim que a cidade de Luanda ganhou, definitivamente, o carismático bairro Rocha Pinto, que até então era uma extensão do antigo Musseque Prenda.

Construção atribulada e desordenada

À semelhança do que aconteceu com outros bairros periféricos, o Rocha Pinto não fugiu à regra: o seu crescimento foi feito de forma atribulada e desordenada.

Devido ao descuido das autoridades locais, não se obedeceu aos padrões básicos e mínimos de urbanização, que implicariam o desenho dos arruamentos e a construção de infra-estruturas de abastecimento de água, distribuição de energia eléctrica e rede de saneamento básico. É assim que a partir do viaduto que dá acesso à Samba até à área do actual Gamek à direita, incluindo toda a envolvente, se pode observar que as casas foram construídas de forma despadronizada, sem respeitar os cânones urbanísticos e da arquitectura. O bairro é uma mistura caótica de moradias antigas e modernas de todas as tipologias e de arruamentos que de repente se estreitam em becos e dificultam a circulação no seu interior. Apesar de todos os constrangimentos à mobilidade, ainda assim o Rocha Pinto é considerado uma área privilegiada, devido à proximidade da Baixa e por constituir a tal placa giratória de acesso e de saída para o interior da cidade. Como dito acima, o

bairro beneficia imenso pelo facto de ser rasgado ou estar muito próximo da avenida 21 de Janeiro e da Estrada Nacional nº 100 (zona da Samba).

José Kafuqueno, arquitecto de profissão, diz que o bairro tem características muito particulares, desde a topografia que o sustenta à precariedade urbanística e à debilidade dos serviços de saneamento e de abastecimento de água. "O Rocha Pinto de ontem teve o condão de ser um local calmo e tranquilo, num contraste com o postal actual, que resulta de uma grande demanda demográfica", ressaltou.

Aguardando por uma requalificação que tarda a chegar, o bairro, a cada dia que passa, se vai degradando cada vez mais. A auto-construção anárquica e a falta de saneamento básico são por demais notórios em quase toda a sua extensão.

Apesar dessas vicissitudes, as dinâmicas sociais e as actividades comerciais dão ao hoje Distrito Urbano do Rocha Pinto um peso considerável no mosaico officioso do antigo Musseque Prenda.

Estudos realizados no ano 2000 pelo Instituto Nacional de Estatística davam conta que a população do Rocha Pinto era então constituída por 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes, das mais diversas origens. O bairro continua a ter muitos problemas estruturais, que resultam numa visível ausência de condições de habitabilidade condignas.

A requalificação urbana da circunscrição implicaria, necessariamente, fazer o reordenamento daquele território pertencente ao município da Maianga. Especialistas em obras públicas defendem que o facto do bairro ter a particularidade de poder vir a "casar-se" com outros que o circundam, faz com que tenha um estatuto diferente do que tinha nos primórdios. "Isso acaba por ser importante não só para o próprio bairro como para a própria estruturação da urbanização dos bairros que lhe são vizinhos", frisou um especialista.

Evolução do bairroA circunscrição do Rocha Pinto tem a particularidade de ser um musseque periférico e ao mesmo tempo de transição, porque, apesar de ter um elevado nível de pobreza, possui, em determinadas áreas do bairro, alguma facilidade de acesso. Apesar da auto-construção anárquica que se observou por incúria da administração local, houve iniciativas que despertaram a atenção de alguns estudiosos da arquitectura e do urbanismo.

O Rocha Pinto como fenómeno urbanístico consolidado e de referência é relativamente novo. Dados oficiais indicam que o bairro passa a ter

existência legal a partir de 1999, no quadro de uma reestruturação político-administrativa que o integrou no município da Maianga, a par, dentre outros, dos bairros Maianga, Prenda, Cassequel, Calemba, Mártires de Kifangondo e Cassenda,

António Canivete, 75 anos, antigo morador e actualmente residente na rua João Ngola, afirmou que a ocupação do bairro começou a partir de 1979, com os primeiros habitantes que se deslocaram de outros bairros da cidade, nomeadamente do Prenda. A sua ocupação, segundo contou António Canivete, foi feita da seguinte forma: primeiro os cidadãos ocupavam (compravam) os talhões e construíam junto aos locais onde viviam os seus familiares ou gente da mesma terra de origem. "É assim que cresceu o bairro".

Hoje o bairro é constituído por um mosaico heterogéneo de cidadãos oriundos de diferentes províncias, em muitos casos por força das deslocações causadas pela guerra: primeiro vieram as famílias do Cuanza-Sul, Benguela e Cuanza-Norte e depois as famílias de origem bakongo das províncias do Uíge e Zaire.

Domingas Bandeira, natural do município da Quilenda, actual moradora da zona da Unidade Anti-Terror (UAT), disse que "o bairro cresceu repentinamente devido às famílias que na altura tinham posses (dinheiro). As primeiras casas foram construídas com chapas de zinco, depois de pau-a-pique e tijolos".

No seu caso, disse, herdou o terreno da lavra da falecida mãe e lá construiu a sua modesta casa. "Não tinha casa. E como a minha mãe tinha aqui um terreno, entendemos erguer aqui a nossa casa. Não é fácil viver em Luanda numa casa de renda, razão pela qual optamos por construir", adiantou Domingas Bandeira. "O nosso terreno era grande, mas devido à nossa lentidão acabamos por perder alguns hectares e assim vamos nos ajeitando com esse pouco que conseguimos", acrescentou.

Helga André, outra moradora, contou que nenhum dos seus familiares, inicialmente, dava importância ao local, por ser um autêntico matagal. "Só depois de vermos a zona a crescer é que nos interessamos em vir a correr atrás do prejuízo. Mas valeu a pena aproveitarmos o pequeno espaço que herdamos dos nossos pais. Hoje temos uma casa condigna".

Carlos Zamba, proveniente da aldeia de Dala Kaxibo, no município da Kibala, província do Cuanza-Sul, explicou que veio a Luanda à procura de um primo e "apaixonou-se" pela área do Rocha Pinto, acabando por lá se instalar. "No princípio

queria ficar no bairro Margoso, onde tinha os meus familiares, mas depois optei por ficar no Rocha Pinto. É uma zona onde residem muito dos meus conterrâneos e isso facilitou a minha integração", enfatizou.

Rocha Pinto, note-se, em termos de estruturas económicas tem uma agência de seguros da ENSA, várias padarias, uma das quais deu nome a uma famosa paragem de táxi, além de muitos outros estabelecimentos comerciais, com destaque para o do bem sucedido empresário senhor Canhongo, dois mercados oficiais, o do Quintalão e o dos Camionistas, e quatro mercados informais de nomeada, fora os inumeráveis pontos de venda nas esquinas e à porta das residências. Sem esquecer as cantinas geridas por cidadãos de países Oeste africanos e por uns quantos angolanos.

A emblemática avenida 21 de Janeiro

A designação desta avenida está associada à data da fundação da Força Aérea Nacional (21 de Janeiro de 1976). A proposta do nome da avenida foi feita pelo tenente-general Armindo Bravo da Rosa "Kamaka", num dos aniversários alusivos à corporação. Note-se que o mesmo oficial-general é o autor da célebre frase que era muito comum ver estampada nos muros das unidades militares: "Se o inimigo madruga, as FAPLA não dormem". O tenente-general Kamaka é ainda autor do aforismo adoptado pelas FAA e que normalmente é legível logo à entrada dos quartéis, em letras garrafais: "A pátria aos seus filhos não implora, ordena!"

Um dos fundadores da Força Aérea Nacional, Kamaka foi distinguido em 2012 com um diploma de mérito, além do seu desempenho enquanto militar, por ter criado na década de 1980 o lema "FAPA-DAA - Asas da Revolução, canhões da liberdade, na construção da pátria socialista".

Noutra vertente, dizer que a avenida 21 de Janeiro beneficiou, nos últimos anos, de obras de reabilitação em vários dos seus troços. Destacam-se a colocação de lancis nos passeios, arranjos das redes técnicas de energia eléctrica, telefones, condutas de água, colocação de separador central, construção de passeios para peões, passagens superiores e a melhoria do sistema de drenagem das águas fluviais.

Dada a importância da avenida 21 de Janeiro, não só para o Rocha Pinto mas para toda a cidade de Luanda, vamos reter-nos um pouco mais no historial da instituição cuja data de fundação deu origem ao seu nome. A Força Aérea Nacional resulta da integração nas Forças Armadas Angolanas da antiga FAPA/DAA, cuja principal base está precisamente

no início da avenida 21 de Janeiro. Este ramo das Forças Armadas atravessou várias etapas: na primeira, segundo reza a história, procedeu-se à integração de alguns quadros provenientes da guerrilha, com a finalidade de organizar o processo de fundação da Força Aérea. Simultaneamente procedeu-se à mobilização, recrutamento, selecção e incorporação de cidadãos formados, pilotos e técnicos, que serviram a Força Aérea Portuguesa e a antiga Direcção de Transportes Aéreos (DTA).

Entre 1977 e 1978 foram organizadas as primeiras esquadras operacionais de All-III, MIG-17 e de transporte e reconhecimento com aeronaves do tipo DC-3, Cessna e Islander.

A partir de 1978 registou-se a chegada ao país dos primeiros quadros nacionais formados em Cuba e na ex-União Soviética e a recepção e implantação do sistema de Defesa Anti-Aérea e da Rede de Radares de Vigilância, que em 1987 viriam a desempenhar um papel importantíssimo na Batalha do Cuito Cuanavale. Em 1981 foi criada a Escola Nacional de Aviação Militar Comandante José Maria Paiva "Bula", no Negage, como resposta à necessidade de pessoal aeronáutico no interior do país.

Quatro anos depois é criada a Escola Nacional de Aviação Ligeira Comandante Nzembo Faty "Veneno", no município do Lobito. Entre 1985 e 1988 a Força Aérea passa a ser equipada com meios de ataque e de defesa anti-aérea tecnologicamente evoluídos, o que lhe permite ter uma acção de vigilância em toda a extensão do território nacional.

Prédio Café, referência incontornável

No tempo colonial, o lendário Prédio Café era propriedade de um comerciante português que se instalou no Rocha Pinto nos anos 1950. O seu negócio era a venda de produtos de primeira necessidade. Trata-se do senhor José Manuel, que à semelhança do senhor Carvalho, no Cassenda, dominava o comércio na zona a escassos metros do antigo controlo em direcção à Samba.

Homem de trato fácil, segundo relatos de alguns moradores, esse comerciante era bastante atencioso com os populares que viviam nas casas adjacentes à sua loja. É assim que alguns destes populares, na sua maioria funcionários públicos, beneficiavam de "vale" ou "fiado" (crédito) para aquisição de bens de primeira necessidade, e não só, na loja.

Nessa área do Rocha Pinto (Prédio Café), na zona fronteira com os bairros da Samba e do Prenda, para além da casa do comerciante José Manuel, existiam residências de gente assimilada, segundo

Carlos Kinguaya, um antigo morador. O nome do prédio foi dado já no pós-independência, quando o seu proprietário, o comerciante José Manuel, no eclodir do conflito armado, fugiu para a Metrópole (Portugal) com a respectiva família.

Depois do confisco por parte do Estado, o imóvel foi entregue ao Ministério da Agricultura, que lá instalou a empresa que fazia a comercialização de café, que se denominava ENCAFÉ. A verdade é que, com o andar do tempo, a fértil imaginação popular transferiu para o prédio parte do nome da empresa que o ocupava. Daí o nome Prédio Café, uma referência obrigatória quando se quer atingir aquela zona do bairro Rocha Pinto, e não só.

No pós-independência, a zona viu nascer uma paragem de táxi e um mercado informal de referência, bem próximo ao Prédio Café. O mercado passou a chamar-se Praça do Imbondeiro.

De referências não é tudo. A rua que separa os bairros Prenda e Rocha Pinto, para quem vem do Gamek e que desemboca na área da Samba passando pela passagem inferior, é uma referência que deve ser retida por qualquer automobilista consciencioso, pois é uma escapatória para quem pretenda atingir o centro da cidade quando a avenida 21 de Janeiro está engarrafada.

Por fim, dizer que o maior presente que os moradores do Rocha Pinto esperam receber um dia das autoridades é a notícia da requalificação do bairro, que, acredita-se, vai melhorar as condições de habitabilidade e, em geral, de vida das pessoas.

Esta é a radiografia possível do bairro Rocha Pinto, que, dentre várias outras queixas dos moradores, nunca beneficiou de projectos de canalização de água ao domicílio.

6.11 Zona militarizada e bastante vigiada

Jornal de Angola

6 De Agosto de 2023

Texto: César André

Pelo facto de estar situado estrategicamente na zona adjacente à pista de aviação, o território do Rocha Pinto era usado, durante um certo tempo, para pequenos exercícios militares.

Joaquim Contreiras, antigo morador do Musseque Prenda, conta que todas as vezes que fosse acompanhar a esposa à lavra se deparava com camiões de marca Berliet Tramagal carregando

militares portugueses para zonas mais afastadas dos campos agrícolas.

Fontes por nós consultadas dizem que no tempo colonial, em termos topográficos e paisagísticos, a zona do Rocha Pinto era semelhante à área da Funda, onde havia montanhas, alguma mata cerrada e fartas terras agricultáveis. Em suma, era uma zona propícia para movimentações guerrilheiras. Essa eventualidade era uma das razões da movimentação constante de militares portugueses, além da protecção que faziam das instalações aeroportuárias, dos meios aéreos e de outras infra-estruturas.

O contingente militar, segundo relatos, era proveniente de uma antiga base militar (que mais tarde viria a ser a Escola Político-Militar "Comandante Gika"), que se dirigiam ao local sob supervisão de uma companhia de comunicações que estava instalada no terraço do Laboratório de Engenharia de Angola.

Havia relatos da PIDE/DGS segundo os quais o Rocha Pinto seria um "refúgio dos turras" (como eram considerados os nacionalistas), que, perseguidos, abandonavam os musseques de Luanda e ficavam temporariamente naquela zona.

Paralelamente, ou independentemente da companhia de comunicações no Laboratório de Engenharia de Angola, a PIDE/DGS pusera um grupo de bufos ao seu serviço a residir na zona do Compão (Cassenda), com o intuito de localizar e prender cidadãos suspeitos de actividades independentistas e bloquear ou estancar prováveis actos de subversão armada.

As constantes rusgas nos bairros, que visavam cidadãos de raça negra, era prenúncio da acção intimidatória das autoridades coloniais. "A intenção dos colonos era impedir que os autóctones se deslocassem de um musseque para o outro", revelou Joaquim Contreiras.

Depois dos acontecimentos da Revolução dos Cravos, a 25 de Abril de 1974, esse quadro viria a mudar, com a partida "compulsiva" dos soldados portugueses para a sua terra de origem. A relativa estabilidade tornou a localidade do Rocha Pinto mais acessível, o que serviu de incentivo para o movimento migratório das populações de outras zonas da cidade e do interior do país para o local. É assim que a cidade de Luanda ganhou, definitivamente, o carismático bairro Rocha Pinto, que até então era uma extensão do antigo Musseque Prenda.

6.12 BNA inclui financiamento à construção no Regime Especial de Crédito à Habitação

Jornal de Angola

8 De Agosto de 2023

O Regime Especial de Crédito à Habitação foi alterado para incluir o financiamento da auto-construção dirigida, com a publicação, na quinta-feira, o Aviso 9/23, do BNA, a elevar de 25 para 30 anos o prazo de reembolso do financiamento, no que é uma das principais mudanças da norma introduzida pela primeira em Abril de 2022.

Fundamentalmente, foram operadas três alterações, com a segunda a permitir que um só beneficiário contraia dívida de 100 milhões de kwanzas sob os regimes especiais de crédito à habitação e crédito à construção, o que, no Aviso anterior, o 9/22, era permitido a apenas dois contratantes.

No crédito à construção, está estabelecido que os compradores podem adquirir terrenos infra-estruturados inscritos na Conservatória Predial, desde que possuam um orçamento para construção e conclusão da casa, por empreiteira com a contabilidade devidamente organizada.

Isso significa que o financiamento é concedido a favor da compra do terreno, bem como da construção da casa e não só para compra do terreno.

O Aviso 9/23 mantém a exigência documental para a habilitação ao crédito, algo de que se queixaram os clientes bancários interessados nesse financiamento, alegando que eram requeridos 15 documentos, embora fontes contactadas pela nossa reportagem considerem que o mais importante é a inscrição do imóvel na Conservatória Predial, que permite aos bancos o registo da hipoteca. Os demais documentos são os habitualmente exigidos pelos bancos.

O Aviso repete as condições do financiamento, com juros 7,00 por cento para a aquisição de imóveis de até 100 milhões de kwanzas e de 10 por cento para a promoção imobiliária, como também é mantida a abordagem para as comissões dos bancos envolvidos, as quais nunca devem ser superiores a 1,00 por cento.

Apesar de, no novo Aviso, permanecerem as exigências relativas ao volume de reservas obrigatórias que os bancos podem empregar no

crédito à habitação, as regras aparentam ser menos flexíveis para os promotores imobiliários e as cooperativas habitacionais.

Nesses últimos financiamentos, os bancos só podem ceder em crédito, fundos retirados das reservas obrigatórias que cobram 50 por cento do valor da obra o que, para as cooperativas habitacionais se sita em 75 por cento.

Isso significa que a diferença deverá ser integralizada com recursos do próprio banco, a juros não bonificados.

Ao falar, em Dezembro último, no 2º Fórum Banca e Seguros, do semanário "Expansão", naquela altura governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano, declarou que o Regime Especial de Crédito à Habitação, estava "ainda com poucos pedidos elegíveis" e que apenas 37,35 por cento dos 168 processos recebidos na banca tinham sido aprovados, ou seja, uns 63 pedidos aprovados.

O governador, em Junho investido como ministro de Estado para a Coordenação Económica, indicou, nessa ocasião, que o regime especial de crédito haveria de ser ajustado para considerar a auto-construção, definindo o curso das operações financiadas ao abrigo desse regime por estar a marcar os primeiros passos e por ter "regras de acesso precisam de ser mais bem compreendidas".

"Podemos aqui anunciar que em 2023 este aviso (que estabelece o regime especial para o crédito à habitação a particulares e a construção de projetos de habitação) será ajustado para considerar a auto-construção para fins habitacionais", afirmou José de Lima Massano, em Dezembro.

Ao reagir à publicação do Aviso 9/23, o presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários da Angola (APIMA), Cleber Correia, considerou que as regras instituídas e o documento no seu todo representa uma evolução, mas tem, ainda, um potencial reduzido para dinamizar o mercado das aquisições e da promoção imobiliária.

De acordo com Cleber Correia, "já se evoluiu alguma coisa com o novo Aviso", mas sabe-se, também, que o documento "pode ser melhorado" em aspectos como a autorização de aquisição de terrenos infra-estruturados, sem o vínculo do adquirente ao financiamento da construção.

O presidente da APIMA destacou a manutenção de postulados do documento propostos pela associação, como o estabelecimento de juros menores para imóveis de baixo valor, atendendo, assim, a juventude

que precisa iniciar a construção de património, "mas temos que admitir que já houveram avanços".

Considerou que, como no início do processo de flexibilização do crédito à habitação, "o BNA continua cauteloso, para poder medir a magnitude da procura", acrescentando que o potencial desse regime de crédito para dinamizar o mercado de aquisições, a promoção imobiliária, a construção e a indústria de materiais de construção, "não é alto".

Nesse domínio coloca-se a questão de, para aceder a um crédito de 100 milhões de kwanzas, o beneficiário tem de ter rendimentos domiciliados de dois milhões de kwanzas por mês e não ter esse salário comprometido com outros financiamentos.

"Sabemos que, de 2014 para cá, os salários perderam muito poder real, devido à inflação", notou o líder empresarial, para frisar um mercado de dimensões diminutas para esses financiamentos.

"Por isso defendemos níveis mais baixos de juros para imóveis até um determinado limite de valor", adiantou Cleber Correia, ilustrando as discussões para melhorar o Regime Especial de Crédito à Habitação e à Construção, um documento que é renovado em periodicidade anual e é parte de um programa que se estende até 2027.

6.13 Potencial reduzido para dinamizar o mercado

Jornal de Angola
8 De Agosto de 2023

Ao reagir à publicação do Aviso 9/23, o presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários da Angola (APIMA), Cleber Correia, considerou que as regras instituídas e o documento no seu todo representa uma evolução, mas tem, ainda, um potencial reduzido para dinamizar o mercado das aquisições e da promoção imobiliária.

De acordo com Cleber Correia, "já se evoluiu alguma coisa com o novo Aviso", mas sabe-se, também, que o documento "pode ser melhorado" em aspectos como a autorização de aquisição de terrenos infra-estruturados, sem o vínculo do adquirente ao financiamento da construção.

O presidente da APIMA destacou a manutenção de postulados do documento propostos pela associação, como o estabelecimento de juros menores para imóveis de baixo valor, atendendo, assim, a juventude que precisa iniciar a construção de património, "mas temos que admitir que já houveram avanços".

Considerou que, como no início do processo de flexibilização do crédito à habitação, "o BNA continua cauteloso, para poder medir a magnitude da procura", acrescentando que o potencial desse regime de crédito para dinamizar o mercado de aquisições, a promoção imobiliária, a construção e a indústria de materiais de construção, "não é alto".

Nesse domínio coloca-se a questão de, para aceder a um crédito de 100 milhões de kwanzas, o beneficiário tem de ter rendimentos domiciliados de dois milhões de kwanzas por mês e não ter esse salário comprometido com outros financiamentos.

"Sabemos que, de 2014 para cá, os salários perderam muito poder real, devido à inflação", notou o líder empresarial, para frisar um mercado de dimensões diminutas para esses financiamentos.

"Por isso defendemos níveis mais baixos de juros para imóveis até um determinado limite de valor", adiantou Cleber Correia, ilustrando as discussões para melhorar o Regime Especial de Crédito à Habitação e à Construção, um documento que é renovado em periodicidade anual e é parte de um programa que se estende até 2027.

6.14 Cidade do Sequele: Realidade social ainda aquém das expectativas criadas no início

Jornal de Angola

13 De Agosto de 2023

Texto: Roque Silva

Se, por um lado, existem indícios que apontam para a melhoria das condições de vida na cidade do Sequele, que sábado completou nove anos de existência, há, por outro, situações negativas que perduram há anos e que levam muitos moradores a assumir que viver ali está, ainda, aquém das grandes expectativas criadas no início

Há cerca de um ano reconhecer um documento ou efectuar um registo de óbito na Cidade do Sequele não passava de sonho. Os habitantes eram obrigados a percorrer 12 quilómetros até Cacucaco, pois os serviços eram escassos. Estavam limitados ao registo civil e criminal.

Da cidade do Sequele, sede do distrito urbano homónimo, um dos três do município de Cacucaco, os moradores procuravam resolver as suas preocupações burocráticas, administrativas e outras junto das instalações do SIAC e sedes dos municípios de Cacucaco, Viana e Talatona, além do centro da cidade

de Luanda. Era um grande transtorno para os cidadãos.

Essa realidade faz parte do passado, pois a cidade já conta com uma Loja de Registos, cujo leque de serviços está disponível para os habitantes locais e das zonas circunvizinhas. É a única da província de Luanda instalada para atender um distrito. Nela estão inseridos os serviços de registo civil, comercial, predial e automóvel, cartório e um Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios (CREL).

A Loja de Registos, que até o ano passado era apenas uma realidade noutras paragens, é, actualmente, um dos maiores ganhos dos últimos 12 meses na cidade do Sequele, que ontem completou nove anos de existência. É, sem dúvida, uma resposta à necessidade dos habitantes face à anterior escassez de serviços, cujo aumento torna a cidade mais inclusiva, pois a Loja dos Registos está preparada para atender 120 utentes por dia.

Clemente Armando dá nota positiva à Loja de Registos, por, em seu entender, constituir um ganho para os cidadãos, na medida em que vem agregar valor à cidade do Sequele.

Funcionário por conta própria, disse que a abertura da Loja facilita não só o seu trabalho de relações públicas, mas o de outras pessoas que pretendem tratar qualquer documento.

"É, sem sombra de dúvidas, um dos grandes ganhos da cidade. Esperamos que se criem outros, pois o Sequele precisa de muito mais serviços", considerou.

Espaços de recreação

A cidade não dispõe de espaços de lazer e recreação, biblioteca pública, parques infantis públicos, nem salas de cinema. Para colmatar este vazio, muitas famílias deslocam-se para outras localidades, sobretudo aos fins de semana, para se divertirem com os filhos.

Telma Domingos é um exemplo disso. A gestora bancária disse que procura fazer programas "diferentes" com a família. Aos sábados desloca-se para outras zonas para oferecer lazer e diversão à família. "No Sequele, estamos muito limitados, já que a cidade está infestada de bares e não tem diversão para as crianças", disse, acrescentando que, em nove anos, o Sequele podia ter registado melhorias significativas neste quesito, por ter havido algumas tentativas para o efeito, mas que não deram certo.

Para Telma Domingos, a cidade está distante de reverter a situação devido à conjuntura económica e à actual tendência do empresariado.

"O mundo está em crise e o que se nota é que os empresários apostam mais em bares, acabando por se esquecer das crianças, dos adolescentes e dos jovens", referiu outro morador.

O gestor e economista Eduardo Neves defendeu ser urgente a construção de espaços de recreação e lazer, "por constituírem elementos fundamentais para aumentar a qualidade de vida dos moradores".

Oficinas a céu aberto

Instaladas junto a edifícios, as oficinas contribuem para a degradação da imagem da cidade. Improvisadas a céu aberto, estão cheias de viaturas avariadas, carcaças e peças espalhadas por todo o lado.

As carcaças acabam por se tornar local de esconderijo de bandidos e de deposição de lixo, enquanto as viaturas avariadas são alvo preferencial dos meliantes para o roubo de peças.

Junto às oficinas é visível o rasto de destruição causado ao asfalto e passeios pelo combustível e o óleo queimado de motor, que é um atentado ao ambiente.

Trânsito desordenado

A desordem no trânsito automóvel é um facto na cidade, um acto praticado por automobilistas que desrespeitam o Código de Estrada. Condutores há que optam pela condução ofensiva, fazendo o uso da imprudência, em desrespeito ao peão.

De forma sediciosa, os mototaxistas circulam na contramão, evitam a estrada e optam pelos passeios, e obrigam os peões a caminhar em locais inadequados, pondo em risco a sua integridade física.

A esquadra de polícia do Sequele tem um registo, em média, de quatro acidentes de viação por semana, a maioria envolvendo viaturas ligeiras e mototaxistas.

Assistência médica

A esperança quanto à prestação de uma melhor assistência médica na circunscrição estão depositadas no futuro Hospital Geral de Cacucaco, em construção no Distrito do Sequele, junto ao bloco 13.

A garantia dada pela ministra da Saúde, numa visita às obras, sobre a inauguração do hospital no final do primeiro trimestre do próximo ano, é um sinal de alegria para os moradores do Sequele. O Hospital Geral de Cacucaco, um investimento de 185 milhões de euros, vai contar com 300 camas, com vários

serviços especializados, incluindo para tratamento oncológico e hemodiálise.

A unidade vai dispor, ainda, de áreas de cuidados intensivos, desde o neonatal até aos serviços para adultos, com condições operatórias e técnicas, no sentido de melhorar o tratamento quer médico, quer cirúrgico para os moradores do Sequele.

Sandra Pedro, médica e moradora do Sequele, afirmou que o sector da Saúde é o que menos cresceu na cidade. "Não podíamos receber uma notícia melhor, pois estamos a falar de 300 novas camas", disse Sandra Pedro. Ela disse acreditar que o problema da assistência médica no Sequele pode ser resolvido após a inauguração do hospital.

Sandra afirmou que o actual Centro de Saúde é incapaz de dar resposta à demanda. "Haverá grandes ganhos com a entrada em funcionamento do Hospital Geral de Cacucaco", disse.

6.15 Governo cria condições para demolir edifícios degradados

Jornal Novo Jornal

16 De Agosto de 2023

o ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos Alberto dos Santos, assegurou, na cidade do Cuito, Bié, que o Executivo está a criar condição para demolir todos os edifícios em estado avançado de degradação, ainda durante o quinquénio 2023-2027. Carlos Alberto dos Santos fez saber que, a depender do estado de degradação de cada edifício, as famílias poderão ser realojadas em outros locais com melhores condições de habitabilidade.

Sem precisar o número, o governante informou que o seu pelouro dispõe de dados concretos dos edifícios degradados, pelo que muitos deles merecerão intervenção através já dos governos provinciais, para maior celeridade.

Carlos Alberto dos Santos, que falava à imprensa no acto de passagem das pastas, que marcou a assinatura do memorando de transferência do projecto de reabilitação do templo da sé Catedral, afecto à Igreja Católica, ao Governo da província do Bié comunicou que para o quinquénio 2023-2027, o Governo prevê a construção de 934 mil casas, das quais 24 mil serão da responsabilidade directa do Estado, em centralidades, urbanizações e para realojamento.

Para além das obras da sé Catedral, o Governo Provincial já recebeu do ministério as obras da

Piscina Municipal do Cuito e do Seminário Menor, ambas localizadas na cidade do Cuito.

As obras do templo da sé Catedral, da Igreja Católica no Bié, andam paralisadas há mais de 10 anos.

segundo o levantamento local, Bié tem mais de 50 edifícios em condições degradantes.

6.16 Empresas de construção não cumprem com a lei da afixação dos requisitos da obra

Jornal Expansão

25 De Agosto de 2023

Texto: Horácio Bapolo

Todas as obras sujeitas a um licenciamento oficial são obrigadas a afixar um placar de informações em zona visível, onde se podem ler todos os elementos possíveis de identificação da empreitada, como o nome da construtora, objecto da obra, o tempo que vai durar, a empresa de fiscalização e o valor da empreitada para os casos das obras públicas.

A alínea h) do artigo 70 da lei 80/06 de 30 de Outubro indica que a não afixação ou afixação não visível, da notificação da autorização da obra e do alvará, constitui uma transgressão. E o

Regulamento sobre o Exercício das Actividades de Construção Civil e Obras Públicas, no ponto 4 do artigo 29, atesta que "a placa de identificação de obra deve mencionar os números dos respectivos títulos de registo ou alvará, nome do projectista, empreiteiro e do fiscal da obra, aplicável às empresas no âmbito das actividades de construção civil e obras públicas".

Ou seja, são as construtoras que depois de licenciadas através do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda e autorizadas pela administração do Município para executar uma determinada obra, que devem afixar a placa contendo as referidas informações. Mas na prática não é o que acontece, uma vez que a maior parte das obras na cidade de Luanda não exibem os "obrigatórios" placares.

O Expansão visitou esta semana mais de 15 obras em execução na cidade de Luanda, entre as quais públicas e privadas e só uma (pública) está em conformidade com a lei. Trata-se das obras de requalificação da repartição de identificação e registo notariado do município do Cazenga, que está a ser executada pela construtora MOBEC Engenharia e Construção, com um orçamento de 598,9 milhões Kz.

As outras, como as Torres do Kinaxixi, executadas inicialmente pela SOMAGUE, obras do CFL no Bungo, a ser executadas por uma empresa chinesa, a requalificação da estrada dos Congolezes até ao Triângulo e a estrada da Administração do Cazenga ao Mercado do Asa Branca ambas executadas pela Mota-Engil, também não têm afixadas as informações.

Contactado pelo Expansão, um director de obras da construtora Mota-Engil que se recusou a revelar a sua identidade, defendeu que este tipo de obras não precisam de placas de informação. "Só as obras do plano director é que precisam de placard, as do PIIM não precisam", disse, num claro desconhecimento da lei.

Além destas há também outras inacabadas onde para além de quem contratou e licenciou as construtoras para o início das obras, nada se sabe de quem está a fazer as obras, qual é o projecto e quanto vai custar. Perguntas que seriam respondidas se tivessem lá as respectivas placas de informação. É o caso dos edifícios inacabados na entrada da Chicala, construídos à beira-mar, os edifícios inacabados do Futungo, as obras de requalificação do terminal do CFL no Bungo que estão a ser executadas por uma empresa chinesa, entre outras, e só para citar as públicas, uma vez que nas privadas o assunto parece ser de todo desconhecido.

Desconhecimento da Lei

Alguns responsáveis destas construtoras confessaram desconhecer esta obrigatoriedade da lei e outros desvalorizam, afirmando que "não é obrigatório", como referiu o encarregado de obras da empresa Soares da Costa na Baía de Luanda-entrada da Ilha.

Esta afirmação comprova bem a opinião dos especialistas ouvidos pelo Expansão, segundo a qual muitas construtoras não colocam estas informações, algumas por desconhecimento da lei, outras por terem receio de não cumprir com os prazos e verem os seus nomes manchados e ainda outras para esconder o orçamento do projecto para retirarem outros benefícios.

"A maior parte das construtoras não cumprem com a lei por desconhecimento", começou por comentar o arquitecto e urbanista Gautier da Silveira, afirmando que todas as obras públicas e privadas precisam de um placar a indicar a construtora, o orçamento da obra, o projecto, a duração e quem fiscaliza.

"Somente as obras públicas é que são obrigadas a exhibir no placard o valor da empreitada, sendo que para as privadas não há obrigatoriedade nesta particularidade", sublinha, apontando que a fiscalização e sanções que resultem em multas são soluções para que as construtoras cumpram com a lei.

Para o jurista Luís Lunga, ou as empresas não sabem ou então quem poderia fiscalizar não faz o seu trabalho por saber que estas obras, na sua maioria de grande "dimensão, são erguidas por pessoas ligadas ao poder político, o que os coloca na incapacidade de ir ao empreiteiro para questionar do incumprimento da lei.

"Aqui há um incumprimento duplicado da lei, que é do empreiteiro e de quem podia fiscalizar e não o faz", acrescentou.

Falta de rigor na fiscalização

O Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, órgão do Estado que tem a responsabilidade de licenciar as obras, admite não haver rigor na fiscalização, principalmente nas obras públicas por se tratar de um projecto do Estado.

Mas divide a responsabilidade da fiscalização com as administrações municipais com argumento de que, "se são elas que autorizam também devem fiscalizar".

De acordo com o chefe de Departamento de Intervenções Urbanísticas do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, Mário Franco, a fiscalização compete principalmente as administrações municipais, sendo que a sua instituição faz apenas visitas rotineiras para garantir que não haja incumprimento do que foi aprovado e do que está a ser executado. "Nós temos parte da responsabilidade de fiscalizar, mas as administrações e os governos provinciais também têm esta competência para exigir o cumprimento da lei", frisou.

Mário Franco admite que deve haver maior fiscalização para evitar o risco de se aprovar e autorizar um projecto, mas que depois, na prática, vai ser um outro, o que depois criam fortes constrangimentos, incluindo económicos.

Consultadas pelo Expansão, as administrações municipais repartem a responsabilidade com os promotores das obras e admitem igualmente que precisam ser mais rigorosas quanto a esta questão, principalmente quando se trata de obras públicas.

Por exemplo, o administrador do distrito urbano da Ingombota diz que há equipas de fiscalização nas administrações para inspecionar estes requisitos.

Mas há falta de zelo por parte da fiscalização, principalmente quando se trata de uma obra pública e as construtoras acabam por não colocar a placa. "Mas todas são obrigadas a fazer. E a garantia da afixação da placa deve ser de todas as partes, desde os promotores, fiscalização, e até os governos provinciais", confirma.

6.17 Mercado imobiliário carece de quatro milhões de casas para suprir défice

Jornal Economia & Finanças
25 De Agosto de 2023

O país precisa de cerca de 4 milhões de habitações para suprir o actual défice no sector, disse, ontem, em Luanda, o director do Gabinete Jurídico e Intercâmbio do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Rui Inácio.

Rui Inácio prestou esta informação à imprensa, à margem do seminário sobre o Mercado Imobiliário Angolano (SEMIA), que visou dotar os participantes de conhecimentos sólidos sobre o sector imobiliário angolano e mundial.

O responsável disse que a Lei do sector Imobiliário criada desde 2012, permitiu, em 2021, aprovar o regulamento sobre a actividade de angariação e mediação imobiliária.

Actualmente, avançou, está em curso a preparação de outros instrumentos que permitirão controlar os intermediários e pessoas que se dedicam à angariação imobiliária no país.

Relativamente à comercialização de imóveis, apontou que existem Diplomas específicos que estabelecem o preço dos mesmos e não existe nenhum problema.

Crédito habitacional

Quanto ao crédito habitacional, o Banco Nacional de Angola (BNA) aprovou recentemente, um instrumento para possibilitar que mais pessoas tenham acesso à habitação.

Segundo o responsável, este é um processo que não se deve olhar apenas numa vertente burocrática, já que surgiu para eliminar algumas questões que o Aviso 0912022, de 28 de Abril "não tratou da melhor forma".

Em relação aos preços dos materiais de construção, Rui Inácio salientou que o Programa de Auto-construção Dirigida previu todas as questões ligadas

ao preço, e tem-se trabalho de forma multisectorial para se reduzir esta problemática.

As grandes reclamações, explicou, são resultados das várias informalidades ainda existentes no sector, mas com o pacote que se está a finalizar, "agora é expectante que se venha a conseguir encaminhar as pessoas da informalidade à formalidade e também o controlo de quem são os agentes mediadores ou intervenientes no processo de compra e venda neste segmento habitacional".

Contornar as burlas Sobre as burlas, Rui Inácio lembrou que há órgãos próprios e com missões específicas para tratar matérias inerentes a estes crimes.

Por outro lado, disse que a criação da norma vai permitir que exista urna diminuição con-siderável deste fenómeno.

O director do Gabinete Jurídico e Intercâmbio do Ministério das Obras Públicas Urbanismo e Habitação orienta aos potenciais clientes de imóveis que, em fase de aquisição de urna residência, é necessário olhar e avaliar todos os elementos de precedência relativamente à regularização e a força do próprio projecto para facilitar a compra de maneira mais segura.

Sobre a regulação imobiliária, o responsável informou que o projecto será concluído ainda este ano, e irá permitir maior controlo dos promotores imobiliários.

Rui Inácio entende que a capacidade da criação de um instituto regulador para atender os problemas inerentes ao sector imobiliário é uma visão que se tem e que pode ser analisada, apesar de existirem outros elementos de precedência.

6.18 Mais famílias recebem casas no Mayé-Mayé

Jornal de Angola

27 De Agosto de Angola

Texto: Manuela Mateus

Dez famílias, integradas por 59 pessoas, que viviam no Centro de Acolhimento “Sérgio Luther Rescova Joaquim”, no município de Viana, província de Luanda, foram realojadas no bairro Mayé-Mayé, Distrito Urbano do Sequele, município de Cacucaco.

O realojamento das dez famílias que estavam sob protecção social da Administração Municipal de Viana, desde o início do combate à Covid-19, realizou-se sexta-feira e foi presenciado pelo administrador Demétrio de Sepúlveda.

O administrador do município de Viana disse ter ficado com o sentimento de dever cumprido, na sequência do realojamento das dez famílias que viviam em condições precárias, facto que esteve na origem da transferência provisória para o centro de acolhimento que leva o nome do antigo e já falecido governador da província de Luanda.

O realojamento das dez famílias no bairro social Mayé-Mayé é resultante, como disse Demétrio de Sepúlveda, de "algumas intervenções" feitas pela Administração Municipal de Viana, para "dar melhores condições de vida a essas famílias".

Demétrio de Sepúlveda informou que a Administração Municipal de Viana tem o controlo de cerca de duas mil famílias que precisam de ser realojadas, por estarem a viver em áreas de risco, como o bairro Kitoloca.

"Pontualmente, estamos a dar resposta a estes casos", adiantou o administrador de Viana, lembrando que, recentemente, o Presidente da República orientou a construção, no município de Icolo e Bengo, de 1.500 casas para as famílias que estão à espera de realojamento.

A administradora do Distrito Urbano do Kikuxi, Paula Dias, revelou que o chefe de cada uma das dez famílias tem emprego garantido no centro de acolhimento onde estiveram albergados, localizado naquele distrito do município de Viana.

Os chefes de família receberam formação para trabalhar como actores sociais, uma decisão que se tomou por estar o centro com carência de assistentes sociais, disse a administradora do Distrito Urbano do Kikuxi, acrescentando que, pelo trabalho que vão desenvolver, cada um vai receber, como salário, 81 mil kwanzas.

O centro de acolhimento alberga, actualmente, 200 pessoas, algumas das quais adolescentes, informou Paula Dias, que disse haver no local mais famílias que precisam de ser realojadas.

De acordo com a responsável, o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP) está a dar formação a 50 adolescentes que encontraram abrigo no centro.

Castro Jomance, pai de dez filhos, manifestou à imprensa a sua felicidade por ter sido contemplado com uma moradia no Mayé-Mayé, um bairro que está localizado nas imediações da cidade do Sequele.

Por sua vez, Maravilha Pedro, natural de Malanje, aplaudiu o gesto das autoridades, por ter recebido

uma moradia, que, no seu entender, tem condições de habitabilidade.

Mãe solteira, Maravilha Pedro viveu dois anos no centro de acolhimento, de onde saiu, sexta-feira, com a convicção de que "afinal, a esperança é a última a morrer".

A nova moradora do Mayé-Mayé agradeceu ao Estado por estar a "dar solução aos vários problemas por que estão a passar muitas famílias angolanas".

7. TERRA

7.1 Governador do Namibe fala dos avanços na vida sócio-económica

Jornal de Angola

1 De Agosto de 2023

Texto: João Lubaco

O governador do Namibe, Archer Mangureira, destacou os benefícios da central fotovoltaica de Caraculo, que está a permitir ao Governo poupar muito dinheiro, que era gasto na aquisição de combustível. O governador sublinhou que, se anualmente se consumia cerca de 140 milhões de litros de combustível diesel, com a entrada em funcionamento da central vai haver poupança de cerca de 18 milhões de litros de combustível.

Qual é o balanço das principais acções desenvolvidas nos primeiros seis meses do ano?

Obrigado pela oportunidade que me concedem. Vamos começar por apontar o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), que é um instrumento de planeamento operacional que visa identificar objectivamente as acções específicas a serem desenvolvidas para acelerar a melhoria das condições de vida dos municípios. A província do Namibe, inicialmente, foi contemplada com 107 projectos inscritos no PIIM, dos quais três são de responsabilidade central, 19 de âmbito provincial e 85 de responsabilidade das administrações municipais. Até ao momento foram concluídos 85 projectos.

Neste âmbito, durante o primeiro semestre do presente ano, foi inaugurado o Centro Integrado dos serviços do Ministério do Interior, o complexo residencial para professores e enfermeiros no município de Moçâmedes e, no Tômbwa, a escola de 12 salas com capacidade de 1.260 alunos, incluindo um campo polidesportivo, o centro de saúde de 20 camas que está a beneficiar mais de quatro mil habitantes do bairro Mundo Novo e 12 residências do tipo T3 para professores e enfermeiros na sede daquele município. Ainda no Tômbwa, foi construída uma escola de 12 salas de aula, com capacidade para 1.260 alunos em três turnos e uma residência para professores e enfermeiros na localidade de Monte Negro. Foi também construído o hospital municipal do bairro 5 de Abril, em Moçâmedes, com capacidade para 60 camas e vai contar com os serviços de Radiologia, Bloco operatório, Cirurgia, Medicina geral, Cardiologia, Ortopedia, entre outras valências. Pensamos também

inaugurar, dentro de aproximadamente dois meses, o centro de saúde da comuna da Lucira, no município de Moçâmedes. No que toca a empregos directos e indirectos, durante a fase de construção, o PIIM gerou cerca de 3.636 postos de trabalho e após a construção gerou 644 empregos.

No quadro deste projecto, quais são as acções que foram desenvolvidas durante o primeiro semestre deste ano?

Dos projectos de âmbito provincial, destacamos a concessão, construção e requalificação de arruamentos nos municípios de Moçâmedes e do Tômbwa, num total de 100 quilómetros. O projecto foi, inicialmente, concebido com 100 quilómetros, sendo 90 no município de Moçâmedes e 10 no município do Tômbwa, que está com um nível de execução física na ordem dos 80 por cento. Com vista a contemplar mais ruas, foi adicionada uma adenda ao contrato, numa extensão de 12 quilómetros para o município de Moçâmedes, tendo um nível de execução física na ordem dos 60 por cento.

A nível do município de Moçâmedes, durante o primeiro semestre do corrente ano, foram executadas as seguintes acções: aplicação de 460 sinais de trânsito e 20 passadeiras nos bairros Saydi Mingas, Cubano, Mandume e 5 de Abril, tendo sido aplicados quatro mil metros quadrados de passeios, seis quilómetros de terraplanagem nos bairros dos Eucaliptos e 5 de Abril e três ruas do bairro Saydi Mingas, dos quais três quilómetros já foram executados lancis e passeios, um quilómetro de tapa buracos no casco urbano e a conclusão da rua principal do mercado 5 de Abril com a pintura de lancis. No município do Tômbwa, foram executadas as seguintes obras: Asfaltagem de vias num total de cinco quilómetros, dois quilómetros de terraplanagem, quatro de passeios e três de pintura de lancis. Todas essas obras mencionadas estiveram paradas durante cinco meses devido à falta de betume.

Quais foram as principais acções nos sectores da Saúde e Educação?

O sector da Saúde teve 197 novos empregos durante o primeiro semestre, fruto da inserção de novos agentes admitidos para a cobertura das novas unidades sanitárias que surgiram, sobretudo com o PIIM. Com os projectos executados no sector da Saúde, o impacto do PIIM na melhoria da vida das pessoas foi positivo, visto que se registou a inserção de profissionais qualificados nos municípios, com realce para as comunas e aldeias.

Destacar a presença de médicos em todos os centros de saúde dos municípios da Bibala, Camucuo e Virei, permitindo a prestação de serviços diferenciados à população. Destacamos também o aumento de serviços especializados, tais como análises clínicas, Estomatologia e Hemoterapia, que estão mais próximos da população. Realçamos ainda a requalificação do banco de urgência do Hospital Municipal do Tômbwa, a conclusão das obras do Hospital Municipal do bairro 5 de Abril, na cidade de Moçâmedes, estando para breve a sua inauguração, tal como já referi. Destacamos também a implementação de serviços de vacinação em muitos centros e postos de saúde com a cobertura completa da rede sanitária do município do Camucio.

E quanto a equipamentos?

Em termos de equipamentos médicos, foram entregues os primeiros equipamentos adquiridos no âmbito do reforço de equipamentos nas unidades hospitalares. Esses equipamentos vão, certamente, melhorar os serviços de Gastroenterologia, Oftalmologia, Cirurgia, cuidados intensivos e Hemoterapia. No âmbito dos cuidados primários de saúde procedeu-se à aquisição de 10 mil mosquiteiros para o combate à malária. Destacar ainda que durante o primeiro semestre, o Governo Provincial do Namibe adquiriu 40 ambulâncias para o reforço dos serviços de saúde. As primeiras 20 foram entregues ao sector em Abril e na primeira semana de Julho procedemos à entrega das restantes 20 ambulâncias, que estão devidamente equipadas de acordo com o protocolo do Ministério da Saúde.

E em relação ao sector da Educação?

No sector da Educação foram inauguradas duas escolas, com destaque para a escola primária nº 113 M, de nome Manuel Francisco Peu, no município de Moçâmedes, com capacidade para 404 alunos, obra financiada pela empresa SODIANG, a escola primária da Umbia, de nome Manuel Capacete, na sede do município da Bibala, com capacidade para 432 alunos, com financiamento do FAS (Fundo de Apoio Social). Dizer ainda que em termos de impacto na melhoria da vida das pessoas, contamos com a inserção de 678 crianças no sistema de ensino, o aumento da oferta educativa, o aumento da rede escolar nos últimos quatro anos, o encurtamento da distância dos alunos e dos professores em termos de casa-escola e vice-versa.

No presente ano lectivo foram matriculados 7.838 alunos na iniciação, 75.524 no ensino primário, 24.894 no primeiro ciclo e 22.085 no segundo ciclo, totalizando 130.341 crianças dentro do sistema de ensino.

Como está a execução do projecto emergencial de águas?

Em relação a este sector temos, sim, estado a concretizar o que designamos por projecto emergencial de águas. No âmbito deste projecto, estão a ser feitos trabalhos nos bairros 4 de Março, Cambongue, Bela Vista, 5 de Abril e no bairro Valódia, todos no município de Moçâmedes. Foram executados trabalhos de remodelação da rede de adução e distribuição do sistema de abastecimento de água no bairro Cambongue, efectuou-se a execução de ramais domiciliários no bairro Bela Vista, 20 ligações domiciliárias no bairro 4 de Março e no Cambongue está em curso a instalação de nove chafarizes. O projecto contempla a implantação de uma conduta de 200 milímetros que ligará o bairro 4 de Março ao Cambongue.

No bairro Bela Vista continua a implantação de condutas para a ligação de mais de 400 residências, juntando-se às 360 já executadas no âmbito do PIIM. Inserido neste mesmo programa, no bairro 5 de Abril foram implementadas condutas de água em algumas ruas e com vista ao seu reforço estamos a instalar condutas nas ruas restantes e respectivas ligações domiciliárias. Para o bairro Valódia estão previstas mais 115 ligações domiciliárias. Decorrem trabalhos de implantação de condutas de água e ramais domiciliários, assim como a remodelação da rede de adução.

A Administração Municipal de Moçâmedes está a executar um plano emergencial para mitigar a falta de água nas comunidades referidas. Assim beneficiaram desse sistema de abastecimento 4.303 famílias na comuna do Forte Santa Rita, designadamente nos bairros Boa Esperança, Bela Vista, Forte Santa Rita, localidade do Yayá, Quatro e Meio, Aida, nas Macala Chipate, Sede, Giraul de Cima e do Meio, na Baía das Pipas e no Baba, e 5.222 famílias da comunidade de Moçâmedes, designadamente dos bairros Valódia, Zona da Antena, Nova Urbanização do Aeroporto, Zona do Projecto e Zona Nova do Valódia, que perfazem um total de 9.525 famílias beneficiadas.

Que acções estão em curso no domínio da energia?

Temos estado também a executar um plano emergencial no sector da energia e, no âmbito deste plano, o Governo Provincial do Namibe está a executar um projecto de instalação de 20 postes de transformação (PT), para reforçar o abastecimento de energia eléctrica em alguns pontos do município de Moçâmedes. Para esta empreitada, já em fase conclusiva, o Governo Provincial adquiriu seis postes de transformação de 250 KVA e quatro postes de transformação de 400 KVA, assim distribuídos:

quatro postes de transformação todos de 400 KVA para o bairro Bela Vista, dois de 250 KVA para o Valódia, um para o Giraul de Baixo com o objectivo de atender as fazendas e a população residente naquelas imediações e igual número nos bairros Cambongue, Macala Chipate e no 5 de Abril. Dar nota ainda que um PT de 250 KVA permite fazer 160 ligações domiciliárias, beneficiando 960 pessoas, ou seja, seis membros por família e um poste de transformação de 400 KVA permite fazer 320 ligações domiciliárias, beneficiando 1.920 pessoas. Assim sendo, com esse projecto emergencial de fornecimento de energia, teremos um total de 2.240 ligações domiciliárias, beneficiando 13.440 pessoas. Prevemos, entre Agosto e Setembro deste ano, concluir o projecto emergencial com as ligações domiciliárias.

Qual é o impacto da Central Fotovoltaica de Caraculo no fornecimento de energia à província?

Como é do conhecimento de todos, inaugurámos a 30 de Maio de 2023 a Central Fotovoltaica de Caraculo, que tem uma vida útil estimada de 25 anos. Custou ao Estado 42 milhões de dólares, numa parceria público-privada, para instalar 46 mil painéis solares, edifícios de operações, entre outros serviços. A inauguração da primeira fase da Central corresponde a 50 por cento da capacidade projectada.

A Central Fotovoltaica de Caraculo está a proporcionar às famílias e empresas do Namibe 25 megawatts de electricidade e a contribuir para o processo de electrificação da província. Uma electrificação com todas as vantagens, que advém pelo facto de ser produzida a partir de uma energia de fonte renovável, o sol do deserto do Namibe. Contribui para o desenvolvimento sustentável das nossas comunidades, quer na melhoria das suas vidas, pois proporciona mais acesso à água, saúde e educação e, também, na actividade produtiva. A central reforçou o fornecimento de energia às comunidades e para a indústria local com recurso à energia limpa. A comunidade local ganhou um sistema de água para o consumo humano que permite o fomento da agricultura e o abeberamento do gado. Perspectiva-se ainda que, no âmbito da responsabilidade social, sejam construídos furos para a captação de água e também a construção de uma escola.

Qual o impacto do projecto na criação de postos de trabalho?

Em relação ao impacto no emprego, a central empregou 400 jovens durante o período das obras. Neste momento, com o equipamento já em funcionamento, temos a laborar 34 cidadãos

nacionais e um estrangeiro. A central de energia solar está a permitir a redução do consumo de gasóleo para a produção de electricidade, diminuindo também assim as emissões de dióxido de carbono e a emissão de gases com efeito estufa e seus efeitos poluentes.

Para se ter uma ideia do que representa a Central Fotovoltaica de Caraculo, podemos dar nota que com o fornecimento de energia a partir dessa central, conseguimos poupar bastante dinheiro em aquisição de combustível. Anualmente consumíamos cerca de 140 milhões de litros de combustível diesel e com a entrada em funcionamento da central vamos poupar cerca de 18 milhões de litros de combustível.

Qual é o balanço que faz do sector dos recursos minerais?

No primeiro semestre de 2023, o quartzo, o mármore, o xisto, o burgau, a areia comum, solos de empréstimos, prospecções de cobre, lítio, terras raras e areias siliciosas foram os produtos mais explorados. No total, 46 empresas constam do cadastro mineiro actualizado no universo de 63 concessões para prospecção e exploração, das quais apenas nove empresas estão em pleno funcionamento.

Que acções de realce estão em curso no domínio da empregabilidade?

Temos o Centro Integrado de Emprego e Formação Profissional de Moçâmedes(CIEFP), inaugurado no dia 28 de Abril do ano corrente, no âmbito da expansão e criação de melhores condições das unidades formativas na província. Esse centro tem capacidade instalada de 251 carteiras para atender 452 formandos por ciclo formativo nos períodos da manhã e tarde. Ministra cursos nas especialidades de corte e costura, cozinha, pastelaria, electricidade de baixa tensão, electrónica, informática, hardware, secretariado executivo, serralharia, canalização e construção civil, integrado com os módulos de ladrilho, pintura e estuque. O centro encontra-se em pleno funcionamento e já acolheu formandos do antigo centro de formação profissional de construção civil, tendo aumentado significativamente a sua oferta formativa para mais de 70 por cento das especialidades anteriormente disponíveis.

No quadro do calendário formativo de 2023 do Sistema Nacional de Formação Profissional encontram-se em formação no CIEFP 475 alunos, sendo 315 do sexo masculino e 160 do sexo feminino. É missão do CIEFP capacitar jovens e adultos nos variados ramos profissionais e inseri-los no mercado de emprego, aumentando desta forma uma mão-de-obra mais diversificada, habilitada e ao dispor das empresas. O centro engaja também os

jovens no empreendedorismo, através da promoção do autoemprego com valências adquiridas durante a formação e durante os estágios profissionais. Sendo um centro integrado, alberga os serviços profissionais do INEFOP, as áreas de formação e emprego e também as áreas de colocação profissional. Desde a sua inauguração registou mais de 300 pedidos de emprego e 230 colocações, com particular destaque para as empresas de construção civil.

Que acções estão em curso no sector dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria?

Em relação a esse domínio, destacar principalmente a acção de distribuição de terrenos para autoconstrução dirigida a favor dos antigos combatentes e veteranos da Pátria, tendo sido distribuídos 55 lotes de terrenos. Em relação à assistência médica e medicamentosa, foi possível, no âmbito de um trabalho conjunto dos gabinetes da Saúde e dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, garantir o atendimento preferencial nas unidades públicas de saúde a 781 pessoas desses grupos. Também se garantiu a reabilitação física de sete deficientes de guerra. Ainda em relação aos antigos combatentes viabilizou-se o acesso às instituições do ensino geral, designadamente, escolas técnicas, magistérios, pré-universitários e ensino superior, com o apoio do Gabinete Provincial da Educação, onde têm sido distribuídas vagas de ingresso na ordem de 3 por cento.

Também com o apoio do INEFOP foi possível conceder 750 bolsas para formação profissional de curta, média e longa duração a favor de jovens descendentes de antigos combatentes e veteranos da Pátria. Essas 750 bolsas permitiram o acesso ao Plano de Acção para a Promoção de Empregabilidade (PAPE), com formação e distribuição de kits profissionais. Dizer ainda que foi possível garantir 50 vagas para o programa de carteiras profissionais no âmbito do PAPE. Durante este período foi possível garantir um apoio alimentar de distribuição de 173 cestas básicas aos assistidos mais carenciados. Com o apoio da ENDE, foi possível garantir uma tarifa social única ajustada à realidade.

Nos últimos dias, o sector das Pescas no Namibe tem sido muito referenciado, com realce para a existência de muitas embarcações que violam as normas estabelecidas. Que acções foram realizadas neste sector?

No sector das Pescas podemos destacar as acções de fiscalização. Durante o primeiro semestre do corrente ano foram feitas 71 inspecções. Foram inspeccionadas 57 embarcações, das quais 39 industriais, 12 semi-industriais, seis artesanais, 12

empresas pesqueiras e duas salineiras, tendo resultado na instrução de 14 autos de transgressão administrativa.

Onde é que foram feitas essas inspecções?

As acções de fiscalização foram efectuadas ao longo da costa e resultaram na apreensão de embarcações de arrasto demersal, tendo sido aplicadas multas no valor de 121 milhões de kwanzas e o pescado revertido a favor do Estado como medida de punição acessória.

Qual o destino dado a esse pescado?

Elaborou-se um plano de distribuição desse pescado. Gostaria de referir as instituições beneficiárias, designadamente os serviços prisionais, hospitais, lares de infância e de idosos, cozinhas comunitárias, estruturas de conservação de pescado e também os serviços de fiscalização do sector das pescas.

Sabemos que no mesmo período decorreu o censo a nível do sector das Pescas. Quais são os resultados obtidos?

Durante o primeiro semestre concluímos o censo provincial das embarcações de pesca artesanal, tendo se constatado que ao longo da costa existem 2.132 embarcações de pesca artesanal e de subsistência, das quais 1.507 são artesanais e 625 são de subsistência.

Que acções tem a destacar no sector da Agricultura?

Neste sector podemos dar nota que as culturas que estão a ser produzidas na presente campanha agrícola contam com insumos entregues pelo Governo para a produção de milho, feijão, massambala, massango, couve, repolho, cenoura, tomate, pimento, melancia e batata doce. Foram apoiadas com insumos e inputs agrícolas no programa de fomento agrícola 8.211 famílias, representando um crescimento de 33 por cento de famílias apoiadas, comparativamente ao ano passado. Foram igualmente apoiadas 898 famílias no âmbito do programa de extensão e desenvolvimento rural, com um aumento de 100 por cento, comparativamente ao ano passado.

As principais cinturas verdes que beneficiaram de apoios com insumos e equipamentos agrícolas são as de Moçâmedes, Vale do Rio Bero, Giraul de Baixo, Giraul de Cima, Vale do Bentiaba, Lucira, Carujamba, Enamangane, Maungo e Vale do Piambo. Na Bibala, a Cintura Verde da Sede, Caitou, Lola, Capangombe, Cacanda, Mangueiras, Caraculo, Macucuta, Pirangombe, Quilemba Velha, Rio da Areia e Mutipa. No Camucuí, Mamue, Cacimbas, Calucayona, Chingo e também na sede do município. No Virei a sede do município, Cainde, Tchaputo, Muholo,

Tchitunda, Luvar 1 e 2, Hanza, Embala, Mumba, Mucuaiya, Cavelocamue 1 e 2, Mulunga, Bomba, Sayona e Mungue. No Tômbwa, no Vale do Curoca, Vale do Pinda, Rio Bero Ponte, Arco, Tchamilunga, Tchitietie, Nguaye e Ndole.

Foram feitas melhorias dos acessos nas áreas agrícolas do Vale do Macala, 5 quilómetros, no Vale do Caraculo, com 17 quilómetros de terraplanagem e na localidade do Maungo.

Como está a implementação do programa de transferências monetárias Kwenda?

O programa de transferências monetárias para as famílias carenciadas registou um interregno de Novembro de 2022 a Fevereiro de 2023. Neste período, o Fundo de Apoio Social (FAS) trabalhou na conclusão do processo de validação das comunidades, provas de vida e no cadastramento que se encontrava pendente, principalmente no município do Camucuio. Os pagamentos começaram no dia 4 de Julho neste mesmo município. Dar nota ainda que o Governo aumentou o valor das transferências monetárias do programa Kwenda de 8.500 kwanzas para 11 mil kwanzas/mês. O período de permanência de uma família no programa passou de um para dois anos e aumentou também o número de famílias beneficiárias.

O processo de transferências monetárias para as famílias carenciadas, que no Namibe começou no município do Virei, também será implementado nos municípios de Moçâmedes e Tômbwa. O programa já beneficiou 3.624 famílias no município do Camucuio, 16.740 no município da Bibala e 6.015 famílias no Virei. Neste município mil famílias ainda não receberam o dinheiro devido ao fenómeno da transumância.

Que acções foram implementadas no que concerne ao apoio à economia?

No primeiro semestre a província beneficiou de 33 carrinhas de apoio ao escoamento da produção agrícola, entre frigoríficas e de carga seca, sendo 10 na primeira fase e 23 na segunda fase. Em relação à desburocratização da formalização das empresas, temos estado a trabalhar com o FAJE (Fórum Angolano de Jovens Empreendedores) e com esta instituição estabelecemos mecanismos para, em conjunto, dinamizarmos a criação de empresas numa forma célere e em grande número. Em relação ao apoio a cooperativas, o Governo Provincial continua engajado na facilitação da constituição de cooperativas. Para este efeito temos estado a trabalhar em conjunto com várias instituições, designadamente o INEFOP, o FADA, o FACRA e o

PAPE, visando a facilitação de mecanismos de financiamento às cooperativas.

7.2 Provedoria de Justiça regista 500 casos de disputa de terras nos últimos seis meses

Jornal de Angola
20 De Agosto de 2023

A Provedoria de Justiça de Angola recebeu, nos últimos seis meses, 500 casos de conflitos de terras em todo o país, informou, em Luanda, a provedora de Justiça, Florbela Araújo.

Dos números indicados, os municípios de Cacuaco e Viana, na província de Luanda, lideram com metade dos casos recepcionados.

Em declarações à imprensa, sexta-feira, à margem de uma palestra sobre "O Papel da Provedoria de Justiça na Resolução de Conflitos de Terras", Florbela Araújo disse que as províncias do Cuanza-Sul, Benguela e da Huíla acumulam os demais casos.

"A Provedoria de Justiça vai mediando, ao criar comissões de mediação, mas outros, pela sua especificidade, são encaminhados aos tribunais. Os municípios de Cacuaco e o de Viana registam, juntos, 250 casos", revelou a responsável.

A par dos dados apresentados pela provedora de Justiça de Angola, a Procuradoria-Geral da República anunciou, em Junho, a criação do Posto de Comando Unificado, uma iniciativa que visa a implementação, nas administrações municipais, de gabinetes para dirimir os conflitos de terras. Neste sentido, Florbela Araújo esclareceu que as duas estruturas são autónomas e descartou qualquer possibilidade de "colisão" entre os interesses da Provedoria de Justiça e as actividades do Posto de Comando Unificado neste âmbito.

"Há papéis diferentes. A Procuradoria-Geral tem o papel de mediação, que o Regulamento da Lei de Terras atribui. Embora exista este pormenor, relacionado ao Posto de Comando Unificado, a Provedoria de Justiça não pode deixar de exercer o seu papel, que é o de mediação, o de aproximar as partes e ver até que ponto pode resolver o assunto sem, no entanto, seguir para o tribunal, pelo que não se imiscui no papel da Procuradoria-Geral da República ou dos governos provinciais", clarificou.

Segundo a PGR, os referidos postos vão congregam os diversos órgãos que intervêm na Administração da

Justiça para acudir concretamente todos os assuntos ligados à terra.

Viana e Cacucaco lideram casos

Os casos de conflitos de terras que têm vindo a ser apresentados à Procuradoria-Geral da República, a partir, sobretudo, dos municípios de Viana e Cacucaco, na província de Luanda, muitas vezes envolvendo particulares e as administrações municipais, levaram a provedora de Justiça, Florbela Araújo, a visitar o município de Cacucaco em pouco menos de três meses, com o objectivo de informar os munícipes sobre o papel da instituição neste tipo de assunto.

Foi precisamente sob o lema "O Papel do provedor de Justiça na resolução de conflitos de terras" que aquela entidade pública orientou uma palestra, por constituir uma das grandes preocupações deste organismo estatal.

À chegada, a equipa da Provedoria foi recebida pelo administrador-adjunto de Cacucaco para a Área Técnica, Elias Comandante Kulipanga, tendo, de seguida, visitado a Décima Quinta Secção dos Crimes Comuns, onde se inteirou das condições de trabalho ali existentes. De forma guiada, a equipa encabeçada por Florbela Araújo visitou ainda a o Hospital Municipal, tendo percorrido demoradamente a maior parte dos seus compartimentos.

No final da visita ao hospital, Florbela Araújo mostrou-se satisfeita com o que viu e disse ao Jornal de Angola que a unidade sanitária municipal é um modelo para muitos seguirem.

No que diz respeito à questão fundamental que a levou a Cacucaco, Florbela Araújo reafirmou que o seu regresso àquela circunscrição num espaço de três meses se deve ao facto de este município ser, igual ao de Viana, daqueles que lideram a lista de queixas sobre os conflitos de terras, alertando que, de acordo com o regulamento da Lei de Terras, o provedor de Justiça tem um papel de mediação dos conflitos nessa matéria.

7.3 Engenheiro Civil 'culpa' fiscalização, GPL recorre à lei para demolir

Jornal Novo Jornal
25 De Agosto de 2023
Texto: Euclides Seia

Sobre as construções desordenadas por baixo das Torres de Alta Tensão de Electricidade no perímetro

da Avenida Fidel Castro, na Via Expressa, o Novo Jornal contactou O Governo da Província de Luanda (GPL), a Rede Nacional de Transporte de Electricidade (RNT) e um especialista em Engenharia Civil, para analisarem a situação que põe em risco o bem mais precioso, a vida.

O engenheiro civil Edmundo Sapalalo entende que as administrações locais deveriam fiscalizar e regulamentar as construções, garantindo o cumprimento das normas de segurança e planeamento urbano, o que, segundo o especialista, evitaria a existência de imóveis desordenados perto dos postes de alta tensão.

O especialista em construção civil alerta que construir por baixo das torres de electricidade de mais de 220 KV de alta tensão pode incluir riscos de segurança, como descargas eléctricas e incêndios, bem como chama atenção e sublinha que tais construções violaram as regulamentações de segurança eléctrica.

"Do ponto de vista estético e arquitectónico, as construções desordenadas por perto de uma via expressa podem causar uma paisagem urbanística desagradável e desorganizada, comprometendo a harmonia visual do ambiente", observou Edmundo Sapalalo.

Já o director do Gabinete de Comunicação Social do GPL disse que, nestes casos de construções desordenadas, o recurso tem sido a Lei das Transgressões Administrativas, que prevê punições que passam por notificações aos infractores, embargos de obras e, por fim, demolições.

Wilson dos Santos sublinhou que o GPL já tem feito trabalhos neste sentido, para além de assegurar as orientações às administrações locais para reforçarem os mecanismos de fiscalização e do cumprimento da lei.

"O Regulamento Geral de Edificações Urbanas (REGEU) é claro nestes aspectos. Quanto às medidas a aplicar para as construções na Via Expressa, tem sido analisado caso a caso, e aqueles que violaram os gabaritos previstos nos planos de ordenamento têm sido removidos", esclareceu o responsável.

7.4 Falta de Cadastro Fundiário propicia invasão e falsificação de documentos de concessão de terras

Jornal OPAÍS

25 De Agosto de 2023

Texto: João Feliciano

Bernardo Castro, que falava em entrevista, ontem, ao jornal OPAÍS, disse que a lei de Terras, como a lei do Ordenamento do Território, ambas de 2004, cujos processos de revisão andam emperrados desde 2015, estão em divergência com a actual Constituição da República.

A proposta de revisão das referidas leis (lei nº 9/04; e lei nº 3/04), de iniciativa do Executivo, tinham carácter urgente e visava conformá-las à nova Constituição da República, aprovada em 2010, de acordo com o director executivo da organização não-governamental Rede Terra.

"Infelizmente, este importante processo, sobre leis tão importantes, até hoje não está concluído", lamentou.

Neste momento, de acordo com Bernardo Castro, a gestão de terras no país está a ser feita à margem da lei. "Ou seja, o desajuste da lei, aliada à inexistência de uma Plataforma de Gestão Integrada do Cadastro Fundiário, tem dado lugar às invasões levianas e ao fenómeno de forjamento de documentos de concessão do direito de superfície", avançou.

O activista explicou: "Temos o cadastro fundiário disperso. E se perguntares ao Estado quantas terras concedeu, a sua localização, áreas correspondentes e quais terras foram utilmente aproveitadas, o

Estado não saberá responder".

A ausência desta plataforma cria, segundo o responsável, sobreposição de direitos, uma vez que existem erros na georreferenciação do cadastro, o que dá lugar a conflitos.

Salientou que Angola, e principalmente a capital Luanda, vive um défice de ordenamento do território pois, esclareceu, o Estado não tem capacidade para harmonizar os diferentes interesses que se expressam no território.

"Portanto, em parte a provedora tem razão, mas, por outra, temos que convir que as terras em Angola são concedidas à margem de instrumento que deveria ser legal, que é a tabela de preços", disse, acrescentando

que até hoje o país não aprovou uma tabela de preço da terra.

Segundo Bernardo Castro, os preços atribuídos hoje na concessão de terras e respeitando o princípio da onerosidade é mera especulação.

Princípio da licitação

Bernardo Castro esclareceu, ainda, que o negócio da terra precisa de respeitar o princípio da licitação. A concessão do direito de superfície às terras mais valiosas devem merecer publicidade e respeitar o princípio de quem paga mais.

"Neste momento, o órgão técnico responsável pela gestão das terras em Angola é o IGCA que, se diga, até tem dificuldade de reunir todo cadastro e unificá-lo", disse o director

Executivo da Associação Rede Terra, esclarecendo que o fenómeno da grilagem de terras tem sido o principal empecilho neste processo.

"Em termos práticos, estamos a dizer que existe uma máfia que chega mesmo a influenciar o processo de formação e tomada de decisão sobre matérias que tem a ver com recursos naturais e as terras", afirmou.

Incumprimento da lei

Por seu turno, Fernando Pacheco reconheceu que a lei precisa de ser revista tendo em conta que se passam 20 anos desde a sua aprovação, mas, no entanto, esclarece que o problema da lei vigente reside na sua aplicação.

"Antes de se pensar na revogação desta lei, tem que se pensar no seu cumprimento. Porque não existe cumprimento da lei, e este é que é o maior problema", disse o engenheiro agrónomo.

Exemplificando, o engenheiro referiu que o actual diploma estabelece que quando o possuidor de um terreno não desenvolve qualquer actividade nele, ao longo de alguns anos, o Estado deve imediatamente intervir.

"E isso não tem acontecido. Existem vários casos de pessoas que são detentoras de títulos de concessão de terra e que, ao longo de vários anos sem uso, não lhes são retirados esses títulos", notou, acrescentando que esta é a principal violação da Lei de Terras.

Aliado a este facto, Pacheco avançou que está também o facto de os organismos que trabalham na gestão de terras não estarem dotados de capacidade para cumprir e fazer cumprir a lei.

Segundo Fernando Pacheco, há a necessidade de estes estarem devidamente apetrechados do ponto de vista de recursos financeiros, homens e outros meios de trabalho e para possam desenvolver melhor a sua actividade.

"Quer dizer, mexer na lei sem mexer nos organismos responsáveis pela sua aplicação é do meu ponto de vista um esforço vão", afirmou.

Máfias no negócio de terras

Já Rafael Morais, da associação S.O.S Habitat, disse que alei em vigor tem estado a prejudicar as comunidades, já que pessoas há que forjam documentos Em Luanda adquirem grandes extensões de terras no interior.

"Há grupos financeiros, pessoas singulares e até alguns gerais que estão envolvidos nesse tipo de negócios. E muitos deles são detentores dezenas de hectares que estão só ocupados sem produzirem alguma coisa", afirmou.

Segundo director da S.O.S Habitat, o Executivo deveria criar mecanismos para devolver estas terras às comunidades, potenciar as famílias para criarem elas mesmas o seu meio de subsistência e, assim, contribuir para a desejada diversificação da economia.

Provedoria de Justiça defende alteração da lei

Recentemente, a provedora de Justiça, Florbela Araújo, defendeu a alteração das Leis de Terras e do Ordenamento do Território para a redução de casos de conflitos de ocupação ilegal de terrenos no país.

Num encontro mantido com o ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos dos Santos, a provedora considerou haver um desajuste dos dois diplomas legais, tendo em conta as queixas que dão entrada no departamento que dirige.

Florbela Araújo solicitou, pois, ao ministro Carlos dos Santos que apresentem propostas de alteração da Lei de Terras e da Lei do Ordenamento do Território, tendo em conta que as mesmas são arcaicas (remontam de 2004) e desajustadas a actual Constituição da República.

Florbela Araújo afirmou que o cidadão ainda tem dificuldade em conhecer os seus direitos e de legalizar o seu terreno, aliado ao facto de continuar a ser difícil a concessão do direito de superfície em Angola.

Defendeu, por outro lado, a execução de programas de construção de infra-estruturas, pautadas na inclusão das pessoas portadoras de deficiência, assim como a definição de políticas e programas de

reajuntamento e reassentamento em prol da dignidade da pessoa humana.

Na mesma ocasião, considerou igualmente necessário assegurar que os direitos constitucionais relativos à terra e aos direitos fundiários sejam plenamente exercidos por todos os angolanos.

7.5 Nem perigo dos postes de alta tensão trava invasão desordenada de casas

Jornal Novo Jornal

25 De Agosto de 2023

Texto: Euclides Seia & Hortência Sebastião

Construções desordenadas por baixo das linhas de Alta Tensão no perímetro da via Expressa, oficialmente conhecida por Avenida Fidel de Castro Ruz, somam e seguem, sob olhar silencioso das autoridades de Luanda.

Municípios e empresários ignoram a informação estampada nas placas afixadas na base das torres, sob controlo da empresa pública Rede Nacional de Transporte de Electricidade (RNT), numa frase curta e apelativa: "Cuidado! Não subir, perigo de morte!".

Aliás, no mesmo 'espectro de ignorância', estão proprietários de estaleiros de empresas de construção civil e de transportes públicos, que incorrem ao risco de partilhar o espaço com as torres eléctricas.

Questionada se tinha consciência do perigo que pode representar a sua habitação, uma jovem, natural do sambizanga, revelou desconhecimento, mas referiu que, em determinadas épocas do ano, especialmente no período chuvoso, se regista um ruído quase ensurdecedor durante as noites, acendendo uma luz no topo das torres, como se de fogo ardente se tratasse.

Na Nova urbanização, onde Laura Domingos habita, há também casas de alto padrão, construídas bem perto das torres de alta tensão.

A jovem, que reside no referido bairro há dois anos, disse que a casa pertencia aos pais, já falecidos, e, por não ter outra opção, ocupou o imóvel onde actualmente mora com a filha e dois irmãos menores. O NJ observou que, para além da casa plantada por baixo da linha de alta tensão Cazenga-Kifangondo, o muro da vedação do quintal contorna a base da torre, num perímetro de iminente perigo.

Ainda no território de Cacucaco, a lente da câmara fotográfica do NJ captou a imagem, igualmente, de uma torre da RNT da linha Cacucaco-Kapari, instalada no interior da empresa de transportes públicos e viação Cidália, colocando sob risco de vida dezenas de funcionários e populares que têm acesso ao local.

O NJ contactou por telefone o director da referida empresa de transportes, Clementino Neto, que confessou desconhecer a legislação sobre construções em zonas por onde passam linhas de alta tensão de energia. O gestor explicou que o imóvel não pertence à sua empresa, pois estão instalados na naquela jurisdição sob condição de arrendatários.

"Nós arrendámos este estaleiro há um ano. O imóvel pertence a uma empresa de recolha de resíduos sólidos", esclareceu Clementino Neto.

Já no espaço geográfico aglutinado ao município de Viana, zona oposta ao Comando da Polícia de Guarda-Fronteiras, emerge o bairro Tande, sector de São Francisco, inteiramente implantado por baixo de linhas de alta tensão e zona de escoamento das águas pluviais. Ali, a equipa deste semanário flagrou a escassos metros da faixa de rodagem da Avenida Fidel de Castro Ruz, no sábado, 19, a construção de uma casa.

Sobre o assunto, o NJ questionou o responsável da obra, Mauro António, que reconhece o perigo dos cabos condutores de electricidade que atravessam a futura habitação e por estar a ser erguida numa zona de passagem das águas das chuvas. Porém, descarta a hipótese de suspensão das obras.

"Precisamos de realizar o desejo da casa própria, por isso estamos a construir para também sairmos da renda", fez saber Mauro António.

Quanto aos moldes da aquisição do terreno, Mauro disse ter adquirido o espaço a uma responsável da Comissão de Moradores com garantias de que não haveria problemas. O responsável pela construção da casa reconhece, no entanto, o perigo, "mas o que fazer?", questiona-se Mauro António.

"Comprámos este espaço com as dimensões de 15m/20m por 300 mil kwanzas. Há ainda muitos terrenos a serem comercializados a esse preço pelos responsáveis do bairro que têm ligação com alguns funcionários da administração", adiantou o novo munícipe.

A título de exemplo, na zona do Capalanca-14, no quintal de uma habitação observa-se a uma torre que liga o Porto Seco e a empresa de saneamento básico Recolix.

Entretanto, a reportagem do NJ tentou contactar o dono, mas sem sucesso. Segundo os vizinhos, há cinco anos, quando as torres estavam a ser erguidas, os proprietários do quintal estavam ausentes.

Já dona Joana Maria, que reside numa casa herdada dos pais (em Cacucaco), afirmou ter resistido ao pedido feito pela RNT há anos, a solicitar-lhe a instalação de um poste de alta tensão no seu quintal. No entanto, frisou que as linhas da infra-estrutura acabaram por atravessar o espaço por si habitado, o que, vezes sem conta, refere, tem sido incomodada pela constante vibração da corrente eléctrica que ali circula.

"Às vezes, não conseguimos dormir por causa do barulho proveniente dos cabos eléctricos", sublinha Joana Maria, acrescentando que a indução nos cabos se agrava no período das chuvas e, às noites, se transformam os suportes das torres em brasa, como mais se parecendo a um incêndio.

O coordenador do bairro Capalanca-14, Sebastião Simão, fez saber que algumas torres foram instaladas há quatro anos, com as residências já construídas, enquanto os outros postes foram "ignorados" pelos munícipes na ânsia de ver resolvido o problema de habitação.

O responsável alerta as autoridades para maior patrulhamento, porque, segundo ele, há áreas onde os amigos do alheio têm vandalizado estas infra-estruturas eléctricas, retirando os parafusos para serem comercializados no mercado informal.

7.6 RNT apela para a retirada dos munícipes infractores

Jornal Novo Jornal

25 De Agosto de 2023

Texto: Hortêncio Sebastião

O subdirector de exploração regional de Luanda da Rede Nacional de Transporte (RNT) de electricidade} Belchior Figueiredo, revela que a empresa tem apelado às administrações locais e municipais para a retirada dos infractores que ocupam, ilegalmente, as faixas de servidão das linhas de transporte de energia, o que dificulta a sua manutenção.

Segundo o engenheiro, a construção nas faixas de servidão pode representar diversos riscos à saúde, devido à exposição a ruídos excessivos ou radiação electromagnética, assim como à segurança das pessoas, dado que subsiste o perigo de electrocussão, o que pode originar a interrupção do serviço, para

além de danos às torres de alta tensão e o consequente impacto ambiental negativo.

Belchior Figueiredo chama ainda atenção aos municípios que realizam construções anárquicas nas faixas de servidão, referindo que o procedimento dificulta a frequente manutenção preventiva, correctiva ou actualização das linhas de transporte de energia.

O técnico da Rede Nacional de Transportação refere, também, que a distância admissível da linha ao solo, no caso de linhas de transporte de 220 Quilovolts (kV) e de 400 kV, é de 12 e 14 metros, respectivamente.

"As faixas de servidão são espaços delimitados ao longo dos quais as linhas de transporte de energia eléctrica, estabelecidas por critérios técnicos e de segurança, devem ser mantidas livres de construções, queimadas e vegetação alta", explicou.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Falta de acesso à água condiciona produção

Jornal de Angola
2 De Agosto de 2023

A falta de infra-estruturas rodoviárias e a dificuldade de acesso à água para irrigar os campos, com vista a acelerar a produção agrícola, está a condicionar o aumento da produção da Agro Quiminha, disse, na última segunda-feira, o secretário-geral da Cooperativa dos Militares, Silvério Agostinho.

De acordo com Silvério Agostinho, a produção de milho, mandioca, tomate e batata pode dobrar até mil toneladas por ano, mas a escassez de água, aliada à falta de electricidade e à dificuldade de escoamento dos produtos tem condicionado o aceleração.

Silvério Agostinho explicou que podiam produzir muito mais, mas as dificuldades que enfrentam impedem de atingir até a capacidade instalada, estimada em 530 toneladas por ano.

O líder associativo, que falava à margem do encontro mantido com a 4ª Comissão de Trabalho especializada da Assembleia Nacional, frisou que tais constrangimentos cooperam para a não dinamização da economia por via da agricultura.

O dirigente associativo referiu que precisam ainda de apoios ligados a questões financeiras e que têm vindo a bater portas, sem sucesso, a programas como PRODESI (Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações). Entretanto continuam a aguardar desde o ano de 2009 que alguma porta se abra.

8.2 Autoridades do Huambo denunciam vandalização de aterro sanitário

Jornal de Angola
6 De Agosto de 2023
Texto: Marcelino Wambo

Os equipamentos do futuro aterro sanitário de Kateñgenha, no sector de Ngongowinga, estão a ser vandalizados, denunciou, sexta-feira, o director do Gabinete Provincial do Ambiente, Resíduos e Serviços Comunitários do Huambo.

João Calão Figueiredo disse ao Jornal de Angola que a destruição da obra para tratamento de resíduos sólidos está a criar grandes prejuízos aos cofres do Estado.

Para proteger as infra-estruturas e outros equipamentos, foram destacados dez agentes da Polícia Nacional e efectivos de uma empresa de segurança privada, enquanto se aguarda pela retoma das obras da quarta e última fase da empreitada.

O director avançou que o Gabinete Provincial do Ambiente, Resíduos e Serviços Comunitários enfrenta dificuldades para impedir, na generalidade, o fenómeno de vandalismo do futuro aterro, por se tratar de uma área com cerca de 100 hectares.

João Calão Figueiredo lamentou, ainda, o facto de a destruição do património público inviabilizar novos projectos, daí ter apelado à população a denunciar tais actos, para que os seus autores sejam responsabilizados criminalmente. O projecto de execução do aterro sanitário do Huambo teve início em 2011, tendo a obra o seu curso normal até 2013, altura em que os trabalhos foram paralisados.

Projectos de construção

O director do Gabinete Provincial do Ambiente de Resíduos e Serviços Comunitários do Huambo afirmou que já existem sinais positivos de investimentos, como o designado "Fundo Verde", vocacionado à construção de aterros sanitários e outros projectos adaptados ao novo contexto.

João Figueiredo fez referência ao recente anúncio da ministra do Ambiente, Ana Paula de Carvalho, quando garantiu a construção de cinco aterros nas províncias de Luanda, Cabinda, Huíla, Benguela e Huambo, no sentido de propiciar desenvolvimento económico. O director adiantou que o investimento vai propiciar a conclusão das obras do aterro sanitário de Kateñgenha. "É preciso trabalhar nas soluções definitivas da recolha dos resíduos sólidos para privilegiar outros sectores", frisou.

Tendo em conta que o aterro sanitário dista 20 quilómetros da cidade do Huambo, o director defendeu uma acção integrada que permita o melhoramento da via de acesso ao actual depósito de lixo de Sakahala.

8.3 Rede de distribuição de água está a ser reabilitada e ampliada

Jornal de Angola

10 De Agosto de 2023

Texto: Weza Pascoal

As obras de ampliação e reabilitação da rede de distribuição de água da cidade de Menongue, na província do Cuando Cubango, decorrem a bom ritmo, com cerca de 70 por cento de execução física, estando a sua conclusão prevista, o mais tardar, para Junho do ano em curso.

Enquadradas no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), a empreitada está a cargo da empresa Prelundo, com um orçamento de mais de três mil milhões de kwanzas, contemplando acima de 700 ligações domiciliárias.

O director de obras da empresa Prelundo, Nelson Martins recordou que o projecto está dividido em duas fases: a primeira inclui os bairros Popular e Castilho, com um orçamento de mais de 1,9 mil milhões de kwanzas. O projecto teve início no mês de Abril de 2022.

A segunda fase abrange a zona urbana da capital do Cuando Cubango e os trabalhos estão orçados em mais de 1,4 mil milhões de kwanzas.

Explicou que nos bairros Castilho e Popular já foram executados os trabalhos de abertura de valas para a colocação das tubagens, criação de várias zonas de controlo da pressão da água, colocação de medidores de caudal e aplicação de válvulas para a abertura e fecho das condutas.

Acrescentou que neste momento falta apenas executar as condutas adutoras para a ligação à rede de distribuição principal, aplicação de contadores nas residências e a construção de sete chafarizes, com a conclusão prevista para o próximo mês de Abril.

Na zona urbana, disse que as obras tiveram início há pouco menos de cinco meses e decorrem várias operações, desde a construção de um sistema de distribuição de água, com a aplicação de tubagens, à execução de ramais domiciliários, entre outros trabalhos, com o término previsto para o próximo mês de Junho.

"A princípio, o projecto não previa a construção de um sistema de abastecimento de água potável na zona urbana, mas pelo elevado grau de problemas apresentados na rede já existente chegámos à conclusão que não valeria a pena pegar naquele sistema, mas sim construir outro", explicou.

Nelson Martins considerou importante fazer-se a ampliação do sistema de captação e de toda a zona de tratamento, defendendo ser necessária a monitorização do referido sistema, visando a resolução dos problemas relacionados à distribuição de água.

"Cerca de 70 a 80 por cento da água produzida é desperdiçada, porque temos uma rede obsoleta, trabalha-se muito, mas poucas pessoas usufruem desta água", disse.

Garantiu que no final dos trabalhos os sistemas de abastecimento, tanto o novo, como o antigo, construídos em 2016, estarão interligados, com a devida monitorização, para se evitar os desperdícios na rede.

Realçou que o projecto vai contemplar, igualmente, a ligação domiciliar na Maternidade Provincial do Cuando Cubango, localizada no bairro Victória, assim como em todos os edifícios públicos, com maior realce para as instituições escolares e de saúde, localizadas nos arredores dos bairros abrangidos pelo projecto.

Empregos criados

Mais de 120 jovens beneficiaram de empregos directos e indirectos, através do projecto de reabilitação e ampliação do sistema de abastecimento de água de Menongue, no quadro do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Do número de jovens empregados, 100 beneficiaram de empregos directos e mais de 20 de empregos indirectos, sendo que 90 por cento foram contratados localmente e têm contribuído de forma positiva para a efectivação do referido projecto, que está a ser levado a cabo na zona urbana e nos bairros Popular e Castilho.

Segundo o director de obras da empresa Prelundo, Nelson Martins, os trabalhos decorrem a bom ritmo, contando com a colaboração da população, que abre as portas de casa para que os técnicos entrem e façam o seu trabalho na normalidade, indicando os locais onde acham melhor colocar as tubagens e os contadores.

Lamentou, apenas, o comportamento de alguns amigos do alheio que danificam e roubam alguns materiais já aplicados nos locais de trabalho. "A população deve entender que este bem está a ser colocado à disposição de todos, para melhorar as suas condições de vida".

8.4 Governo cria condições para demolir edifícios degradados

Jornal Novo Jornal

16 De Agosto de 2023

o ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos Alberto dos Santos, assegurou, na cidade do Cuito, Bié, que o Executivo está a criar condição para demolir todos os edifícios em estado avançado de degradação, ainda durante o quinquénio 2023-2027. Carlos Alberto dos Santos fez saber que, a depender do estado de degradação de cada edifício, as famílias poderão ser realojadas em outros locais com melhores condições de habitabilidade.

Sem precisar o número, o governante informou que o seu pelouro dispõe de dados concretos dos edifícios degradados, pelo que muitos deles merecerão intervenção através já dos governos provinciais, para maior celeridade.

Carlos Alberto dos Santos, que falava à imprensa no acto de passagem das pastas, que marcou a assinatura do memorando de transferência do projecto de reabilitação do templo da sé Catedral, afecto à Igreja Católica, ao Governo da província do Bié comunicou que para o quinquénio 2023-2027, o Governo prevê a construção de 934 mil casas, das quais 24 mil serão da responsabilidade directa do Estado, em centralidades, urbanizações e para realojamento.

Para além das obras da sé Catedral, o Governo Provincial já recebeu do ministério as obras da Piscina Municipal do Cuito e do Seminário Menor, ambas localizadas na cidade do Cuito.

As obras do templo da sé Catedral, da Igreja Católica no Bié, andam paralisadas há mais de 10 anos.

segundo o levantamento local, Bié tem mais de 50 edifícios em condições degradantes.

8.5 Águas do Cafu regam plantações de esperança no Cunene

Jornal o País

18 De Agosto de 2023

Texto: Jaime Tabo

Os dias ainda estão marcados na memória do povo. Os noticiários e páginas de jornais estavam repletos de histórias de mortes, em 2019. Milhares de cabeças de gado morreram, por falta de água e de pasto, crianças perderam a vida por desnutrição severa. A causa era a fome. Não chovia. Os campos estavam secos.

O povo sedento clamava por água. Precisavam de medidas urgentes e definitivas nesta direcção, pois as ajudas mobilizadas pelos solidários revelaram-se insuficiente para acudir tamanha crise.

"O Estado é um ente de bem", ensina a Ciência Política, e o Executivo não fugiu do princípio. Para pôr fim ao sofrimento naquela região do país, gizou e executou o Canal do Cafu -- um sistema de captação e transferência de água do rio Cunene, para várias povoações, através de um canal adutor com 160 km de extensão e 30 chimpacas.

Água abundante chegou às populações em Abril do ano transacto.

Um ano depois, as plantações que se observam ao longo do Canal dão provas de que o líquido precioso era tudo o que precisavam. Com as suas próprias mãos e terras ofuscam as imagens deixadas pela seca, na província, onde se avistam campos verdejantes.

As culturas desenvolvem-se e alegram o coração ferido de um povo que, quando submerge no passado, se encontra com tristes recordações. Testemunhar o crescimento das plantações de batata, tomate, repolho, e outras hortaliças e tubérculos, consola a alma de Mbanda Nkingui, que perdeu dois filhos por fome.

Esta mãe que viu morrer suas crianças, durante o período de seca na região, conta que a dor cravada em si dá-lhe forças para, todos os dias, trabalhar o solo para conseguir alimentos e evitar que nenhum dos seus nove restantes morra pelas mesmas causas.

Mbanda Nkingui está, agora, a trabalhar para a Cooperativa Agropecuária de Nangolo - Povoação do Cafu. No espaço desta organização, cuida da plantação de batata, milho, tomate, beringela e pimento, além de outros produtos da terra que fez há cerca de dois meses.

"Só estamos a produzir por causa da água que está próximo de nós. Antes, não era possível por- que não tínhamos água. A produção não tinha como crescer e morreram muitas crianças com fome. Perdi dois filhos. Doe-me muito, por isso vim cultivar para estes não morrerem também", contou nostálgica.

Nascida no município de Ombandja, local onde falou para o jornal OPAÍS, a cidadã de aparente- mente 35 anos desconhece a própria idade, um facto que, para si, pouco importa. O seu grande interesse é trabalhar para garantir alimentação para o filho de um ano que o carrega às costas.

Municípios nas escolas agrárias

Na Escola de Campo de Agricultores está Melânia Hishinhindili, uma das alunas mais destacadas desta instituição vocacionada para a formação dos munícipes no sector agrícola.

No seu primeiro de três anos de formação, Hishinhindili conta que tem sido uma experiência sem par o facto de aprender vários métodos de produção por via das aulas que têm sido ministradas no local.

No entanto, a estudante de princípios básicos de agronomia confessa que, sem o Canal do Cafu, não seria possível alavancar a agricultura ao longo do perímetro, que, acredita, certamente vai ajudar a província a chegar até à auto-suficiência alimentar.

"O Canal do Cafu, não temos como agradecer; está a ajudar muito. É um consolo para nós; está a limpar as lágrimas de 2019, porque estamos a cultivar até nos tempos secos. Antes era só no tempo chuvoso e as chuvas quase que não caíam", partilhou a sua emoção.

8.6 Cafu inspira fé de pastores com água em abundância para o gado

Jornal OPAÍS

25 De Agosto de 2023

Texto: Jaime Tabo

Província do Cunene. Extremo Sul do país. Nesta região, a pecuária é a actividade predominante pois a posse de gado bovino simboliza riqueza e poder. Homens e mulheres dedicaram décadas e investiram todo esforço para conseguir estas propriedades. Houve quem tivesse ultrapassado a cifra de cem.

Ano de 2019. Primeiro trimestre sem chuva. O que parecia ser normal agravou-se com o passar de meses sem a queda de chuvas. Então, o inesperado aconteceu: seca na região. Homens e animais sem comida e água. Os proprietários ficaram na decisão entre salvarem-se a si próprios ou o gado.

Eram muitas cabeças. No entanto, optaram pela destruição da flora, queimando árvores para o fabrico e venda de carvão. Com o dinheiro adquirido, compravam água e alimento para a preparação de farnéis. A missão é conservar a vida humana, mas também não deixar os animais morrerem.

Do município do Kwanyama, homens e mulheres, entre anciãos, mancebos e crianças, percorreram cerca de 200 quilómetros à pé acompanhados de centenas de bois até chegarem ao rio Cuvelai, onde, além da água, havia também capim para os animais.

A viagem era custosa e com o estômago praticamente vazio. Não se podia levar grandes reservas de alimento, por conta do peso. Comiam, essencialmente, bolinhos.

Passo a passo, os pastores peregrinos eram consolados cada vez que se aproximavam do destino e animados com as conversas e contos da circunscrição durante o percurso.

De repente, animais começam a cair ao meio do caminho. "Será um simples desmaio"? Questionavam-se. A resposta não tardava. Chegava logo após tocarem os seus corpos e perceber que tinham, de facto, morrido. A alegria, imediatamente, foi substituída pelo sentimento de tristeza.

"Houve choros", recorda aos suspiros Ernesto Tuavale, um proprietário e pastor de gado, que assistiu à morte de 160 cabeças de bois, em 2019, ao meio do caminho para o município de Cuvelai. "Nós choramos, porque leva tempo para conseguir ter os animais", acrescentou.

Jovem, com 35 anos, Tuavale considera aterrorizantes os episódios que viveu naquele caminho trilhado quando tentava salvar os seus animais. No entanto, em contrapartida, testemunhou os momentos em que estes caíam ao chão sem vida por falta de água e capim. "Estavam há dias sem comer e sem beber", conta.

"Eu tinha 40 bois e todos morreram no caminho. Eu levei um total de 280 cabeças ao Cuvelai, mas voltei aqui apenas com 120. Os outros 160 morreram no meio do caminho. Por isso, hoje, o canal está a ajudar muito. Um dia vamos recuperar a nossa criação, apesar de toda dor que ainda sentimos", acredita.

Histórias de suicídio

Perdeu o tio. O ancião estava com 72 anos, quando viu as suas cabeças de gado a morrer ao meio do caminho. Ernesto conta que, sem outra saída, seu falecido tio viu solução na sua própria morte.

O interlocutor adiantou que o seu parente conseguiu as cerca de cem cabeças ao longo de toda sua vida, e, à semelhança de muitos na região, via que tinha nos animais a sua própria riqueza. No entanto, com a idade avançada, e com pouca força de serviço, decidiu enforcar-se.

O impacto psicológico foi forte, por isso preferiu pôr fim à sua própria vida do que acreditar e aceitar a realidade que impunha a perda de animais conseguido ao longo da vida.

"O meu tio, um mais velho, matou-se por enforcamento. Foi ao Cuvelai e todos animais morreram. O mais velho preferiu enforcar-se. Não viu maneira de continuar a vida sem os seus animais, a sua riqueza", contou.

"Salvação" para quem viajou cedo

Melania Hishinhindili é uma mulher que, movida pela cultura, apostou também na criação de gado. Em 2019, contava 37 cabeças, mas, diante dos primeiros sinais de seca, decidiu começar a sua viagem apeada até ao município de Cuvelai.

A decisão foi tomada oportunamente, pois, no final, perdeu apenas cinco bois, que não resistiram a caminhada acre, onde morreram também outras dezenas, mas propriedade de seus conterrâneos que foi posta sob seus cuidados, uma vez que tinham de ser espalhados para proteger alguns de possíveis pestes.

Para esta natural do Kwanyama, 2019 foi uma história triste cujos retratos, disse, dificilmente serão esquecidos, até que a criação venha a ser recuperada.

"Cafu está a ajudar. Está a limpar as lágrimas de 2019. Nós fomos cedo ao Cuvelai com 37 cabeças. Do meu curral morreram cinco, mas nos outros houve quem perde 10 ou mais. Quando não tínhamos o canal, estava mal, mal, mal", realçou a situação de penúria, acreditando que "um dia vamos recuperar. Já temos água".

Compra de gado facilitada

Baptista Tchipuca vive há dois anos no perímetro do Canal do Cafu. Proveniente da Huíla, chegou à vizinha província do Cunene para realizar negócios de compra de animais para posterior venda na capital do país.

Quando se instalou na região, o sistema de captação e transferência de água estava em obras. Ou seja, a seca estava a assolar a zona, pelo que, caracterizou, viveram momentos de "um perigo difícil de se enfrentar".

O jovem da Huíla disse que, naquela altura, a compra era difícil, por conta da situação de saúde duvidosa dos animais, situação que complicava a sua actividade normal de "ganha-pão", uma vez que gado morria a qualquer altura.

"Comprar animais naqueles anos estava difícil. Mas, hoje, o gado já não morre por falta de água. Naquela altura, até nós, as pessoas, bebíamos um tipo de água muito castanha", descreveu, acrescentando que "a

água nos trazia muitos problemas: disenteria, dor de barriga, febre tifoide e muitas outras".

8.7 País aumentou 12% na taxa de acesso aos serviços de saneamento básico

Jornal Novo Jornal

25 De Agosto de 2023

Texto: Dulcineia Lufua

Angola cresceu 12% na taxa de cobertura às pessoas com acesso aos serviços de saneamento básico, saindo de 61% para 73%, o que pressupõe um aumento da população servida de 15,4 milhões para 23,9 milhões, no período de 2012 a 2023, indica o relatório do UNICEF.

O documento, intitulado 'Análise dos desafios financeiros do sector da Água, Saneamento e Higiene (ASH) em Angola, uma perspectiva de finanças públicas-2023; consultado pelo Novo Jornal, explica que o aumento representa um investimento de 106 mil Kz por agregado familiar/ano.

Quanto ao acesso à água potável, a análise do UNICEF indica que a cobertura saiu de 65,4% para 66,4% entre 2012 e 2020, o que se traduz num aumento de 1,3 vezes à população servida, ou seja, de 16,4 para 21,8 milhões de pessoas - dando acesso à água a um total de 5,4 milhões de pessoas.

"O abastecimento de água absorve quase todo o Orçamento do Estado de ASH. Na cabimentação para 2023, esta componente representa 79.1% do orçamento. Isto sucede o rácio de 73.8% observado em 2022 e os 88.0% de 2021. Deste modo, o orçamento de saneamento é ainda curto para as necessidades e objectivos de Angola", sublinha o relatório.

Já para o acesso às instalações de higiene, os dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) mostram ter havido também um aumento da população com acesso a instalações básicas ou limitadas - de 10,3 para 13,9 milhões de pessoas, representando um aumento de 35% na cobertura.

O relatório recentemente publicado deixa claro que, apesar do crescimento tão "impressionante" do sector das Águas, Saneamento e Higiene (ASH) em Angola, em 2020, 11,0 milhões de pessoas (34%) ainda estavam a ser servidas por fontes de água não protegidas ou águas de superfície, enquanto nove milhões de angolanos (27%) ainda utilizavam latrinas ou praticavam defecação a céu aberto.

"Naturalmente, os níveis de acesso nas zonas urbanas são superiores aos das zonas rurais, e o acesso nos centros das cidades (Centralidades) é também superior ao das zonas periurbanas e dos povoados informais. Do total das 18 províncias, apenas sete têm sistemas de rede de esgotos actualmente em funcionamento (isto é, Benguela, Bié, Huambo, Kwanza-Sul, Luanda, Namibe e Uíge)".

O UNICEF reconhece que a mudança dos números só foi possível devido ao acréscimo no financiamento destes serviços um sinal claro de que o Governo está consciente da necessidade de expandir esta componente do sector de ASH.

8.8 Moradores preocupados com incêndios na vala de drenagem do Cariango

Jornal de Angola

31 De Agosto de 2023

Texto: Weza Pascoal

Os moradores da zona do “Cariango”, no município do Cazenga, em Luanda, estão preocupados com os incêndios que têm sido recorrentes, nos últimos dias, na vala de drenagem adjacente à 10ª Esquadra da Polícia Nacional.

Em declarações ao Jornal de Angola no local, alguns residentes da zona disseram que, apesar de não haver registo de vítimas mortais ou danos materiais, temem pelo pior, tendo em conta que o incidente já ocorreu por três vezes durante este mês.

Enoque Nvula contou que o último episódio ocorreu na passada terça-feira. "As chamas tiveram início por volta das 13h00, tendo provocado pânico entre os residentes e os transeuntes, que não entendiam a origem do fogo. É urgente que as autoridades mobilizem esforços para a resolução do problema", disse.

Outro morador, Moisés Bravo, referiu que a situação se torna preocupante pelo número de pessoas que circula na zona, principalmente crianças, que por inocência se podem aproximar da vala de drenagem e serem surpreendidas pelas chamas. "Esta situação é muito preocupante, temos residências aqui muito próximas e várias pessoas passam por aqui. Espero que se encontre uma solução o mais rápido possível, para se evitar danos maiores", solicitou.

Bombeiros tranquilizam os munícipes do Cazenga

O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros disse que a situação está sob o controlo

das entidades competentes e não existe motivos para pânico entre os moradores.

Faustino Minguês explicou que na vala de drenagem passa uma linha de transporte de combustível para o Aeroporto 4 de Fevereiro, que já foi desactivada há anos. Porém, adiantou, devido aos incidentes, já foi criada uma equipa multisectorial, composta por efectivos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, que vão trabalhar com especialistas da Sonangol e da Administração Municipal do Cazenga, para identificar a origem do problema.

Esta situação, continuou, já ocorreu por três vezes em menos de 25 dias e se presume que exista uma rotura na tubagem. "As chamas têm sido provocadas porque os moradores atearam fogo no local", esclareceu, além de informar que enquanto não se identificar a origem da fuga, caso os moradores continuem a atear fogo e a depositar resíduos sólidos na vala de drenagem, o cenário vai prevalecer.

Faustino Minguês referiu que o ponto crítico é a zona adjacente à 10ª Esquadra da Polícia Nacional e a Administração Municipal do Cazenga, mas já têm sensibilizado a população e solicitado a sua colaboração, para a resolução do problema.

A grande quantidade de lixo, fogo, óleo e outro tipo de combustível, que têm sido depositados no interior da vala de drenagem pelos moradores e mecânicos daquela zona, explicou, tem permitido a ocorrência sucessiva dos incêndios e pode dificultar o trabalho da equipa multisectorial.

"O trabalho vai ser mais difícil se a população não ganhar consciência preventiva, porque esta responsabilidade não é simplesmente dos Bombeiros, da Sonangol ou da Administração, mas de todas as pessoas, sobretudo dos residentes na circunscrição", concluiu.

9. AMBIENTE

9.1 Governador do Namibe fala dos avanços na vida sócio-económica

Jornal de Angola

1 De Agosto de 2023

Texto: João Lubaco

O governador do Namibe, Archer Mangureira, destacou os benefícios da central fotovoltaica de Caraculo, que está a permitir ao Governo poupar muito dinheiro, que era gasto na aquisição de combustível. O governador sublinhou que, se anualmente se consumia cerca de 140 milhões de litros de combustível diesel, com a entrada em funcionamento da central vai haver poupança de cerca de 18 milhões de litros de combustível.

Qual é o balanço das principais acções desenvolvidas nos primeiros seis meses do ano?

Obrigado pela oportunidade que me concedem. Vamos começar por apontar o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), que é um instrumento de planeamento operacional que visa identificar objectivamente as acções específicas a serem desenvolvidas para acelerar a melhoria das condições de vida dos municípios. A província do Namibe, inicialmente, foi contemplada com 107 projectos inscritos no PIIM, dos quais três são de responsabilidade central, 19 de âmbito provincial e 85 de responsabilidade das administrações municipais. Até ao momento foram concluídos 85 projectos.

Neste âmbito, durante o primeiro semestre do presente ano, foi inaugurado o Centro Integrado dos serviços do Ministério do Interior, o complexo residencial para professores e enfermeiros no município de Moçâmedes e, no Tômbwa, a escola de 12 salas com capacidade de 1.260 alunos, incluindo um campo polidesportivo, o centro de saúde de 20 camas que está a beneficiar mais de quatro mil habitantes do bairro Mundo Novo e 12 residências do tipo T3 para professores e enfermeiros na sede daquele município. Ainda no Tômbwa, foi construída uma escola de 12 salas de aula, com capacidade para 1.260 alunos em três turnos e uma residência para professores e enfermeiros na localidade de Monte Negro. Foi também construído o hospital municipal do bairro 5 de Abril, em Moçâmedes, com capacidade para 60 camas e vai contar com os serviços de Radiologia, Bloco operatório, Cirurgia, Medicina geral, Cardiologia, Ortopedia, entre outras valências. Pensamos também inaugurar, dentro de aproximadamente dois meses, o

centro de saúde da comuna da Lucira, no município de Moçâmedes. No que toca a empregos directos e indirectos, durante a fase de construção, o PIIM gerou cerca de 3.636 postos de trabalho e após a construção gerou 644 empregos.

No quadro deste projecto, quais são as acções que foram desenvolvidas durante o primeiro semestre deste ano?

Dos projectos de âmbito provincial, destacamos a concessão, construção e requalificação de arruamentos nos municípios de Moçâmedes e do Tômbwa, num total de 100 quilómetros. O projecto foi, inicialmente, concebido com 100 quilómetros, sendo 90 no município de Moçâmedes e 10 no município do Tômbwa, que está com um nível de execução física na ordem dos 80 por cento. Com vista a contemplar mais ruas, foi adicionada uma adenda ao contrato, numa extensão de 12 quilómetros para o município de Moçâmedes, tendo um nível de execução física na ordem dos 60 por cento.

A nível do município de Moçâmedes, durante o primeiro semestre do corrente ano, foram executadas as seguintes acções: aplicação de 460 sinais de trânsito e 20 passadeiras nos bairros Saydi Mingas, Cubano, Mandume e 5 de Abril, tendo sido aplicados quatro mil metros quadrados de passeios, seis quilómetros de terraplanagem nos bairros dos Eucaliptos e 5 de Abril e três ruas do bairro Saydi Mingas, dos quais três quilómetros já foram executados lancis e passeios, um quilómetro de tapa buracos no casco urbano e a conclusão da rua principal do mercado 5 de Abril com a pintura de lancis. No município do Tômbwa, foram executadas as seguintes obras: Asfaltagem de vias num total de cinco quilómetros, dois quilómetros de terraplanagem, quatro de passeios e três de pintura de lancis. Todas essas obras mencionadas estiveram paradas durante cinco meses devido à falta de betume.

Quais foram as principais acções nos sectores da Saúde e Educação?

O sector da Saúde teve 197 novos empregos durante o primeiro semestre, fruto da inserção de novos agentes admitidos para a cobertura das novas unidades sanitárias que surgiram, sobretudo com o PIIM. Com os projectos executados no sector da Saúde, o impacto do PIIM na melhoria da vida das pessoas foi positivo, visto que se registou a inserção de profissionais qualificados nos municípios, com realce para as comunas e aldeias.

Destacar a presença de médicos em todos os centros de saúde dos municípios da Bibala, Camucuo e Virei, permitindo a prestação de serviços diferenciados à população. Destacamos também o aumento de serviços especializados, tais como análises clínicas, Estomatologia e Hemoterapia, que estão mais próximos da população. Realçamos ainda a requalificação do banco de urgência do Hospital Municipal do Tômbwa, a conclusão das obras do Hospital Municipal do bairro 5 de Abril, na cidade de Moçâmedes, estando para breve a sua inauguração, tal como já referi. Destacamos também a implementação de serviços de vacinação em muitos centros e postos de saúde com a cobertura completa da rede sanitária do município do Camucio.

E quanto a equipamentos?

Em termos de equipamentos médicos, foram entregues os primeiros equipamentos adquiridos no âmbito do reforço de equipamentos nas unidades hospitalares. Esses equipamentos vão, certamente, melhorar os serviços de Gastroenterologia, Oftalmologia, Cirurgia, cuidados intensivos e Hemoterapia. No âmbito dos cuidados primários de saúde procedeu-se à aquisição de 10 mil mosquiteiros para o combate à malária. Destacar ainda que durante o primeiro semestre, o Governo Provincial do Namibe adquiriu 40 ambulâncias para o reforço dos serviços de saúde. As primeiras 20 foram entregues ao sector em Abril e na primeira semana de Julho procedemos à entrega das restantes 20 ambulâncias, que estão devidamente equipadas de acordo com o protocolo do Ministério da Saúde.

E em relação ao sector da Educação?

No sector da Educação foram inauguradas duas escolas, com destaque para a escola primária nº 113 M, de nome Manuel Francisco Peu, no município de Moçâmedes, com capacidade para 404 alunos, obra financiada pela empresa SODIANG, a escola primária da Umbia, de nome Manuel Capacete, na sede do município da Bibala, com capacidade para 432 alunos, com financiamento do FAS (Fundo de Apoio Social). Dizer ainda que em termos de impacto na melhoria da vida das pessoas, contamos com a inserção de 678 crianças no sistema de ensino, o aumento da oferta educativa, o aumento da rede escolar nos últimos quatro anos, o encurtamento da distância dos alunos e dos professores em termos de casa-escola e vice-versa.

No presente ano lectivo foram matriculados 7.838 alunos na iniciação, 75.524 no ensino primário, 24.894 no primeiro ciclo e 22.085 no segundo ciclo, totalizando 130.341 crianças dentro do sistema de ensino.

Como está a execução do projecto emergencial de águas?

Em relação a este sector temos, sim, estado a concretizar o que designamos por projecto emergencial de águas. No âmbito deste projecto, estão a ser feitos trabalhos nos bairros 4 de Março, Cambongue, Bela Vista, 5 de Abril e no bairro Valódia, todos no município de Moçâmedes. Foram executados trabalhos de remodelação da rede de adução e distribuição do sistema de abastecimento de água no bairro Cambongue, efectuou-se a execução de ramais domiciliários no bairro Bela Vista, 20 ligações domiciliárias no bairro 4 de Março e no Cambongue está em curso a instalação de nove chafarizes. O projecto contempla a implantação de uma conduta de 200 milímetros que ligará o bairro 4 de Março ao Cambongue.

No bairro Bela Vista continua a implantação de condutas para a ligação de mais de 400 residências, juntando-se às 360 já executadas no âmbito do PIIM. Inserido neste mesmo programa, no bairro 5 de Abril foram implementadas condutas de água em algumas ruas e com vista ao seu reforço estamos a instalar condutas nas ruas restantes e respectivas ligações domiciliárias. Para o bairro Valódia estão previstas mais 115 ligações domiciliárias. Decorrem trabalhos de implantação de condutas de água e ramais domiciliários, assim como a remodelação da rede de adução.

A Administração Municipal de Moçâmedes está a executar um plano emergencial para mitigar a falta de água nas comunidades referidas. Assim beneficiaram desse sistema de abastecimento 4.303 famílias na comuna do Forte Santa Rita, designadamente nos bairros Boa Esperança, Bela Vista, Forte Santa Rita, localidade do Yayá, Quatro e Meio, Aida, nas Macala Chipate, Sede, Giraul de Cima e do Meio, na Baía das Pipas e no Baba, e 5.222 famílias da comunidade de Moçâmedes, designadamente dos bairros Valódia, Zona da Antena, Nova Urbanização do Aeroporto, Zona do Projecto e Zona Nova do Valódia, que perfazem um total de 9.525 famílias beneficiadas.

Que acções estão em curso no domínio da energia?

Temos estado também a executar um plano emergencial no sector da energia e, no âmbito deste plano, o Governo Provincial do Namibe está a executar um projecto de instalação de 20 postes de transformação (PT), para reforçar o abastecimento de energia eléctrica em alguns pontos do município de Moçâmedes. Para esta empreitada, já em fase conclusiva, o Governo Provincial adquiriu seis postes de transformação de 250 KVA e quatro postes de transformação de 400 KVA, assim distribuídos:

quatro postes de transformação todos de 400 KVA para o bairro Bela Vista, dois de 250 KVA para o Valódia, um para o Giraul de Baixo com o objectivo de atender as fazendas e a população residente naquelas imediações e igual número nos bairros Cambongue, Macala Chipate e no 5 de Abril. Dar nota ainda que um PT de 250 KVA permite fazer 160 ligações domiciliárias, beneficiando 960 pessoas, ou seja, seis membros por família e um poste de transformação de 400 KVA permite fazer 320 ligações domiciliárias, beneficiando 1.920 pessoas. Assim sendo, com esse projecto emergencial de fornecimento de energia, teremos um total de 2.240 ligações domiciliárias, beneficiando 13.440 pessoas. Prevemos, entre Agosto e Setembro deste ano, concluir o projecto emergencial com as ligações domiciliárias.

Qual é o impacto da Central Fotovoltaica de Caraculo no fornecimento de energia à província?

Como é do conhecimento de todos, inaugurámos a 30 de Maio de 2023 a Central Fotovoltaica de Caraculo, que tem uma vida útil estimada de 25 anos. Custou ao Estado 42 milhões de dólares, numa parceria público-privada, para instalar 46 mil painéis solares, edifícios de operações, entre outros serviços. A inauguração da primeira fase da Central corresponde a 50 por cento da capacidade projectada.

A Central Fotovoltaica de Caraculo está a proporcionar às famílias e empresas do Namibe 25 megawatts de electricidade e a contribuir para o processo de electrificação da província. Uma electrificação com todas as vantagens, que advém pelo facto de ser produzida a partir de uma energia de fonte renovável, o sol do deserto do Namibe. Contribui para o desenvolvimento sustentável das nossas comunidades, quer na melhoria das suas vidas, pois proporciona mais acesso à água, saúde e educação e, também, na actividade produtiva. A central reforçou o fornecimento de energia às comunidades e para a indústria local com recurso à energia limpa. A comunidade local ganhou um sistema de água para o consumo humano que permite o fomento da agricultura e o abeberamento do gado. Perspectiva-se ainda que, no âmbito da responsabilidade social, sejam construídos furos para a captação de água e também a construção de uma escola.

Qual o impacto do projecto na criação de postos de trabalho?

Em relação ao impacto no emprego, a central empregou 400 jovens durante o período das obras. Neste momento, com o equipamento já em funcionamento, temos a laborar 34 cidadãos

nacionais e um estrangeiro. A central de energia solar está a permitir a redução do consumo de gasóleo para a produção de electricidade, diminuindo também assim as emissões de dióxido de carbono e a emissão de gases com efeito estufa e seus efeitos poluentes.

Para se ter uma ideia do que representa a Central Fotovoltaica de Caraculo, podemos dar nota que com o fornecimento de energia a partir dessa central, conseguimos poupar bastante dinheiro em aquisição de combustível. Anualmente consumíamos cerca de 140 milhões de litros de combustível diesel e com a entrada em funcionamento da central vamos poupar cerca de 18 milhões de litros de combustível.

Qual é o balanço que faz do sector dos recursos minerais?

No primeiro semestre de 2023, o quartzo, o mármore, o xisto, o burgau, a areia comum, solos de empréstimos, prospecções de cobre, lítio, terras raras e areias siliciosas foram os produtos mais explorados. No total, 46 empresas constam do cadastro mineiro actualizado no universo de 63 concessões para prospecção e exploração, das quais apenas nove empresas estão em pleno funcionamento.

Que acções de realce estão em curso no domínio da empregabilidade?

Temos o Centro Integrado de Emprego e Formação Profissional de Moçâmedes(CIEFP), inaugurado no dia 28 de Abril do ano corrente, no âmbito da expansão e criação de melhores condições das unidades formativas na província. Esse centro tem capacidade instalada de 251 carteiras para atender 452 formandos por ciclo formativo nos períodos da manhã e tarde. Ministra cursos nas especialidades de corte e costura, cozinha, pastelaria, electricidade de baixa tensão, electrónica, informática, hardware, secretariado executivo, serrallharia, canalização e construção civil, integrado com os módulos de ladrilho, pintura e estuque. O centro encontra-se em pleno funcionamento e já acolheu formandos do antigo centro de formação profissional de construção civil, tendo aumentado significativamente a sua oferta formativa para mais de 70 por cento das especialidades anteriormente disponíveis.

No quadro do calendário formativo de 2023 do Sistema Nacional de Formação Profissional encontram-se em formação no CIEFP 475 alunos, sendo 315 do sexo masculino e 160 do sexo feminino. É missão do CIEFP capacitar jovens e adultos nos variados ramos profissionais e inseri-los no mercado de emprego, aumentando desta forma uma mão-de-obra mais diversificada, habilitada e ao dispor das empresas. O centro engaja também os

jovens no empreendedorismo, através da promoção do autoemprego com valências adquiridas durante a formação e durante os estágios profissionais. Sendo um centro integrado, alberga os serviços profissionais do INEFOP, as áreas de formação e emprego e também as áreas de colocação profissional. Desde a sua inauguração registou mais de 300 pedidos de emprego e 230 colocações, com particular destaque para as empresas de construção civil.

Que acções estão em curso no sector dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria?

Em relação a esse domínio, destacar principalmente a acção de distribuição de terrenos para autoconstrução dirigida a favor dos antigos combatentes e veteranos da Pátria, tendo sido distribuídos 55 lotes de terrenos. Em relação à assistência médica e medicamentosa, foi possível, no âmbito de um trabalho conjunto dos gabinetes da Saúde e dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, garantir o atendimento preferencial nas unidades públicas de saúde a 781 pessoas desses grupos. Também se garantiu a reabilitação física de sete deficientes de guerra. Ainda em relação aos antigos combatentes viabilizou-se o acesso às instituições do ensino geral, designadamente, escolas técnicas, magistérios, pre-universitários e ensino superior, com o apoio do Gabinete Provincial da Educação, onde têm sido distribuídas vagas de ingresso na ordem de 3 por cento.

Também com o apoio do INEFOP foi possível conceder 750 bolsas para formação profissional de curta, média e longa duração a favor de jovens descendentes de antigos combatentes e veteranos da Pátria. Essas 750 bolsas permitiram o acesso ao Plano de Acção para a Promoção de Empregabilidade (PAPE), com formação e distribuição de kits profissionais. Dizer ainda que foi possível garantir 50 vagas para o programa de carteiras profissionais no âmbito do PAPE. Durante este período foi possível garantir um apoio alimentar de distribuição de 173 cestas básicas aos assistidos mais carenciados. Com o apoio da ENDE, foi possível garantir uma tarifa social única ajustada à realidade.

Nos últimos dias, o sector das Pescas no Namibe tem sido muito referenciado, com realce para a existência de muitas embarcações que violam as normas estabelecidas. Que acções foram realizadas neste sector?

No sector das Pescas podemos destacar as acções de fiscalização. Durante o primeiro semestre do corrente ano foram feitas 71 inspecções. Foram inspeccionadas 57 embarcações, das quais 39 industriais, 12 semi-industriais, seis artesanais, 12

empresas pesqueiras e duas salineiras, tendo resultado na instrução de 14 autos de transgressão administrativa.

Onde é que foram feitas essas inspecções?

As acções de fiscalização foram efectuadas ao longo da costa e resultaram na apreensão de embarcações de arrasto demersal, tendo sido aplicadas multas no valor de 121 milhões de kwanzas e o pescado revertido a favor do Estado como medida de punição acessória.

Qual o destino dado a esse pescado?

Elaborou-se um plano de distribuição desse pescado. Gostaria de referir as instituições beneficiárias, designadamente os serviços prisionais, hospitais, lares de infância e de idosos, cozinhas comunitárias, estruturas de conservação de pescado e também os serviços de fiscalização do sector das pescas.

Sabemos que no mesmo período decorreu o censo a nível do sector das Pescas. Quais são os resultados obtidos?

Durante o primeiro semestre concluímos o censo provincial das embarcações de pesca artesanal, tendo se constatado que ao longo da costa existem 2.132 embarcações de pesca artesanal e de subsistência, das quais 1.507 são artesanais e 625 são de subsistência.

Que acções tem a destacar no sector da Agricultura?

Neste sector podemos dar nota que as culturas que estão a ser produzidas na presente campanha agrícola contam com insumos entregues pelo Governo para a produção de milho, feijão, massambala, massango, couve, repolho, cenoura, tomate, pimento, melancia e batata doce. Foram apoiadas com insumos e inputs agrícolas no programa de fomento agrícola 8.211 famílias, representando um crescimento de 33 por cento de famílias apoiadas, comparativamente ao ano passado. Foram igualmente apoiadas 898 famílias no âmbito do programa de extensão e desenvolvimento rural, com um aumento de 100 por cento, comparativamente ao ano passado.

As principais cinturadas verdes que beneficiaram de apoios com insumos e equipamentos agrícolas são as de Moçâmedes, Vale do Rio Bero, Giraul de Baixo, Giraul de Cima, Vale do Bentiaba, Lucira, Carujamba, Enamangane, Maungo e Vale do Piambo. Na Bibala, a Cintura Verde da Sede, Caitou, Lola, Capangombe, Cacanda, Mangueiras, Caraculo, Macucuta, Pirangombe, Quilemba Velha, Rio da Areia e Mutipa. No Camucuí, Mamue, Cacimbas, Calucayona, Chingo e também na sede do município. No Virei a sede do município, Cainde, Tchaputo, Muholo,

Tchitunda, Luvar 1 e 2, Hanza, Embala, Mumba, Mucuaiya, Cavelocamue 1 e 2, Mulunga, Bomba, Sayona e Mungue. No Tômbwa, no Vale do Curoca, Vale do Pinda, Rio Bero Ponte, Arco, Tchamilunga, Tchitietie, Nguaye e Ndole.

Foram feitas melhorias dos acessos nas áreas agrícolas do Vale do Macala, 5 quilómetros, no Vale do Caraculo, com 17 quilómetros de terraplanagem e na localidade do Maungo.

Como está a implementação do programa de transferências monetárias Kwenda?

O programa de transferências monetárias para as famílias carenciadas registou um interregno de Novembro de 2022 a Fevereiro de 2023. Neste período, o Fundo de Apoio Social (FAS) trabalhou na conclusão do processo de validação das comunidades, provas de vida e no cadastramento que se encontrava pendente, principalmente no município do Camucuio. Os pagamentos começaram no dia 4 de Julho neste mesmo município. Dar nota ainda que o Governo aumentou o valor das transferências monetárias do programa Kwenda de 8.500 kwanzas para 11 mil kwanzas/mês. O período de permanência de uma família no programa passou de um para dois anos e aumentou também o número de famílias beneficiárias.

O processo de transferências monetárias para as famílias carenciadas, que no Namibe começou no município do Virei, também será implementado nos municípios de Moçâmedes e Tômbwa. O programa já beneficiou 3.624 famílias no município do Camucuio, 16.740 no município da Bibala e 6.015 famílias no Virei. Neste município mil famílias ainda não receberam o dinheiro devido ao fenómeno da transumância.

Que acções foram implementadas no que concerne ao apoio à economia?

No primeiro semestre a província beneficiou de 33 carrinhas de apoio ao escoamento da produção agrícola, entre frigoríficas e de carga seca, sendo 10 na primeira fase e 23 na segunda fase. Em relação à desburocratização do formalização das empresas, temos estado a trabalhar com o FAJE (Fórum Angolano de Jovens Empreendedores) e com esta instituição estabelecemos mecanismos para, em conjunto, dinamizarmos a criação de empresas numa forma célere e em grande número. Em relação ao apoio a cooperativas, o Governo Provincial continua engajado na facilitação da constituição de cooperativas. Para este efeito temos estado a trabalhar em conjunto com várias instituições, designadamente o INEFOP, o FADA, o FACRA e

o PAPE, visando a facilitação de mecanismos de financiamento às cooperativas.

9.2 Luanda prepara período chuvoso

Jornal Luanda

7 De Agosto de 2023

Texto: Ferraz Neto

A estação chuvosa, em Angola, começa, oficialmente, no próximo dia 15. Depois de três meses de cacimbo ou tempo frio, o país sofre, agora, uma mudança climática em que as temperaturas ficam mais quentes.

Para tal, um programa de prevenção, visando atenuar os efeitos negativos da chuva, foi lançado pelo Governo Provincial.

O programa apresentado pelo vice-governador provincial para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Cristino Mário Ndeitunga, estabelece o reforço da capacidade de resposta às enxurradas, com meios técnicos, limpeza das valas de drenagem e montagem de pontos para atender às zonas ólicas com equipamentos adequados.

"O Governo Provincial de Luanda, está a trabalhar para que o plano de mitigação dos efeitos das chuvas funcione. Todas as acções integradas que estão ser projectadas visam reduzir ao máximo os efeitos negativos das chuvas sobre as populações", disse o vice-governador provincial para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas,

O encontro realizado na Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL), juntou responsáveis do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação e do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA), onde foi avaliado o nível de execução dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos.

Durante a reunião, orientada por Cristino Mário Ndeitunga, foram revistas as intervenções nas bacias de retenção dos municípios de Luanda, Cazenga, Kilamba Kixi, Belas, Talatona, Viana e de Cacucaco.

Foram também analisados a situação das famílias que vivem em zonas de risco da cidade de Luanda. A directora da UTGSL, Zenilda Mandinga, disse que, os municípios, devem aprimorar os planos de mitigação dos efeitos das chuvas e alinhar nas suas acções as actividades de limpeza das linhas de água e valas de macrodrenagem, o que poderá aliviar e prevenir os efeitos nefastos em caso de fortes chuvas.

No município do Talatona, foram realizados, no âmbito do programa de mitigação dos efeitos da

chuva, trabalhos de limpeza e realinhamento da vala do Kifica, com resultados positivos, segundo informação prestada pelo administrador-adjunto para Área Técnica, Mauro Lucas.

Dados do Instituto de Meteorologia e Geofísica (INAMEf) referem que, ao longo do ano, em geral, a temperatura varia de 19 a 30 graus Celsius e, raramente, é inferior a 18 ou superior a 32.

A mudança de estação climática é, para muitos, a época que vem carregada de algumas preocupações, pois com essa alteração, advêm muitas doenças, como as provocadas pelo calor e englobam alguns distúrbios, cuja gravidade varia de desidratação e exaustão por calor. As doenças mais frequentes no calor são aquelas que levam à perda de líquidos e à desidratação.

No entanto, outras enfermidades, também, são muito comuns como a insolação (exposição excessiva ao sol), micoses e intoxicação alimentar. Durante a época de calor excessivo é recomendável que se evite permanecer em lugares sem ventilação e ar condicionado, principalmente aos idosos e jovens.

10. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

10.1 Comércio Angola-China pesa usd 24 mil milhões/ano

Jornal Economia

4 De Agosto de 2023

Texto: Joaquim Suami & Vânia Inácio

China tornou-se, nos últimos 13 anos, no maior parceiro comercial de Angola, tendo a média anual do volume de transacções, ascendido de 150 milhões de dólares, em 2002, para 24 mil milhões, em 2022, segundo o embaixador em Angola, Gong Tao, Com o primeiro "Fórum de Negócios Angola-China (FONAC)", realizado, na passada sexta feira (28 de Julho) os dois países deram mais um passo para aprofundarem a parceria estratégica existente há 40 anos de relações diplomáticas, e já soma 13 de cooperação comercial.

No encontro, estiveram presentes um total de 700 pessoas, entre representantes governamentais, empresários chineses, angolanos e de outras nacionalidades, número que segundo o presidente da Câmara de Comércio Angola-China, Luís Cupenala, superou as expectativas da organização, que aguardava em torno de 500 pessoas.

Os dois países abordaram temas de interesse comum, como as oportunidades de investimento que cada um dos países tem para oferecer.

Mais investimento

Na abertura do fórum, o ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, solicitou mais investimento, mais capital, do país asiático, para responder à necessidade de manter o curso de reformas que concorrem para o crescimento económico sustentável e inclusivo do país.

José de Lima Massano apelou por "mais investimentos" por parte da comunidade chinesa para a produção de alimentos, para o sector da habitação, indústria transformadora e comércio para potenciar a economia angolana.

"Contamos assim com mais investimentos para a produção de alimentos, para disponibilização da habitação, para a indústria transformadora, para o comércio e desenvolvimento das cadeias logísticas de apoio ao desenvolvimento, na exploração mineira e na capacitação e formação profissional", afirmou José de Lima Massano.

O ministro declarou a viabilidade do mercado angolano para acolher investimentos, realçando que o Governo mantém em curso reformas que tendem a melhorar o ambiente de negócios para o estabelecimento de um quadro macroeconómico capaz de elevar a estabilidade, um ordenamento jurídico que confira segurança aos negócios e regras de mercado que privilegiem a concorrência, competitividade e a inovação:

Lembrou que, no quadro das reformas, o Governo anunciou, recentemente, um conjunto de medidas de estímulo e potenciação da Economia angolana que incentivam a produção de bens "Feito em Angola", inseridos em projectos de investimento público.

"Acreditamos que o investimento, a tecnologia e o conhecimento de empresas aqui representadas ganham novo mercado de actuação e oportunidades de reforço de parcerias", salientou, augurando mais investimentos dos empresários chineses.

China pede café de Angola

O embaixador da China em Angola, Gong Tao, considerou a China "o maior mercado de consumidores" e convidou o empresariado nacional a visitar a China para conhecê-lo melhor e também o gosto dos consumidores chineses a fim de estudar as oportunidades de negócio.

Ciente do potencial de Angola voltar a se tornar um grande produtor de café, sendo a China um grande consumidor desta commodity oriundos de países como a Etiópia e Jamaica, Gong Tao abriu as portas do mercado Chinês e demonstrou interesse em aumentar a exportação não só do café, como de outros produtos agrícolas, peixe e recursos minerais.

O embaixador chinês considerou o valor do comércio alcançado em 2022 testemunha do rápido desenvolvimento das relações entre os dois países. Deu nota que, nos últimos anos, o café, a cerveja, o granito e outras especialidades de Angola têm surgido de forma crescente no mercado da China, tendo apontado que o mesmo acontece com os produtos chineses que circulam no mercado angolano, como viaturas e telemóveis.

"A cooperação de investimento China-Angola ajuda a diversificação económica de Angola. O número de empresas chinesas em Angola ultrapassou 400 e o stock de investimento ultrapassou 24 mil milhões de dólares, abrangendo vários sectores. Na área da agricultura, as empresas investiram e operaram várias fazendas, experimentaram com sucesso o plantio de sorgo vitivinícola que permitiu alcançar uma colheita

abundante de arroz híbrido de alto rendimento", disse.

Na indústria, segundo o embaixador, a China fabrica motocicletas, aparelhos de refrigeração e produtos químicos domésticos que são populares entre os consumidores angolanos. "Angola também estabeleceu a primeira fábrica de placas de gesso e a primeira fábrica de telhas e cerâmica para preencher a lacuna na indústria e promover a exportação diversificação", referiu.

O Fórum de Negócios Angola-China contou com a participação de mais de 70 empresas chinesas que actuam em vários sectores da actividade económica, com destaque para a construção civil, infra-estruturas rodoviárias, engenharia, materiais de construção, indústria, tecnologia de informação e telecomunicações.

10.2 Trocas comerciais Angola-China ascenderam 206 mil milhões USD em 20 anos

Jornal Novo Jornal
4 De Agosto de 2023

Nos últimos 20 anos, as trocas comerciais entre Angola e China ascenderam a 206 mil milhões de dólares, um "salto qualitativo e quantitativo" que concorreu para o "rápido desenvolvimento" dos países, avançou, recentemente, o embaixador chinês em Angola, Gong Tao, tendo acrescentado, posteriormente, que "este salto tão qualitativo e quantitativo testemunhou o rápido desenvolvimento das nossas duas nações"

Só no ano 2002, o volume comercial bilateral entre China e Angola foi de menos de 150 milhões de dólares.

segundo o diplomata, nos últimos 40 anos, as relações entre o seu país e Angola.

"alcançaram um desenvolvimento considerável", e a cooperação entre as duas partes produziu "resultados frutíferos" em vários domínios.

"A cooperação económica e comercial sempre foi o ponto alto desta cooperação, promovida de forma pragmática. Especialmente nos últimos 20 anos, as duas partes formaram verdadeiramente um padrão de cooperação para a convergência dos nossos interesses, estabelecendo um modelo de entre China e África", assinalou.

China e Angola celebram 40 anos de cooperação e relações diplomáticas com a realização do Fórum de Negócios Angola-China (FONAC), que decorre em Luanda, com dezenas de empresários de ambos os países.

Gong Tao, que discursava na abertura do FONAC, referiu, citando dados preliminares da embaixada que tutela, que o número das empresas chinesas em Angola ultrapassou os 400 e o volume de investimento ultrapassou os 24 mil milhões de dólares.

O investimento de empresas chinesas no País lusófono abrangeu diversos sectores, disse, salientando que, na agricultura, as empresas chinesas investiram e operaram em várias fazendas espalhadas no território angolano.

"A cooperação em infra-estruturas tem uma base sólida de desenvolvimento económico e sustentável", frisou, recordando, ao mesmo tempo, que, em 2002, após o fim do conflito armado em Angola, a China foi o primeiro país que "estendeu as mãos" para a reconstrução de Angola depois do alcance da paz.

10.3 Carrinho vai à China consolidar produção interna e preparar exportação de alimentos

Jornal Novo Jornal
Texto: João Marcos
11 De Agosto de 2023

Empresa que construiu a Centralidade do Kilamba, descrita como detentora de capacidade para a gestão de projectos agrícolas, outra área de actuação, vai ajudar o grupo angolano a conseguir estrutura de abastecimento sustentável. Vão ser formadas equipas de trabalho conjuntas para, em articulação com o Governo angolano e a Embaixada da China, definir o modelo de negócios.

De um memorando de entendimento sobre cooperação assinado pela Carrinho Empreendimentos e a Citic Construction, a 28 de Julho, nascerá, a médio e longo prazos, um projecto que permitirá ao gestor da Reserva Estratégica Alimentar (REA) exportar os seus produtos, sem nunca perder de vista a aposta na produção interna, como se verifica na assistência ao sector familiar, soube o Novo Jornal.

O denominado projecto de Cooperação aponta, segundo o documento, para a aquisição de equipamentos de transporte e exportação dos bens.

O recurso ao mercado chinês é justificado com a "necessidade de garantir uma estrutura de abastecimento sustentável e competitivo", conforme o Mau, Memorando de Entendimento sobre cooperação, que descreve a Citic com uma entidade detentora de experiência no sector agrícola, sendo presidente da Associação Agrícola da China para Intercâmbio Internacional. A Carrinho terá um parceiro, ressalta o Mal, com credenciais firmados, para lá do mundo da construção civil, em matéria de operacionalização de fazendas modernas, sistemas de armazenamento de grãos e produção e comercialização de materiais agrícolas.

As duas partes. procederam à apresentação de relatórios ao ministro de Estado para a Coordenação Económica e ao ministro da Indústria e Comércio, José de Lima Massano e Rui de oliveira, respectivamente, e à Embaixada da China em Angola.

Pela Carrinho Empreendimentos, empresa que actua na agricultura, agroindústria e comércio de alimentos, assinou o documento o empresário Nelson Fidel Candundo Carrinho, um dos sócios, e pela empresa chinesa rubricou o seu director-geral em Angola, Fan Juntao.

10.4 Angola e China discutem novas acções para o reforço da Parceria Estratégica

Jornal de Angola

13 De Agosto de 2023

Luanda acolhe, hoje, a segunda reunião da Comissão Orientadora para a Cooperação Económica entre Angola e a China, com vista a avaliar e traçar novos planos para a parceria entre os dois Governos.

A delegação angolana será chefiada pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, enquanto a chinesa é encabeçada pelo ministro do Comércio, Wang Wentao, que foi recebido, ontem, em audiência, pelo Presidente João Lourenço.

O embaixador da China em Angola, Gong Tao, considerou, recentemente, que o encontro é "uma boa ocasião" para os dois Estados trabalharem em novas parcerias, não só para o financiamento das grandes obras, mas, também, para responder ao apelo do Presidente João Lourenço para a diversificação

económica e implementação de iniciativas no sector privado.

O diplomata, que falava no final de uma audiência que lhe foi concedida pelo Chefe de Estado angolano, a quem foi apresentar cumprimentos de despedida, ao cabo de quatro anos e quatro meses em Angola, manifestou o desejo do seu Governo encontrar, cada vez mais, investimentos em Angola, nos sectores da Indústria, Agricultura, Pescas, exploração mineira e Turismo.

Para Gong Tao, o Fórum de Negócios Angola-China, decorrido recentemente em Luanda, permitiu aprofundar conhecimentos e analisar as grandes potencialidades existentes no país.

A China, assegurou, vai continuar a garantir financiamento às grandes obras, como o Novo Aeroporto Internacional de Luanda e a maior Central Hidroeléctrica de Caculo Cabaça, cujas obras estão "em bom andamento".

O embaixador referiu que este ano, que se assinala o 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, voltou a ficar demonstrada a vontade dos dois Estados em continuar a andar de mãos dadas na salvaguarda da Independência e da procura de cooperação mutuamente benéfica, que permitam alcançar objectivos comuns para o desenvolvimento socioeconómico dos dois países.

10.5 Angola e China discutem novas acções para o reforço da Parceria Estratégica

Jornal de Angola

13 De Agosto de 2023

Luanda acolhe, hoje, a segunda reunião da Comissão Orientadora para a Cooperação Económica entre Angola e a China, com vista a avaliar e traçar novos planos para a parceria entre os dois Governos.

A delegação angolana será chefiada pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, enquanto a chinesa é encabeçada pelo ministro do Comércio, Wang Wentao, que foi recebido, ontem, em audiência, pelo Presidente João Lourenço.

O embaixador da China em Angola, Gong Tao, considerou, recentemente, que o encontro é "uma boa ocasião" para os dois Estados trabalharem em novas parcerias, não só para o financiamento das grandes obras, mas, também, para responder ao apelo

do Presidente João Lourenço para a diversificação económica e implementação de iniciativas no sector privado.

O diplomata, que falava no final de uma audiência que lhe foi concedida pelo Chefe de Estado angolano, a quem foi apresentar cumprimentos de despedida, ao cabo de quatro anos e quatro meses em Angola, manifestou o desejo do seu Governo encontrar, cada vez mais, investimentos em Angola, nos sectores da Indústria, Agricultura, Pescas, exploração mineira e Turismo.

Para Gong Tao, o Fórum de Negócios Angola-China, decorrido recentemente em Luanda, permitiu aprofundar conhecimentos e analisar as grandes potencialidades existentes no país.

A China, assegurou, vai continuar a garantir financiamento às grandes obras, como o Novo Aeroporto Internacional de Luanda e a maior Central Hidroeléctrica de Caculo Cabaça, cujas obras estão "em bom andamento".

O embaixador referiu que este ano, que se assinala o 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, voltou a ficar demonstrada a vontade dos dois Estados em continuar a andar de mãos dadas na salvaguarda da Independência e da procura de cooperação mutuamente benéfica, que permitam alcançar objectivos comuns para o desenvolvimento socioeconómico dos dois países.

10.6 Empresário chinês punido por fraude fiscal aduaneira

Jornal de Angola

13 De Agosto de 2023

Texto: André da Costa

Um indivíduo, de nacionalidade chinesa, foi condenado a seis meses de prisão convertida em multa, no valor de 32 milhões de kwanzas, pelo Tribunal Provincial de Luanda, por acusação de fraude fiscal aduaneira.

O empresário chinês tinha sido detido pelos efectivos da Direcção de Ilícitos Penais de Luanda, por suspeita da prática dos crimes ora confirmados em juízo.

O porta-voz da Direcção de Ilícitos Penais, inspector-chefe Quintino Ferreira, explicou ao Jornal de Angola que o indivíduo, julgado de forma sumária, foi proibido pelo tribunal de importar produtos para o país nos próximos dois anos.

Antes da detenção, o empresário chinês tinha importado sacos plásticos, a partir do exterior do país, tendo no manifesto das mercadorias declarado que importou papel químico e adesivo, com a intenção de fugir ao fisco.

O porta-voz explicou que a alegação feita pelo empresário chinês era pelo facto de ao adesivo se cobrar apenas dois por cento do valor da taxa de importação, enquanto o papel químico está livre de pagamento de qualquer emolumento relativo à taxa de importação.

"Se tivesse declarado que importou sacos plásticos, o acusado pagaria 50% do valor da taxa de importação", esclareceu Quintino Ferreira, quando falava sobre a condenação, na quinta-feira, do empresário chinês.

Dois dias antes, um outro empresário do mesmo país asiático também foi detido e encaminhado ao Tribunal Provincial de Luanda, tendo sido condenado igualmente por fraude fiscal, após importar 27 toneladas de mercadorias.

Este empresário, explicou o porta-voz, declarou no documento aduaneiro que havia importado bombas de água, material que está isento do pagamento de taxa aduaneira.

Porém, o cidadão chinês foi flagrado, na Avenida Fidel Castro Ruz, arredores do bairro Canginge, a descarregar motores de viaturas de um contentor e não bombas de água quanto como tinha declarado.

Quintino Ferreira avançou que a empresa que importou os produtos, fisicamente não existe, pelo que o camião foi encontrado a ser descarregado e a vender o produto numa obra.

Por causa deste crime, este segundo empresário chinês foi condenado a seis meses de prisão, convertidos em multa no valor de 15 milhões de kwanzas.

10.7 “Construímos com Angola uma relação muito forte de solidariedade e apoio mútuo”

Jornal de Angola

29 De Agosto de 2023

Texto: Paulo Caculo

Gong Tao é um exímio conversador. O diplomata fez uma retrospectiva dos quatro anos à frente da missão chinesa no país, tendo sublinhado os vários

processos que contribuíram para a consolidação da relação política e económica entre os países.

Destacou o engajamento dos Presidentes angolano, João Lourenço, e chinês, Xi Jinping, na coordenação de políticas com benefícios mútuos. Actualizou, também, os dados da dívida angolana à China e revelou o resultado dos investimentos chineses em Angola, com predominância para o comércio e construção, transpondo-os para uma realidade mais ampla.

Que balanço faz dos quatro anos à frente da missão diplomática da China em Angola?

O balanço é positivo. Nos últimos quatro anos e quatro meses sempre tive a assistência providenciada pelo Governo angolano, de várias entidades do Governo Central e do Governo das províncias. Também conquistei a simpatia e apoio do povo angolano, um povo muito inteligente, simpático, resistente às dificuldades e que muito admiro.

Como classifica a relação política entre Angola e a China?

Com os esforços das duas partes, as relações entre os dois países têm dado saltos positivos, graças aos esforços conjuntos. Na área política, os dois Chefes de Estado, Xi Jinping e João Lourenço, têm mantido contactos permanentes através de chamadas telefónicas e de troca de cartas e mensagens. Os dois Presidentes têm sempre dado orientações políticas para o rumo e desenvolvimento das nossas relações bilaterais.

O mesmo acontece a nível diplomático?

Com certeza. Os dois Ministérios das Relações Exteriores também têm mantido intercâmbio oficial e podemos observar que o ministro chinês dos Negócios Estrangeiros visitou Angola no início do ano e, depois, várias trocas bilaterais ocorreram nos últimos meses. Temos de reconhecer, também, que nos últimos três anos, por causa da pandemia da Covid-19, os intercâmbios presenciais não foram muito frequentes, mas as duas partes sempre mantiveram contactos, por videoconferência, para intercâmbios.

Que passos significativos foram dados na cooperação bilateral?

Nos últimos meses, os ministros angolanos dos Transportes, Defesa e dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás têm visitado a China e mantido contacto com vários ministros chineses, para divulgar mais e melhor as imagens da parte angolana, e, também, podemos constatar que, no passado mês de

Junho, foi realizado, na China, a terceira exposição comercial de investimento China-África. Da parte angolana, teve uma grande delegação, chefiada pelo então ministro Victor Fernandes e composta pelo ministro da Agricultura e os governadores da província de Malanje e Bengo, e, também, de várias outras entidades.

Que resultados concretos acha que produziu a Expo Comercial China - África?

Penso que foi uma grande ocasião para Angola reconhecer haver maior interesse da classe empresarial chinesa. Os ministros e governadores angolanos tiveram a oportunidade de visitar empresas chinesas, conhecer melhor a indústria e a agricultura chinesa e saber como a China pode ajudar a parte angolana no desenvolvimento socioeconómico.

O que se prevê com a visita a Angola, em breve, do ministro do Comércio da China?

A visita a Angola do ministro do Comércio da China é a convite do ministro de Estado e da Coordenação Económica. Os dois ministros vão, em conjunto, presidir à segunda edição da Comissão Orientadora da Cooperação Económica China – Angola.

As duas partes podem estudar, analisar e fazer retrospectiva das relações económicas dos últimos anos e procurar novos modelos e formas de cooperação, nesta nova fase do desenvolvimento de cada um dos nossos países, de formas a tirarmos aproveitamento das vantagens recíprocas, que tanto a China quanto Angola podem oferecer a outra parte e conjugação das nossas políticas económicas, para ajudar no desenvolvimento comum, baseado no benefício mútuo.

Existe a probabilidade da assinatura de um acordo de protecção do investimento directo...

As duas partes estão em negociação e devem chegar a acordo para a promoção e protecção do investimento directo. Este acordo, se existir consenso, vai incentivar mais iniciativas privadas e públicas de investimento para Angola.

Concorda que, curiosamente, a pandemia da Covid-19 relançou a relação de cooperação entre os países, sobretudo na área da Saúde?

Sim. Podemos constatar que, desde a pandemia, que as partes chinesa e angolana têm reforçado muito na cooperação na área da saúde pública. No ano de 2020, naquela altura de extrema dificuldade, a China e Angola estiveram de mãos dadas e ajudaram-se mutuamente, para a disponibilidade de mais equipamentos de biossegurança, e, sobretudo, a parte

chinesa providenciou a Angola campanha e laboratórios em Viana com grande capacidade de fazer testes diário de RTPCR. A China foi, também, o primeiro país a oferecer vários tipos de vacinas a Angola. Tivemos várias conquistas, na área da saúde pública.

Que novos acordos se avizinham para o sector da Saúde?

Durante a audiência de despedida ao senhor Presidente da República, trocámos impressões para encorajar as empresas chinesas a fazer investimento na área de fabrico de vacinas, para ajudar Angola a produzir equipamentos médicos e aumentar a capacidade de saúde pública.

Mas, os acordos entre Angola e China estão alargados a outras áreas de cooperação... Correcto. No início do ano, a Embaixada da China, durante a festa de celebração do 40º aniversário das Relações Diplomáticas, reforçou a necessidade de cooperação entre os povos. Por isso, realizámos, no Shopping Kilamba a festa da cultura chinesa. Este ano, no próximo mês, vamos realizar uma festa de cinema chinês ao público angolano e podemos fazer outras trocas de visitas de grupos artísticos.

O que se pode esperar do contributo chinês na área do Ensino?

O Governo chinês continua a oferecer dezenas de bolsas de estudo aos jovens angolanos, para se formarem em cursos nas áreas de ciências e engenharia civil, física, biologia, química e medicina.

Que oportunidades de emprego existem para os angolanos formados na China?

As empresas chinesas estão a fazer as suas contribuições para a parte angolana, oferecendo os postos de emprego e estágios. Na semana passada, estive reunido com os bolseiros angolanos que tiraram curso na China e tivemos a oportunidade de recordar as experiências que eles tiveram e vários deles estão a trabalhar nas empresas chinesas. Os jovens querem regressar à China e, também, a China tem um curso de mandarim na Universidade Agostinho Neto e abrimos novas salas de aula na Academia Diplomática Venâncio de Moura.

DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA

"Somos duas economias com grande potencial"

De que forma a China encara as reformas e políticas de diversificação económica em Angola?

Estamos a correr nos caminhos do desenvolvimento sustentável e a China também fez reformas nos últimos 45 anos. Angola também está neste caminho, com as suas reformas e políticas de diversificação económica para atrair mais interesse dos investidores estrangeiros. Temos todo o gosto de partilhar com a parte angolana, somos duas economias com grande complementaridade e potencial e podemos cultivar muitas coisas boas em conjunto. Tenho a sorte de ter feito parte deste trabalho, mas temos de continuar.

Que pontos positivos realça da sua missão em Angola e o que acha que faltou fazer?

Os pontos positivos são aqueles do período da pandemia, em que havia uma grande incerteza das nossas vidas. A vida dos nossos povos estava em risco e o Presidente chinês e angolano e os dois partidos, Partido Comunista da China e o MPLA, souberam colocar em primeiro lugar a vida dos seus povos. Estendemos as nossas mãos para ajudar uma e outra parte. Durante os últimos dois/três anos conseguimos vencer definitivamente os desafios.

Porquê elege esta fase da pandemia como tendo sido a mais marcante da sua missão?

Porque os dois povos aprofundaram ainda mais as relações de amizade entre si, através destes apoios e assistência mútua, soubemos dominar a pandemia e o governo angolano apoiou muito a comunidade chinesa e protegeu a vida dos cidadãos chineses e, também, das empresas chinesas. A comunidade chinesa também soube retribuir e dar as suas contribuições sociais em equipamentos de segurança e biossegurança para as comunidades locais. Uma pandemia é sempre uma desgraça para a humanidade, mas a humanidade deve saber vencer os desafios, contando com a amizade de outros países.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

"Moratória à dívida serve de oxigénio para Angola"
Como avalia a questão da dívida angolana à China?

Soubemos que, nos últimos anos, houve uma acumulação da dívida angolana com a China e, naquela altura, dada a conjuntura internacional da economia e a pandemia não podíamos fazer outra escolha, senão conceder uma moratória à parte angolana, de um período de tempo, de formas a servir de oxigénio para Angola ultrapassar esta fase difícil que atravessa, porque há uma grande recessão de receitas financeiras do Governo e o baixo preço do petróleo e a situação financeira está muito difícil. Ainda assim, os órgãos financeiros da China conseguiram gerir os prejuízos com esta moratória e o pior já passou.

Acredita que Angola pode vencer os desafios do desenvolvimento?

Podemos constatar que, nos últimos dois anos, Angola já conseguiu sair desta conjuntura desfavorável e está, novamente, no caminho do desenvolvimento. Constatamos, também, as vantagens do financiamento chinês que veio ajudar a garantir mais estradas, portos, escolas, caminhos-de-ferro, hospitais, casas, centros de energia hidro-eléctricas, para Angola estar mais destacada com os seus países de África. Existem várias outras iniciativas com infra-estruturas feitas e investimentos na área da indústria, agricultura e pesca, bem como maior capacidade para ter mais projectos na economia e nos sectores sociais.

Mas nem tudo foi um sucesso durante o período da pandemia...

Sim. Devido a pandemia tivemos menos intercâmbio de pessoas e podemos constatar que houve uma redução do número de chineses que trabalham em Angola. Agora, depois da pandemia, as duas sociedades estão abertas a recuperar a fluidez de troca de pessoas. Há pouco tempo houve a visita do ministro dos Transportes de Angola à China, e ouvimos dele que quando o novo aeroporto estiver pronto a parte angolana vai recuperar o voo directo de Angola para a China.

Considera imperiosa a retomada de voos directos de Luanda para cidades chinesas?

Acho importante e podemos fazer mais. Existem sempre actividades que não conseguimos fazer naquela altura, mas hoje podemos recuperar o tempo perdido com a pandemia e explorar outras áreas de investimentos.

Em que nível estava o investimento privado chinês durante a prevalência da Covid-19?

Os números nos dizem, através da AIPEX, que entre os anos 2018 e 2022 a China ocupava o quarto lugar entre os países fontes de investimento em Angola. Até ao momento, o número de empresas chinesas em Angola ultrapassou os 400 e vários "stocks" de investimento já ultrapassaram os 24 mil milhões de dólares americanos em projectos na agricultura, pesca, processamento e fabricação, matérias de construção, mineração, construção de centros comerciais, desenvolvimento imobiliário e em outros sectores económicos.

Significa que houve grande investimento chinês em Angola...

Só no ano passado, a empresa Huawei investiu 80 milhões de dólares na construção do Parque de

Ciência Tecnológica e, em Julho do ano passado, a empresa West International investiu 70 milhões de dólares na instalação da primeira fábrica de placas de gesso em Benguela. Portanto, com a presença do novo ministro da Coordenação Económica, senhor José de Lima Massano, estes investimentos chineses têm sido intensos na produção de cerâmicas, que está a preencher as lacunas nas indústrias angolanas. O objectivo é promover a diversificação da exportação angolana e criar muitos postos de empregos e receitas fiscais. Há uma grande tendência de iniciativas privadas chinesas em investirem em Angola.

CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO

"Temos de desenvolver o aumento da capacidade produtiva"

Sentimos que o sector da construção é o motor da economia chinesa. Este é, também, o espírito que se quer para Angola?

Não sei, porque, segundo as experiências da China dos últimos 45 anos, com as reformas económicas e abertura ao exterior, sentimos que há um desenvolvimento de coordenação económica e social. Para o sector económico crescer, precisamos de investimento, exportação e consumo. Estes são os três pilares que podem desempenhar papel importante num determinado período de tempo. Mas, apenas a construção civil para estimular a economia não é suficiente, porque a construção civil pode criar mais estradas e habitações, mas temos de desenvolver o aumento da capacidade produtiva e de criação de riquezas.

Foi partindo deste princípio que a China alcançou o desenvolvimento?

A China começou as suas reformas nos meios rurais, para dar liberdade às famílias chinesas de fazerem a gestão das suas terras, proporcionar um período de administração privada às famílias, permitindo aos agricultores tomar a liberdade de decidir sobre o que vão plantar, quanto é que vão plantar e o que vão fazer com as plantações e colheitas.

Os agricultores desempenharam um papel fundamental na reforma da China...

Sim. Houve uma grande mobilização de agricultores para desenvolver o espírito de empreendedorismo deles e o resultado foi o aumento da quantidade de produção chinesa. A China, com uma população de 1,4 mil milhões de habitantes, percebeu que ninguém pode ajudar a China senão os próprios chineses, resolvendo as questões de segurança alimentar. Por isso, as reformas da China começaram no meio rural.

A partir de que momento é que acontece a abertura ao exterior?

Com o desenvolvimento da agricultura, o Governo chinês abriu as fronteiras e deu liberdade ao investimento estrangeiro a montar fábricas, sobretudo nas cidades da costa da China. Criámos as zonas livres e áreas económicas especiais para providenciar as políticas de benefícios aos investidores estrangeiros que vieram dos EUA, Europa, Japão e países vizinhos, como a Coreia do Sul e Hong Kong, que ajudaram as cidades chinesas a aumentar as suas capacidades de indústria de produção.

Mas, já naquela altura, a produção não se resumia ao consumo interno...

Não. Além do consumo doméstico, também se fazia produção para a exportação ao estrangeiro. E a China tem a vantagem da mão-de-obra barata, mas também com qualificação. Foi assim que as reformas no meio rural e na cidade permitiram à China criar investimento, dar maior produção e ao mesmo tempo fazer investimentos nas áreas das infra-estruturas, com mais estradas, caminhos-de-ferro e centros hidro-eléctricos, para dar mais energia para suportar as indústrias.

As reformas foram acompanhadas do processo de educação dos cidadãos chineses... Claro. Temos de observar que o Governo chinês investiu muito na educação e no ensino primário, secundário, médio e universitário. As famílias chinesas e os pais investiram muito para a formação dos seus filhos. É assim que a China, passo a passo, aumentou os níveis de ensino e surgiram cada vez mais licenciados na sociedade chinesa.

A China assume-se, no mundo, como a maior fábrica de produção de mercadorias de qualidade e a bom preço?

A China não é só a maior fábrica do mundo na produção de mercadorias a bom preço e qualidade, mas também começa a produzir os comboios de alta velocidade, que ajudam na mobilidade das pessoas entre as cidades e as províncias. Também vai dar uma maior mobilidade das mercadorias e impulsionar o investimento, bem como maior fluidez dos factores económicos. Há, na China, cada vez mais uso de tecnologias de inteligência artificial de 5G, nas fábricas chinesas e até na agricultura, em que se aumentou a capacidade de produção.

Quer dizer que houve grande atenção do Governo chinês para os vários factores que ajudam o crescimento económico?

A China sabe conhecer as suas próprias realidades nacionais, aprender com os outros as experiências e fazer uma combinação das experiências de outras realidades com a sua própria. O Governo chinês soube, em determinado momento, fazer a boa escolha das políticas económicas especiais.

Acha que Angola deve seguir o exemplo da China?

A China e Angola são países independentes, com soberania e as suas próprias capacidades de fazer escolhas. É fundamental que as próprias partes tenham os planos de desenvolvimento nacional e, por isso, faz todo o sentido a próxima reunião da Comissão Orientadora dos dois governos, para uma conjugação do plano de desenvolvimento visando os próximos anos.

O que se pode esperar desta reunião da Comissão Orientadora dos Governos de ambos os países?

Angola tem a sua estratégia de longo prazo para 2050 e a China também cumpriu os objectivos do primeiro centenário, assinalado em 2021, de erradicação total da pobreza absoluta. Agora estamos a caminhar para o segundo centenário da República Popular da China, que visa a modernização chinesa, ou seja, a China vai ter uma economia ainda mais desenvolvida e é isso que os dois países têm nos seus planos de médio e longo prazos. O fundamental, tanto para China quanto para Angola e outros países em desenvolvimento, é ter consciência de que cada nação deve fazer o seu próprio caminho de desenvolvimento, de acordo com as próprias realidades e identidades nacionais.

POLÍTICA EXTERNA

"China não interfere nos assuntos internos"

A China é, hoje, a segunda maior economia do mundo. Estará o Governo do Presidente Xi Jinping comprometido em apoiar Angola a fazer este caminho do desenvolvimento?

Estamos comprometidos e sempre estaremos juntos. Temos uma grande amizade e solidariedade e uma relação de tradição. Antes da independência de Angola, a China ajudou tanto o MPLA, como a UNITA e a FNLA, os três partidos de libertação nacional, a conseguirem a independência. Durante a guerra civil, a China não interferiu nos assuntos internos de Angola, mas temos as nossas relações diplomáticas consolidadas. Após a guerra, na fase de reconstrução nacional, todos nós tivemos a sorte de acompanhar e ver os resultados tremendos que ajudaram Angola a protagonizar uma mudança radical das suas capacidades de desenvolvimento.

O que se pode antever para o futuro das relações de cooperação?

Ainda temos muito a fazer para o futuro. Somos países em desenvolvimento, temos muitas áreas com realidades iguais ou próximas e a parte chinesa não tem reservas nenhuma para continuar a ajudar a parte angolana a receber as nossas experiências. Ainda, há dias, falava com um ministro do Governo angolano, no sentido de fazermos parcerias na elaboração dos nossos planos nacionais.

O que é que falta para atingirmos o desenvolvimento que se pretende?

O que falta é amor, colaboração e maior capacidade de execução de realização dos acordos, com consensos e mais intercâmbio entre as nações e as pessoas, porque são as pessoas que resolvem a questão. O acto de mudança é também uma decisão. Tudo muda, desde que se perceba a tendência da conjuntura internacional e nacional, porque tudo é muito relativo. As cidades e o países se desenvolvem, mas não se pode parar no espaço e nem dar passos atrás. Temos sempre de andar para frente.